



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**FRANCISCA TATIANNI CARNEIRO CRUZ**

**MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA ESCOLA NORMAL DO SAGRADO CORAÇÃO**  
**EM UBAJARA – CE.**

**FORTALEZA**

**2017**

**FRANCISCA TATIANNI CARNEIRO CRUZ**

**MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA ESCOLA NORMAL DO SAGRADO CORAÇÃO  
EM UBAJARA – CE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade.

**FORTALEZA**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- C962m Cruz, Francisca Tatianni Carneiro.  
Memórias e narrativas da Escola Normal do Sagrado Coração em Ubajara – CE / Francisca Tatianni Carneiro Cruz. – 2017.  
110 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2017.  
Orientação: Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade.
1. Narrativas Oraís. 2. Escola Normal. 3. Ubajara. I. Título.

CDD 370

---

**FRANCISCA TATIANNI CARNEIRO CRUZ**

**MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA ESCOLA NORMAL DO SAGRADO CORAÇÃO  
EM UBAJARA – CE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação Brasileira

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho à minha família. Meu pai, Francisco, meus irmãos Alvernes e Ériko, meu marido Cléber e, em especial, minha mãe Celina, mulher guerreira e amiga que mesmo com todas as limitações fez o possível para me proporcionar uma boa educação. Obrigada por acreditarem no meu potencial!

## AGRADECIMENTOS

A construção de uma dissertação nunca é uma tarefa fácil de realizar, pelo contrário exige dedicação, disposição e disciplina para mudar nossa rotina de vida, sendo necessários também, paixão pelo que fazemos e entusiasmo para chegar ao êxito da conclusão. Nesse processo, há a colaboração de muitas pessoas e um dos grandes desafios que ainda se apresenta ao final de um trabalho de pesquisa, é escolher aqueles que serão lembrados de maneira singular por sua colaboração ao longo do processo de construção. Dessa forma, para não incorrer na falha do esquecimento, quero agradecer o envolvimento e a presteza de familiares, amigos, colegas de trabalho e de curso que direta ou indiretamente contribuíram com uma sugestão, com uma indicação ou apoio nas horas difíceis.

Entretanto, algumas pessoas, por razões específicas, devem e merecem ser citadas pelo papel decisivo que assumiram nessa jornada, as quais necessito lembrar com carinho, respeito e admiração por tudo que fizeram e fazem em prol do meu sucesso pessoal, profissional e acadêmico.

Dentre os primeiros está minha família, sem eles, certamente, não seria quem sou! Dessa forma, agradeço aos meus pais pelo dom da vida, por me cercarem de amor e por ensinarem, pelo exemplo, a integridade, o respeito ao próximo e a gratidão. Aos meus irmãos, pelo companheirismo, pela disponibilidade e por compartilharem as angústias de estudante comigo. Ao meu esposo que sempre respeitou e deu suporte às minhas escolhas, sendo parceiro em toda a caminhada e não medindo esforços para que eu conseguisse organizar meu tempo entre casa, trabalho e estudo.

Registro agradecimento a todos os amigos e companheiros de labuta da EEEP Governador Waldemar Alcântara que sustentaram as agruras do cotidiano escolar em minhas ausências semanais, compreendendo meu momento de construção do saber e não medindo esforços para que o trabalho continuasse sendo realizado com esmero na Instituição. Elisângela Diniz, Nonato Luciano e Simone Feijó, meu mais sincero agradecimento. Dulcimar Vieira, Lenna dos Anjos, Hosana Manso, Viviane Jácome, Rosinete Chaves e Eremita obrigada pela busca incessante por entrevistados e fontes junto comigo. Alan John obrigada pelos direcionamentos, pelas correções e sugestões absolutamente relevantes. Mayra Aparecida meu agradecimento pelo apoio nas horas de desalento e angústia e por estar comigo em momentos decisivos da vida.

Agradecimentos aos amigos Rodolfo Sena, enquanto coordenador da CREDE de Tianguá e a Zeneide Rodrigues por organizarem minha vida profissional e acreditarem que eu seria capaz de conduzir, com responsabilidade, a instituição pela qual sou responsável. Ao amigo Alles Lopes pelos conselhos acadêmicos e pelas contribuições metodológicas desde o processo seletivo. À amiga de jornada Alba Patrícia responsável pelas muitas risadas, pelas palavras de conforto e por estar comigo nessa caminhada desde o dia da prova de seleção.

Meu reconhecimento aos amigos de sempre e para sempre Regiane, Cristóvão, Virgílio, Iolanda, Verônica Bastos que estavam comigo no início dessa caminhada e que mesmo de longe ainda emanam vibrações positivas.

Minha profunda gratidão e admiração às senhoras que compartilharam um pouco de suas vidas comigo, que cederam as entrevistas com presteza e atenção, sendo muito solícitas em todas as idas e vindas da pesquisa e sem as quais esse trabalho não teria sido viável.

Enfatizar, também, a presteza e atenção com que fui recebida na Câmara municipal de Ubajara através do funcionário Messias, bem como a disponibilidade do senhor João na busca de fontes.

Ao meu orientador, professor Ari de Andrade, além da minha gratidão, meu respeito e minha admiração. Os apontamentos teóricos-metodológicos, sua disponibilidade, seu carinho, sua atenção, sua compreensão e confiança me conduziram na transposição de barreiras as quais eu julgava insuperáveis.

Destacar também, minha referência aos professores da Faculdade de Educação – FACED/UFC: Elmo Vasconcelos, Luís Távora, Rui Martinho, Rita Vieira e Jean Robert pois, cada um à sua maneira, propiciaram conhecimento que me fizeram cruzar os obstáculos da inexperiência na escrita acadêmica.

Por fim, agradeço a Deus, por mais um objetivo alcançado e por me mostrar todos os dias que milagres acontecem.

De tudo ficaram três coisas...

A certeza de que estamos começando...

A certeza de que é preciso continuar...

A certeza de que podemos ser interrompidos  
antes de terminar...

Façamos da interrupção um caminho novo...

Da queda, um passo de dança...

Do medo, uma escada...

Do sonho, uma ponte...

Da procura, um encontro!

Fernando Sabino

## RESUMO

A presente pesquisa objetivou compreender como ocorreu a fundação da Escola Normal do Sagrado Coração da cidade de Ubajara – CE, criada pelo padre Francisco Tarcísio Melo. O recorte temporal privilegiado foi de 1966 a 1968, período de criação e formação da primeira turma. As escolas normais têm um papel preponderante na formação de professores desde as primeiras décadas do século XIX, no caso cearense desde do início do funcionamento da Escola Normal de Fortaleza, em 1884. Nesse contexto nosso trabalho busca entender como era organizada a educação ubajarense antes da fundação da escola normal, como se deu a implantação da escola frente a um cenário desafiador, já que a conjuntura educacional brasileira passava por transformações significativas oriundas da implantação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 4024/61, bem como apresentar o trabalho desenvolvido pelo padre Francisco Tarcísio Melo frente ao estabelecimento de ensino desde seus primórdios, como fundador e articulador do processo de criação. Privilegiamos como fonte primeira de dados as narrativas orais de quatro discentes da primeira turma da escola, sobre suas vivências nesse período e na instituição, as colocando como sujeitos de nossa pesquisa, também contamos com as falas de duas ex-professoras (uma da Escola Reunida e uma do Grupo Escolar) que nos deram subsídios para a compreensão do contexto escolar ubajarense, pontuando que preferimos manter nossas informantes anônimas, as nomeando como normalistas N1, N2, N3 e N4. Sendo assim, essa é uma pesquisa de cunho qualitativo, em que utilizamos o método histórico-descritivo. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas. Também contamos com embasamento documental oriundo dos arquivos escolares, livros de atas da câmara municipal de Ubajara, livro de tomo da paróquia de São José de Ubajara, fotografias e documentos de arquivos pessoais das ex-normalistas. Os resultados apontaram que a fundação da Escola Normal do Sagrado Coração foi de grande relevância para a educação primária ubajarense, já que propiciou a formação dos futuros professores, constitui-se também como um marco no ensino secundário, pois não havia instituição que a oferecesse completamente. Representou, também, mudança significativa para os jovens menos abastados financeiramente que não podia sair da cidade para prosseguir os estudos. Além do que, evidenciou-se como fundamental o papel desempenhado pelo padre Francisco Tarcísio Melo para a implantação e sobrevivência da escola.

**Palavras-chave:** Narrativas orais. Escola Normal. Ubajara.

## ABSTRACT

The presente research aimed to understand how was the foundation of the Escola Normal do Sagrado Coração of the city of Ubajara – CE, created by priest Francisco Tarcísio Melo. The privileged period was from 1966 to 1968, the period of creation and formation of the first group. Normal schools have a important role in teacher training since the first decades of the 19th century, in the case of Ceará since the beginning of the Normal School of Fortaleza in 1884. In this context, our work seeks to understand how the education of Ubajara was organized before the foundation of the normal school, how was the school forward deployment to a challenging environment, as the Brazilian educational situation was undergoing significant changes arising from the implementation of the first Law of Directives and Bases of National Education – LDB nº 4024/61, as well as to present the work developed by the Priest Francisco Tarcísio Melo conducting the teaching establishment from its beginnings, as founder and articulator of the creation process. We privilege as first data source the oral narratives of four students of the first class of the school, their experiences in this period and the institution, placing them as subjects of our research, we also counted with the statements of two former teachers (one from the Escola Reunida and one from Grupo Escolar) who gave us subsidies for the comprehension of the Ubajara school context, pointing out that we prefer to keep our informants anonymous, naming them as normalists N1, N2, N3 and N4. Therefore, this is a qualitative research, in which we use the historical-descriptive method. Data collection was conducted through semi-structured interviews. We also have documental basis coming from the school archives, minutes books from Ubajara city hall, tomb book from the parish of São José de Ubajara, photos and documents from the former normalists' personal files. The results showed that the foundation of the Escola Normal do Sagrado Coração was of great relevance to Ubajara primary education, as it led to the formation of future teachers, it is also a milestone in secondary education. Because there was no institution that offered completely. It also represented significant change for the less financially affluent youth who couldn't leave the city to pursue their studies. Besides, it was shown how important the role played by priest Francisco Tarcísio Melo for the implementation and school survival.

**Keywords:** Oral narratives. Normal School. Ubajara

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Mapa do Estado do Ceará, destacando a região da Ibiapaba.....	29
Figura 2	–	Mapa do Parque Nacional de Ubajara exposto no Centro de visitantes ....	29
Figura 3	–	Primeira casa construída em alvenaria na cidade de Ubajara – CE .....	34
Figura 4	–	Igreja Matriz de Ubajara – Paróquia de São José, construída no século XIX.....	35
Figura 5	–	Interior da Gruta de Ubajara .....	37
Figura 6	–	Prédio da agência do Banco do Brasil em Ubajara (1965) .....	38
Figura 7	–	Vista da Rua 31 de Dezembro, principal rua da cidade de Ubajara – CE .	40
Figura 8	–	Prédio onde funcionou as Escolas Reunidas entre os anos de 1942 a 1956, na cidade de Ubajara – CE .....	47
Figura 9	–	Patronato Nossa Senhora de Fátima em construção .....	51
Figura 10	–	Fundo Nacional do Ensino Primário .....	55
Figura 11	–	Monsenhor Francisco Tarcísio Melo .....	58
Figura 12	–	Turma de sacerdotes de 1951 Seminário Episcopal de Fortaleza .....	60
Figura 13	–	Primeiro prédio onde, em sala anexa, funcionou a Escola Normal do Sagrado Coração em 1966 .....	68
Figura 14	–	Registro feito após a saída da missa festiva em homenagem a conclusão da primeira turma do Ginásio São José, em 31 de Dezembro de 1965 .....	77
Figura 15	–	Faixa do segundo prédio onde funcionou a Escola Normal do Sagrado Coração .....	82
Figura 16	–	Normalistas após o desfile de sete de setembro de 1968 .....	83
Figura 17	–	Momento da bênção dos anéis durante a missa solene em homenagem às normalistas da primeira turma da Escola Normal do Sagrado Coração ....	85
Figura 18	–	Entrega de diplomas do curso normal - 1ª turma da Escola Normal do Sagrado Coração .....	85
Figura 19	–	Baile dançante em que as normalistas deveriam ser acompanhadas por seu padrinho .....	86
Figura 20	–	Relatório final da Escola Normal do Sagrado Coração com nomes dos estudantes, médias finais e disciplinas cursadas no ano letivo de 1966.....	91

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de crianças em idade escolar em Ubajara no Censo Escolar de 1957.....	48
Quadro 2 – População de 07 a 14 anos em Ubajara, em conformidade com o ano de nascimento.....	49
Quadro 3 – Formação de professoras em exercício na cidade de Ubajara em 1965.....	65

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
CE	Ceará
D.	Dom
EEEP	Escola Estadual de Educação Profissional
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
IDH	Índice de desenvolvimento humano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
Pe.	Padre
UFC	Universidade Federal do Ceará
USAID	United States Agency for International Development
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	15
2	A HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO EM UBAJARA – CE: ITINERÁRIOS DE UMA PESQUISA.....	20
2.1	Caminhos trilhados: a história, a memória e a narrativas em história da educação .....	20
2.2	Conhecendo o lugar e os sujeitos da história educacional da cidade de Ubajara – CE .....	28
3	EDUCAÇÃO E FÉ: O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO CEARÁ, O CASO DE UBAJARA ....	42
3.1	Aspectos da dinâmica escolar educacional da cidade de Ubajara até a década de 1960 .....	42
3.2	Padre Francisco Tarcísio Melo e seu projeto educacional para a cidade de Ubajara .....	58
3.3	Proposta de formação de professores primários: a criação da Escola Normal do Sagrado Coração .....	63
4	NOS TEMPOS DA ESCOLA: REMINISCÊNCIAS E NARRATIVAS DISCENTES SOBRE O CONTEXTO ESCOLAR .....	72
4.1	As narradoras da história: trajetórias de vida e cotidiano escolar a partir das memórias das normalistas .....	72
4.1.1	<i>Primeiras experiências escolares</i> .....	73
4.1.2	<i>Enfim, o Ginásio</i> .....	75
4.1.3	<i>E agora? uma escola de ensino normal?</i> .....	78
4.1.4	<i>A consolidação da Escola Normal do Sagrado Coração</i> .....	81
4.1.5	<i>Meus mestres e a sala de aula: vivências da escola normal</i> .....	87
4.2	Memórias da docência: experiências do ser professora .....	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	100
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICA.....	104
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista .....	108
	ANEXOS .....	109

## 1 INTRODUÇÃO

A perspectiva da Nova História, nos últimos tempos, se deve a propagação de novas formas de pesquisa história, na qual tem diferentes abordagens como também tem dando fôlego às pesquisas no campo da história da educação, porque abriu um leque de possibilidades no que tange a escolha de novos sujeitos e novos objetos históricos. Devendo-se, essencialmente, a tentativa de buscar outras formas de enfoque, diferente daquele tradicional e positivista que privilegiava os grandes feitos e heróis.

Tal movimento fortaleceu as pesquisas sobre a história da educação. Instituições, professores, alunos e todos os aspectos que envolvem a educação que nunca haviam sido percebidos anteriormente, agora podem ser considerados dentro destas possibilidades de investigação, seja pela nova concepção de pesquisa, que valoriza a subjetividade, seja pela inserção dos novos sujeitos, seja pela utilização de outras fontes, como podemos citar os relatos de vida e narrativas. O fato é que com estas inclusões, o campo de pesquisa da história e da história da educação foi estendido e suas possibilidades de trabalho e compreensão foram ampliadas, dando vasão a um movimento que criou um caleidoscópio de oportunidades para o melhor entendimento histórico.

Nesse sentido, o ensaio ora apresentado é fruto de uma pesquisa na perspectiva histórica que aborda a implantação da Escola Normal do Sagrado Coração na cidade do interior cearense de Ubajara, no período que contempla a formação e conclusão de sua primeira turma de normalistas – 1966 a 1968. O período também reflete as modificações do cenário educacional brasileiro, pois estava em voga a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 4024/61, como também o governo ditatorial implantado em 1964 graças a um golpe de Estado que fazia acordos com os Estados Unidos que previam mudanças na educação do país<sup>1</sup> e culminou com a sanção de uma nova LDB, a Lei nº 5692/71 que extinguiu o Ensino Normal no Brasil.

A escolha de tal objeto não se deu de forma aleatória, partiu inicialmente de uma inquietação pessoal, uma vez que ao chegar à cidade de Ubajara – CE para trabalhar na EEEP Governador Waldemar Alcântara, após muitas conversas com as pessoas ligadas à instituição, percebemos que a mesma, ao ser criada como escola normal, transformou a educação local radicalmente, primeiro por ser a única a oferecer o segundo ciclo do ensino secundário – no caso, o normal – depois por ser a instituição que formou os primeiros professores na própria cidade, visto que

---

<sup>1</sup> Otaíza Romanelli (2003) explica que com a implantação do Regime Militar traçou-se uma política de recuperação econômica que ao lado da contenção e da repressão agravaram a crise no sistema educacional brasileiro, servindo de justificativa para uma série de convênio entre o MEC e a *Agency for International Development* (AID) para a prestação de assistência técnica e cooperação dessa agência à organização do sistema educacional brasileiro, os chamados Acordos MEC-USAID.

era comum a imigração dos jovens para a capital do Estado – Fortaleza – em busca de continuidade da formação acadêmica, obviamente aqueles que podiam arcar, financeiramente, com a mudança de cidade. Da mesma forma, entender historicamente a formação de professores, conhecer o papel e o funcionamento de uma escola normal e entender a relevância de uma instituição escolar dentro de uma sociedade são aspectos que merecem ênfase dentro das pesquisas em história da educação, isso por que

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu. A memória da instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõe a um discurso científico. É mediando entre as memórias e o(s) arquivo(s) que o historiador entretece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas. (MAGALHÃES apud SOUSA, 2017, p. 22).

Através do relato da trajetória dos primeiros anos da Escola Normal do Sagrado Coração, nosso trabalho buscou colaborar para a compreensão dos caminhos percorridos pela educação local, principalmente a história da formação de professoras primárias, por meio da instalação dessa instituição que foi a primeira pública da cidade, voltada para o magistério, sob a égide da Igreja Católica através da liderança do pároco local.

Desta forma, nosso objetivo geral foi compreender como aconteceu a implantação da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus por meio das narrativas das alunas de sua primeira turma, no período de 1966 a 1968, ano de fundação da escola e ano de conclusão da primeira turma de normalista, respectivamente.

Para uma reflexão mais detalhada acerca da escola e das vivências das normalistas, elencamos alguns objetivos específicos que serviram para compor nossos direcionamentos durante a realização do trabalho, sendo eles:

- Descrever o percurso histórico e o itinerário pedagógico da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, buscando perceber seu papel na realidade educacional ubajarense, na segunda metade da década de 1960;
- Analisar, historicamente, a ação do padre Francisco Tarcísio Melo (1926 – 2015), como articulador e mediador junto aos poderes públicos para implantação da Escola Normal, bem como sua atuação na realidade educacional da Serra da Ibiapaba;
- Entender as nuances históricas, sociais e pedagógicas da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, bem como as experiências de vida por meio das narrativas dos sujeitos escolares da primeira turma (1966 – 1968).

A partir da definição do objeto a ser pesquisado e dos objetivos da pesquisa, procuramos a metodologia que pudesse direcionar para a construção do trabalho. Assim, a escolha foi desenvolver uma pesquisa histórica de abordagem qualitativa/descritiva, entendendo-a segundo as palavras de Oliveira (2008, p.41) “(...)como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. Dessa forma, as pesquisas designadas como qualitativas “pretendem interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem” (CHIZZOTTI, 2014, p.28) aliando tais significados a um conjunto de situações e teorias que somente são visíveis e latentes a uma atenção sensível daquele que investiga.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, o principal instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, uma vez que esta possibilita, no transcorrer do trabalho de campo, o acolhimento e uma maior abertura para as possíveis e importantes subjetividades que existiram na fala de cada normalista, o que foi fundamental para apreensão e compreensão das nuances constituintes da estruturação da educação no município estudado. Nossas palavras encontram sustentação na afirmação de Lüdke & André (2013, p.39) que destaca ser a entrevista “[...] Mais do que outros instrumentos de pesquisa, [...] na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”. Sendo assim, o procedimento é acima de tudo uma conversa entre os interlocutores, com o objetivo de construir informações relevantes para o objeto de estudo, onde o espírito teórico do investigador deve permanecer alerta para que o entrevistado exprima suas percepções, interpretações e reações acerca dos fatos abordados com maior autenticidade possível.

Elegemos como sujeitos da investigação quatro ex-normalistas da primeira turma (1966 – 1968). Senhoras que atualmente têm em torno de 70 anos, residentes ainda na cidade de Ubajara – CE, todas exerceram o magistério. Três delas são professoras aposentadas da Rede Estadual de ensino e uma que, ainda quando aluna, ocupou a função de secretária da instituição de 1967 a 1970, deixando o cargo por ter sofrido acidente e ficar paraplégica. Também contamos com os depoimentos de uma ex-professora das Escolas Reunidas e Grupo Escolar, que muitos contribuíram para o entendimento da educação ubajarense anterior a fundação da escola normal.

Ao utilizarmos tal recurso, estamos possibilitando aos sujeitos envolvidos com o objeto uma escrita da história centrada em suas percepções daquele acontecimento histórico, pois como avalia Araújo (2014, p.22), “(...) Essas personagens mais do que qualquer teórico ou autoridade educacional (...) podem dizer sobre o que era e o que representava para a sociedade a escola (...), qual o tipo de formação recebida, qual a repercussão de tal formação na prática educacional e na vida pessoal de cada uma”.

A base primeira de nossa investigação foi levantamento bibliográfico, uma vez que através dele elaboramos os alicerces teórico-metodológicos, construindo argumentos conceituais

ligados às áreas da história, da história da educação, do ensino normal, da formação de professores e de narrativas que pudessem contribuir para construção do conhecimento. Além disso, foi necessário a busca de fontes primárias, para tanto, consultamos os arquivos particulares de uma das ex-normalistas e do monsenhor Francisco Tarcísio Melo, os livros de atas de reuniões da câmara de vereadores de Ubajara, o livro de tombo da paróquia de São José de Ubajara e o acervo documental da EEEP Governador Waldemar Alcântara.

Desenvolvemos o trabalho em três etapas: na primeira, buscamos a fundamentação teórico-metodológica e identificamos os sujeitos da pesquisa; a segunda, consistiu na elaboração e realização das entrevistas com os sujeitos identificados e na coleta de dados das fontes primárias; na terceira, procedemos com a análise das fontes coletadas, tanto orais quanto documentais, realizando a discussão com as bases teórico-conceituais e por conseguinte apresentação dos resultados.

A apresentação da pesquisa está estruturada da seguinte forma: a introdução figura o capítulo 1. No capítulo 2 – A história e a educação em Ubajara-CE: itinerários de uma pesquisa apresentando os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, o percurso da investigação, bem como o lugar e os sujeitos da pesquisa, dando subsídios para que o leitor localize na região onde acontece a pesquisa.

O capítulo 3 – Educação e fé: o papel da igreja católica na organização do ensino no Ceará, o caso de Ubajara, traz uma exposição sobre o contexto educacional ubajarense antes da criação da escola normal, com atenção para o papel desempenhado pela Igreja Católica através das irmãs de caridade Filhas de São Vicente de Paulo do padres da paróquia da cidade e com especial ênfase na figura do Monsenhor Francisco Tarcísio Melo, além do que mostra os acontecimentos que culminaram com a fundação da Escola Normal do Sagrado Coração.

O capítulo 4 – Nos tempos da escola: reminiscências e narrativas discentes sobre o contexto escolar é todo dedicado aos relatos das normalistas, onde são exteriorizadas suas vivências pessoais e acadêmicas, além de suas experiências enquanto professoras. Nessa seção, buscamos exteriorizar o que representou a escola normal na vida dessas senhoras, bem como descortinar os seus lugares enquanto educadoras.

Desta feita, acreditamos que a pesquisa contribuirá sobremaneira para a escrita da história local e cearense, constituindo-se numa referência para leitura e compreensão do que representou essa instituição não somente para a cidade, mas também para a História da Educação regional. Servirá também como uma reflexão sobre o ensino, a formação de professores e o constante desejo de permanecer melhorando através do ato de aprender.

Poderá também servir de subsídio para pesquisadores, educadores e sociedade de modo geral no sentido de compreenderem como foi organizado e ofertado, a priori, o ensino secundário público na cidade a partir do olhar daqueles que vivenciaram os acontecimentos, que foram sujeitos

ativos desses fatos, narrando os dramas e alegrias, as dificuldades e conquistas tanto individuais quanto coletivas desse arcabouço histórico.

## **2 A HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO EM UBAJARA – CE: itinerários de uma pesquisa**

Compreender os meandros de uma pesquisa em história da educação nos leva a destacar as escolhas teóricas e os caminhos metodológicos eleitos pelo investigador como os mais viáveis para a realização do trabalho. Tal conhecimento nos permite também, apontar a relevância da investigação para além dos muros acadêmicos, visto que trabalhamos com sujeitos, instituições, acontecimentos que podem e devem ser compreendidos, pois são carregados de memórias que demonstram como situações e espaços forjados pelo homem a partir do sentido que dá as suas experiências.

Nesse sentido, a proposta deste capítulo é descrever o percurso e o itinerário da pesquisa realizada na cidade de Ubajara – CE, cujo intuito é trazer à baila um relevante acontecimento para a história educacional cearense: a criação da Escola Normal do Sagrado Coração – primeira a oferecer o Ensino Normal naquela cidade.

Assim, refletiremos sobre os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa tais como a utilização de memórias daqueles sujeitos que vivenciaram o processo de criação da escola, considerando o processo de formação de professoras por meio de uma instituição escolar.

### **2.1 Caminhos trilhados: a História, a memória e a narrativas em história da educação**

Se tornarmos por base as palavras de Le goff (2002) no prefácio do livro “Apologia da história ou ofício do historiador” de Marc Bloch, quando enfatiza que “história é busca, portanto escolha”, ao apresentarmos esse trabalho, estamos muito além de indicar o desfecho de uma investigação. Estamos deixando transparecer os resultados de nossas buscas, mas também os frutos de nossas escolhas enquanto historiadora da educação. Isso porque o trabalho historiográfico requer elaboração do conhecimento e análise das fontes sendo privilegiada as memórias dos sujeitos que vivenciaram aquela experiência educacional. Pondo tal preceito em voga, podemos considerar que a história pode ser entendida como a ciência dos homens no tempo (Bloch, 2001), uma vez que trata do vivido por ele, das experiências adquiridas ao longo de sua existência, podendo ele também ser fonte, sujeito, objeto da produção histórica.

Trabalhar com história é buscar e também escolher porque nesse trabalho, a todo momento, precisamos realizar escolhas sobre como trabalharemos, que fontes buscar, que

ações realizar para chegar a uma versão mais representativa da realidade. É também busca, porque é construção, ou como salienta Nora (1993, p.9) “(...) A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais(...)”. Os fatos que formam um enredo historiográfico nunca se apresentam prontos e acabados ou estão à espera do investigador para serem estudados. O trabalho consiste, portanto, em constante movimento de busca por fontes e sujeitos que nos revelem aspectos desses fatos e corroborem para a aproximação o mais viável possível do que realmente aconteceu.

Com a propagação de novas formas de pesquisar a história – advinda especialmente do movimento da *Escola dos Annales* que evidenciava a história-problema, privilegiando também a interdisciplinaridade e a abertura de novas fontes – nos últimos tempos, diferentes abordagens vem ganhando fôlego a pesquisa no campo da história da educação, porque tem aberto um leque de possibilidades no que tange a escolha de novos sujeitos e novos objetos históricos. Isso se deve, essencialmente, pela tentativa de buscar outras formas de enfoque, diferentes das tradicionais, de grandes feitos e heróis, mesmo que tenham contribuído como a formação de geração de pesquisadores sociais.

Tal movimento vem fortalecendo as pesquisas sobre a história da educação. Instituições, professores, alunos e todos os aspectos que envolvem a educação que nunca haviam sido percebidos anteriormente, agora podem ser considerados dentro destas possibilidades de investigação, seja pela nova concepção de pesquisa, que valoriza a subjetividade, seja pela inserção dos novos sujeitos, seja pela utilização de outras fontes, como podemos citar os relatos de vida e narrativas. Levando em consideração também que “(...) cada época elenca novos temas que, no fundo, falam mais de suas próprias inquietações do que de tempos memoráveis, cuja lógica pode ser descoberta de uma só vez” (Le Goff, 2001, p.05).

Lançando olhar sobre esse aspecto, podemos vislumbrar que, a visibilidade dada a essas vertentes da história da educação demonstram uma maior preocupação em compreender a realidade dos espaços e sujeitos que construíram tais histórias, deixando evidente que com estas inclusões, o campo de pesquisa da história e da história da educação foi estendido e suas possibilidades de trabalho e compreensão foram ampliadas, dando vasão a um movimento que cria um caleidoscópio de oportunidades para o melhor entendimento histórico.

Na guisa das transformações observadas no campo da pesquisa historiográfica é preciso também que observemos algumas situações que demandam o cuidado redobrado do pesquisador, especialmente quando trabalhamos com uma história recente, como é nosso

caso, visto que há a necessidade de uma nova concepção de tempo em que a relação entre os acontecimentos do cotidiano e as transformações de longa duração seja intensa e complementar, mesmo que complexa. Hobsbawn (1995) ressalta tal situação em seu livro “A Era dos Extremos”, pontuando a dificuldade de trabalhar a história recente, afirmando ser um desafio mais para o pesquisador, posto que ele pode enxergar os acontecimentos com paixão.

O autor ainda salienta que o ofício do historiador reside em lembrar o que os outros esquecem, asseverando que há a necessidade de sermos mais que um simples memorialista, devendo ser preocupação nossa a análise crítica dos fatos e conflitos históricos, bem como compreendermos que “(...) o passado (...) é dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBSBAWN, 1998, p.22).

Nesse exercício de compreensão do passado e do ofício do historiador, as de Mary Del Priore (2015) tornam-se salutar por evidenciar que o trabalho do historiador se estabelece a partir do contato com as fontes – sejam elas imagens, documentos escritos, filmes, testemunhos orais ou toda a gama de possível fontes estabelecidas a partir da perspectiva das novas abordagens, novos problemas e novos objetos da pesquisa em história – devendo o pesquisador garimpar nesses documentos as respostas para suas indagações, já que o objeto de estudo de uma pesquisa não é a totalidade dos fenômenos observáveis, mas apenas alguns aspectos escolhidos a partir da questão que levantamos e das fontes que utilizamos. (VEYNE, 1998, p.44).

Ao historiador da educação cabe as mesmas proposições, já que a reflexão sobre passado, contexto social e mudanças históricas pelas quais seu objeto passou e em quais está inserido ao longo do tempo são imprescindíveis não apenas para a compreensão do que foi proposto pesquisar, mas também, porque tal objeto está imerso numa conjuntura histórica e social.

Nesse sentido, a história da educação deve conter um teor problematizador e ao mesmo tempo é um exercício de muita cautela, tanto por ser produto de um movimento descrito no tempo e espaço pelo historiador que define quais os métodos e teorias mais apropriados para seu desenvolvimento, quanto por ser um campo de investigação que congrega em si uma infinidade de temas, como aponta Sanfelice (2006, 21) evidenciando que:

(...) É possível, nesse campo, estudar-se de políticas educacionais até a memória dos docentes. Dos níveis de ensino à história do livro, tudo é permitido. O imaginário de ex-alunos e a história das instituições, da educação indígena, dos negros, das mulheres; do mobiliário, da arquitetura escolar, dos métodos pedagógicos, do currículo e das ideias pedagógicas, nada fica fora das investigações dos atuais pesquisadores da história da educação. (SANFELICE, 2006, p. 21).

Dentro desse arcabouço de temas relativos à história da educação, optamos por transformar em objeto de nossa investigação uma instituição escolar, uma vez que são espaços que congregam em si uma gama considerável de informações sobre a sociedade na qual estão imersas, bem como o que representam nessa estrutura social, já que ocupam um espaço geográfico específico, foi criada dentro de um contexto político e social, atende a um determinado público, enfim, tem aspectos que a tornam singular.

Sendo assim, as pesquisas centradas em instituições escolares devem abrir espaços para discussões sobre a sociedade em que ela foi instalada, sobre o papel desempenhado pela instituição frente à comunidade, sobre a visão que essa sociedade dedica à escola, bem como possibilita o entendimento tanto dos sujeitos que pensaram o projeto educacional, quanto àqueles que usufruíram do estabelecimento, ou seja, “(...) quando a instituição escolar (...) tem um significado social reconhecido, o que significa ser considerada pela sociedade, em razão de sua tradição, dos alunos que formou, etc.(...)”. (NOSELLA; BUFFA, 2013, p.58).

Rodriguez (2008) acredita ser substancial nos estudos, uma vez que as instituições escolares consideram além do âmbito social e institucional, as possíveis articulações e correlações com a história política educacional, considerando os aspectos internos à instituição, bem como suas vertentes condicionantes no contexto exterior ao estabelecimento, mas que são responsáveis por orientar as práticas inerentes ao estabelecimento escolar, destarte:

(...) Os estudos das instituições escolares levam em consideração as ideias educativas, além de compreender o papel desempenhado pelos intelectuais e/ou grupos/tendências pedagógicas presentes no recorte histórico definido pelo pesquisador, de acordo com seu referencial teórico-metodológico. (RODRIGUEZ, 2008, p.21).

Posto, consideramos preponderante o conhecimento da conjuntura pedagógica e as ideias educativas que estavam em voga no período proposto para nosso estudo, uma vez que o segundo meante da década de 1960 estava engendrado nos meandros da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB no Brasil. A expansão do ensino se dava de modo

vertiginoso – já que o Plano Nacional de Educação para o período 1962/1970 previa a expansão da escolarização em todos os níveis de ensino – e havia uma efervescência das ideias pedagógicas, especialmente no que tange à mudança do modelo de governo vigente no país com o golpe civil-militar de 1964, a ajuda internacional para a educação brasileira através dos Acordos MEC-USAID e as mudanças na legislação educacional que culminaram com a promulgação de uma nova lei que reformava o ensino de 1º e 2º graus, a Lei nº 5692/1971.

Nas pesquisa em História da educação que elegem instituições escolares como objeto de estudo, a relação entre história, memória e instituição escolar se dá, de acordo com Rodriguez (2012, p.245) a partir de duas possibilidades: a primeira diz respeito ao estudo da instituição enquanto unidade, abordando seu funcionamento, formação do corpo docente, seus alunos, sua organização, as funções em um determinado período; a segunda prioriza o processo histórico de institucionalização da escola, buscando detectar o valor social do estabelecimento, as modificações sofridas pela mesma a partir de condições socioeconômicas, políticas e culturais, é um “enfoque não particular de uma instituição, mas a compreensão da instituição escolar no processo de sua construção”.

Considerando as informações da autora, ponderamos que optamos por pesquisar a instituição escolar a partir da primeira possibilidade, dado que nossa investigação considera as circunstâncias socioeconômicas, políticas e sociais do momento de criação do estabelecimento, mas privilegia imensamente os aspectos inerentes a constituição da escola.

Dando forma a investigação e considerando as posturas apresentadas em torno da História e de seu processo de investigação, consideramos pontos indispensável para a execução dessa pesquisa a utilização da memória dos indivíduos que vivenciaram os acontecimentos que serão expostos aqui.

O conceito de memória vem sendo bastante discutido e estudado ao longo dos tempos. No campo das ciências Humanas, pesquisas que discutem o esquecimento, a seleção e a manutenção da memória perante fatos do passado contribuem para o estudo da história, uma vez que dão conta de discussões que primam pela ideia de que a memória é sempre uma construção do presente a partir das experiências e vivências oriundas do passado.

Bem verdade, ainda há muitas discussões em torno da utilização da memória como fonte para pesquisas historiográficas. As críticas ainda circundam ao redor da ideia de que os registros da memória estão imersos de subjetividade e imprimem a seletividade do que se deseja lembrar, sendo parcial e não fiel aos fatos. Todavia, a recusa de tal proposição se mostra no fato de que as fontes materializadas (documentos escritos, fotografias, utensílios,

dentre outros) também são preservados seletivamente, são fruto de predileção do que se quer salvaguardado, ou seja, a grosso modo, memórias de vivências ou memórias concretas são sempre resultado de escolha.

Nesse caso, a memória preservada não seria apresentada como um fato histórico, uma vez que não seriam desconsideradas sua subjetividade e sua parcialidade, seria compreendida como uma contribuição significativa para o estudo da história, pois como aponta Bosi (1994, p.55),

(...) lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 1994, p. 55).

Dessa forma, a memória deve ser vista como importante ferramenta para o estudo da História de modo geral, e também para a História da Educação, uma vez que História, enquanto ciência, não é simplesmente memória, não é apenas recordar o passado. Destarte o que apreendemos sobre memória são as ideias, interpretações e reconstruções daquele passado, pois ela “(...) remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças, às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2003, p.224).

Nesse contexto, a memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com uma situação do passado, já que é no momento atual que estão todas as indagações sobre o que foi vivido anteriormente em busca de compreensão, possibilitando aos sujeitos que narram a reconstrução de si e do espaço que habitam, posto que como defende Bosi (1994), o ato de lembrar não significa reviver os acontecimentos, pressupõe antes de tudo repensar a partir do hoje, as experiências vividas anteriormente, dado que:

(...) sempre fica o que significa. E fica não do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado. A transformação seria tanto mais radical quanto mais operasse sobre a matéria recebida a mão-de-obra do grupo receptor. Assim, novos significados alteram o conteúdo e o valor da situação de base evocada. (BOSI, 1994, p.66).

O entendimento sobre o conceito de memória, neste caso, é essencial para o desenvolvimento da História, sem ela, possivelmente, não haveria estudo nem conhecimento. O historiador não pode perder de vistas que “a memória na qual cresce a história que por sua

vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (LE GOFF, 2003, p.471).

Na guisa das ponderações sobre memória, é relevante direcionar o foco também, para as narrativas dessas memórias, já que são experiências de vida compartilhadas; é um trabalho daqueles que narram, sobre si e sobre o espaço que ocupam.

A palavra “narrativa” denota a ideia de contar uma história. Histórias são caracterizadas por uma situação que envolve personagens; tem princípio, meio e fim e uma sequência organizada de acontecimentos. Partindo destas constatações, o interesse pelas narrativas nas ciências humanas torna-se mais vigoroso, isso graças a percepção de que estas histórias, tanto faladas quanto escritas, revelam indícios de parâmetros sociais, culturais e históricos adotados por pessoas e/ou sociedades num determinado tempo e espaço, como nas palavras de Bona (2010, p.102)

O sujeito é sujeito narrado e a história é uma narrativa das ações desses sujeitos, uma narrativa que se refere às ações dos homens no passado. A compreensão da vida humana requer a mediação da linguagem e das demais construções culturais presentes em uma determinada sociedade. A narrativa é a forma privilegiada dessa mediação, de modo que não existe história sem narrativa. (BONA, 2010, P.102).

O autor destaca que devemos compreender as narrativas como a integração entre a interpretação dos fatos, a possibilidade de surpreender o interlocutor e a criação dos significados que dedicamos ao discurso, pondera ainda ser improvável existir a história sem a narrativa. Assim, com a utilização de narrativas nas pesquisas em ciências humanas enveredamos por uma abordagem histórica e interpretativa das realidades construídas a partir dos discursos daqueles que narram, entendendo que através delas podemos compreender a construção social da realidade.

Apoiados nessas considerações, pontuamos a relevância das narrativas dos discentes da primeira turma (1966 – 1968) da Escola Normal do Sagrado Coração, no sentido de trazer à tona suas memórias que concatenadas às outras fontes nos permitirão relatar as histórias e reconstruir o cenário dos primeiros anos da escola e contexto da cidade no que tange aos aspectos sociais e educacionais.

Neste sentido, as ideias de Bruner (1996) servem para compreender que as narrativas dos nossos informantes como uma versão da realidade uma vez que são construções livres, criadas a partir dos significados que cada constrói para si. Não esquecendo que a

narrativa, ainda segundo o mesmo autor reitera as normas sociais, podendo ensinar, conservar a memória ou alterar o passado.

Se coadunando as afirmações de Bruner estão as proposições de Delory-Momberger (2008, p.56) que considera a narrativa como o espaço onde a história acontece, quando sugere que:

(...) a narrativa é não apenas o meio, mas o lugar: a história acontece na narrativa. O que dá forma ao vivido e à experiência dos homens são as narrativas que eles fazem para si. Portanto, a narração não é apenas o instrumento da formação, a linguagem na qual esta se expressaria: a narração é o lugar no qual o indivíduo toma forma, no qual elabora e experimenta a história de sua vida. (Momberger, 2008, p.56).

Ao lembrar suas vivências, rememorar os acontecimentos de sua vida e de suas relações com a comunidade, o indivíduo interage com esse corpo social, elabora versões dos fatos e pode alcançar a percepção de que ele é construtor de sua história, isso graças ao fato de que seus relatos estão imersos em “um sistema de interpretação e de construção que situa, une e faz significar os acontecimentos da vida como elementos organizados no interior de um todo” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p.56). Sobre estas proposições, podemos fazer menção ao que Bruner (1991, p.07) denomina composicionalidade hermenêutica, entendendo,

Essa propriedade hermenêutica marca a narrativa tanto em sua construção quanto em sua compreensão, pois narrativas não existem em nenhum mundo real, esperando paciente e eternamente serem refletidas veridicamente em um texto. O ato de construir uma narrativa, além disso, é muito mais do que “selecionar” eventos da vida real, da memória ou da fantasia, colocando-os em uma ordem adequada. (BRUNER, 1991, p.07).

Considerando estes axiomas, asseveramos como relevante ainda as constatações de Delory-Momberger sobre o período em que permanecemos na escola. A autora afirma não existir período da vida, nem espaço social mais rico em aprendizado, carregado de significado e passível de interpretação, uma vez que “a conjunção no tempo e no espaço da escola, das formações física, psíquica, intelectual, mas também relacional e social faz da escola um cantinho de experiência na construção da vida pessoal e das representações que a acompanham” (2008, p.113).

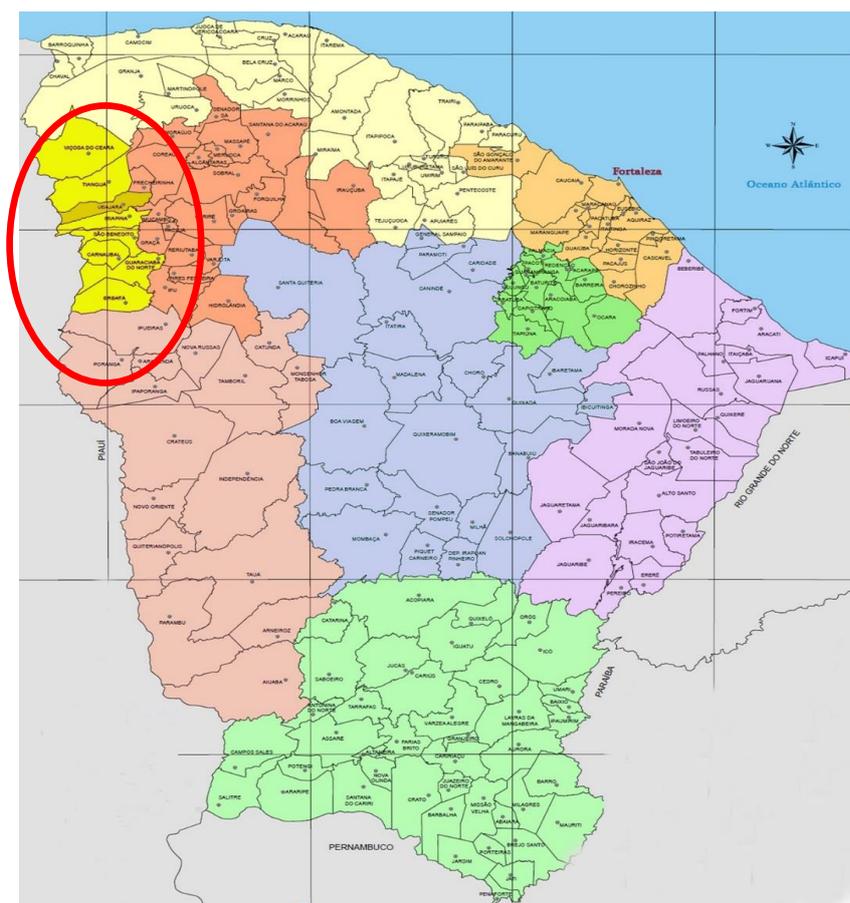
Nesse sentido, buscar as narrativas de discentes (em particular de alunos em formação para a docência) sobre suas vivências no espaço escolar nos permite compreender não apenas as experiências de cada um como ator social, mas também a formatação desse

espaço, as relações lá constituídas, o processo de formação dos futuros professores e as diversas nuances que envolvem este espaço.

## 2.2 Conhecendo o lugar e os sujeitos da história educacional da cidade de Ubajara - CE

Ubajara é um município distante 320 km da capital cearense – Fortaleza. Está situado, geograficamente, no planalto da Ibiapaba<sup>2</sup>. Local caracterizado por Antônio Bezerra (1965, p. 150 – 151) como uma região de clima extremamente sadio e terrenos fertilíssimos, afirmando que “quem nasceu nos desertos do sertão e do sertão nunca passou, desconhece as agradáveis sensações que despertam a vista das paisagens variadas”.

**Figura 1** - Mapa do Estado do Ceará, destacando a região da Ibiapaba.



Fonte: disponível em: [www2.ipece.ce.gov.br](http://www2.ipece.ce.gov.br)

<sup>2</sup> De acordo com Aguiar (2010), foram os índios Tabajaras que denominaram a região que era povoada por eles e correspondiam ao planalto da serra, escarpas e parte dos sertões com o nome de “Ybiobapa”, que na língua nativa, Tupi-guanari, significa “terra talhada”. Avaliza, também, que Padre Vieira defini o significado do nome como “onde a terra termina”.

O planalto da Ibiapaba ou Serra grande – como é conhecida pelo turismo local – constitui-se geográfica e politicamente, nos dias de hoje, numa faixa de terra que se inicia a 40 km do litoral e se estende por 110 km aos confins ocidentais do Ceará, abrangendo oito cidades: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, São Benedito, Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará. Tem altitude média de 800 m. É compreendida como um conjunto morfológico natural e apresenta cobertura vegetal composta por dois tipos de vegetação: floresta úmida e carrasco – constituída por caatinga, cerrado e matas secas.

A cidade de Ubajara é conhecida por suas belezas naturais – especialmente a Gruta de Ubajara – e por abrigar um parque nacional, recebendo, anualmente, significativo número de turistas, tanto para visitação ao parque quanto para apreciação da região.

O Parque Nacional de Ubajara   uma Unidade de Conserva o Federal de Prote o Integral, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conserva o da Biodiversidade – ICMBio. Tem a finalidade de garantir a integridade e o processo de evolu o do conjunto de forma es geológicas existentes em Ubajara. Foi criado em 30 de abril de 1959, pelo decreto n  45.954, após uma visita do então diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura – David Azambuja –   Gruta de Ubajara. Inicialmente possuía uma área de 563 hectares alterada em 2002 para 6.288 hectares abrangendo os municípios de Ubajara, Tianguá e Frecheirinha<sup>3</sup>.

**Figura 2** - Mapa do Parque Nacional de Ubajara exposto no Centro de visitantes



Fonte: Arquivo Pessoal

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaubajara/quem-somos.html>. Acesso: 30/06/2016.

A construção de um teleférico no parque foi aprovada em abril de 1974, sendo o equipamento inaugurado oficialmente em março de 1976, no governo de Adauto Bezerra (1975 – 1978). Segundo consta no Plano de manejo do parque, sua construção só foi permitida por ter sido anterior ao regulamento dos parques nacionais (decreto nº 84.017, de 21/09/1979) que proíbe a instalação de equipamentos desse tipo na área dos parques. Em abril de 1985, um grande deslizamento durante chuva torrencial atingiu a estação, que foi completamente destruída, acontecendo sua reconstrução e posterior reinauguração em junho de 1992. Atualmente o bondinho (denominação popular para o teleférico) encontra-se parado.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ubajara tem, atualmente, uma população está estimada 34.068 habitantes, numa área territorial de 421.033 km<sup>2</sup>, sendo que aproximadamente 52% dos habitantes residem na zona rural da cidade. Seu território está dividido nos distritos de Araticum, Jaburuna e Nova Veneza. Ubajara limita-se ao norte com os municípios de Freicheirinha e Tianguá, ao sul com Ibiapina e Mucambo, a leste com as cidades de Mucambo e Coreaú e a oeste com o Estado do Piauí. Sua sede tem 847,5 metros de altitude, com posição geográfica determinada pelo paralelo de 3°51'16" da latitude sul, fazendo interseção com o meridiano de 40°55'16" de longitude oeste. Tem clima tropical quente subúmido, com temperaturas médias que variam de 24° a 26° C. No que diz respeito ao relevo, é caracterizado como planalto da Ibiapaba e depressões sertanejas – distrito de Araticum se localiza no sopé da serra, tendo solo propício para atividade agrícola voltada para a produção de frutas e hortaliças. Desta forma, tem a economia fortemente ligada à agropecuária como também para o setor de serviços devido o turismo.

Por pertencer a uma região privilegiada pelas riquezas naturais a cidade de Ubajara se desenvolve a partir da agricultura, mas também do setor de serviços como: pousadas, hotéis e restaurantes. Possui um IDH de 0,648 e PIB de R\$ 274.762.000,00<sup>4</sup>.

Resquícios de sua história remontam o século XVII já que está fincada na região onde “se desenvolvera um dos maiores redutos missionários da Companhia de Jesus no Brasil fora da área da Missão do paraná-Uruguai conhecida como os Trinta povos missioneiros” (MAIA, 2010, p.18), bem como o local foi palco de várias expedições que tentaram colonizar o interior do Ceará, como àquela empreendida pelos padres Francisco Pinto e Luiz Filgueira (1697 – 1608), enviada pelo governador geral do Brasil, D. Diogo Botelho, que visava além da chegada portuguesa ao Maranhão evangelizar os silvícolas da região da Ibiapaba. A tarefa

---

<sup>4</sup> Informações retiradas do Anuário do Ceará 2016 – 2017. Disponível em: <http://www.anuariodoceara.com.br/cidades/ubajara/>. Acesso em 02 de agosto de 2016.

dos padres teve fim trágico com a morte violenta do Padre Francisco Pinto, morto a pauladas pelos índios Tocarijus, na aldeia Jurupariaçu. Quanto ao sepultamento do corpo do religioso, Aguiar (2010, p.09) assevera que:

(...) o cortejo, acompanhado por centenas de aborígenes, sob grande clamor, saiu por volta das 8 horas da manhã, da aldeia de Jurupariaçu, próximo a atual cidade de Ibiapina, seguindo pelos topos da serra até a boca da ladeira que dá acesso ao atual distrito de Araticum, pé da serra do atual município de Ubajara, um lugar na época, conhecido pelos nativos, pelo nome de “Abayara”. (AGUIAR, 2010, p.09).

Podemos inferir, conforme o autor, que a região sertaneja da cidade de Ubajara é a que tem os registros históricos mais antigos, não apenas pelas informações apresentadas pelo Padre Luiz Figueiras no Documento denominado Relação do Maranhão, mas também porque as terras do Araticum foram registradas pela primeira vez em 1721, com a criação de uma sesmaria de pose do índio tabajara Sebastião Saraiva Cosme, denominada Ubajara que “começava no pé da bica do Cafundó, (...) e se estendia até o rio contendadas, o atual rio Coreau, com duas éguas de comprimento, ou seja 12 km, e uma légua de largura, 3 km de cada lado do rio Ubajara” (Aguiar, 2010, p.11). Passando a pertencer em 1730 ao português Manuel Francisco dos Santos Soledade.

A história da região também é perpassada pelos eventos da mineração no Brasil, como revela Padre Sadoc (1979) ao relatar que a notícia da existência de minas de prata ao longo do leito do rio Ubajara, bem como na gruta e todo o vale chamado de rio das minas, despertou o português Antônio Gonçalves de Araújo a comprar a sesmaria onde se localizava a gruta de Ubajara, adquirindo oficialmente em 1738, “inicia a empreitada de mineração em 1739, utilizando mão de obra indígena, e com autorização do Conselho Ultramarino, sediado em Lisboa, órgão que posteriormente o nomeou superintendente das referidas minas”. (SADOC, 1979, p.34).

A atividade mineradora na região finda em 1745, por determinação do mesmo Conselho Ultramarino que ordena a demissão do superintendente e fechamento das minas, após desentendimentos e disputa judicial entre o então dono da mina e o ouvidor Manuel José de Farias, representante da Coroa portuguesa nas minas e contrário a exploração da região (AGUIAR, 2010).

Observando as diferentes abordagens sobre o processo povoamento da área onde se encontra o atual município de Ubajara, vale destacar também as indicações de Andrade (2011), quando postula que para além da influência dos padres jesuítas na região, a presença

do reino português foi marcante, posto que após a expulsão da Companhia de Jesus dos territórios dominados por Portugal, “as extintas aldeias seriam transformadas em vilas civis”, sendo tais espaços governados por uma junta constituída pelos seguintes funcionários: um diretor, um juiz ordinário, vereadores, um oficial de justiça, uma vigaria e um mestre (a) escola. Tais espaços sendo também responsáveis pelo reordenamento dos territórios e controle dos indígenas.

Posteriormente, em “Apontamentos para a história de Ubajara”, Hemérito Pereira (1965) indica que a região começa a ser povoada de fato por alguns emigrantes vindos do Rio Grande do Norte e do Riacho do Sangue (atual Jaguaratama – Ceará), sendo de fato os primeiros habitantes do que se constituiria no município de Ubajara. Eram os senhores Manuel Luiz Pereira, Cosme Fernandes do Rêgo, Manuel Soares Silva e Francisco Soares e Silva com suas famílias. Estabeleceram moradia, respectivamente, nas localidades: Pavuna (1836), Sítio Pitanga (1839), Sítio do Meio e Sítio Buriti. Sendo, dessa forma, o povoamento do interior da região anterior ao da sede. As famílias mais numerosas em Ubajara ainda são os Soares, os Belarminos, os Fernandes, todos descendentes diretos dos quatro casais.

Os primeiros moradores dedicavam, quase que exclusivamente, sua vida a atividade agrícola, desenvolvendo diversas culturas, dentre elas a do café, como aponta Girão (1966, p.533) ao relatar que:

Realmente, na indústria agrícola é que se assenta a economia do município. O café (há cerca de um milhão de pés), a farinha de mandioca, a aguardente, a rapadura e frutas são produtos que abastecem os municípios vizinhos (...) Além do café, produz o município (...) cereais, batatinha, tabaco, pimenta do reino, frutas e fibra de caroá. (GIRÃO, 1966, p.533).

Dessa forma, percebe-se que a atividade agrícola era a principal fonte de renda do povoado, ressaltando ainda que, a participação do elemento servil no desenvolvimento dessa atividade foi quase insignificante, pois apenas os Soares e os Belarminos possuíam escravos e estes mesmos em pequena quantidade. A maior parte dos trabalhadores, nesse período, era a família dos donos da terra, bem como dos agregados que se aglomeravam em torno de um latifundiário.

No que tange a presença de indígenas nesse período, Pereira (1965, p. 05), pondera que a população já era bastante escassa, existindo apenas poucas famílias remanescente dos Tabajaras, “meio domesticados graças ao esforço profícuo dos padres da Companhia de Jesus, sediados em Viçosa do Ceará”, existindo vestígios de várias aldeias nos

atuais sítios de Marinheiros, Buriti, Suminário, Moitinga, Itaperacema e Japitaracá. Pouco a pouco havendo a miscigenação.

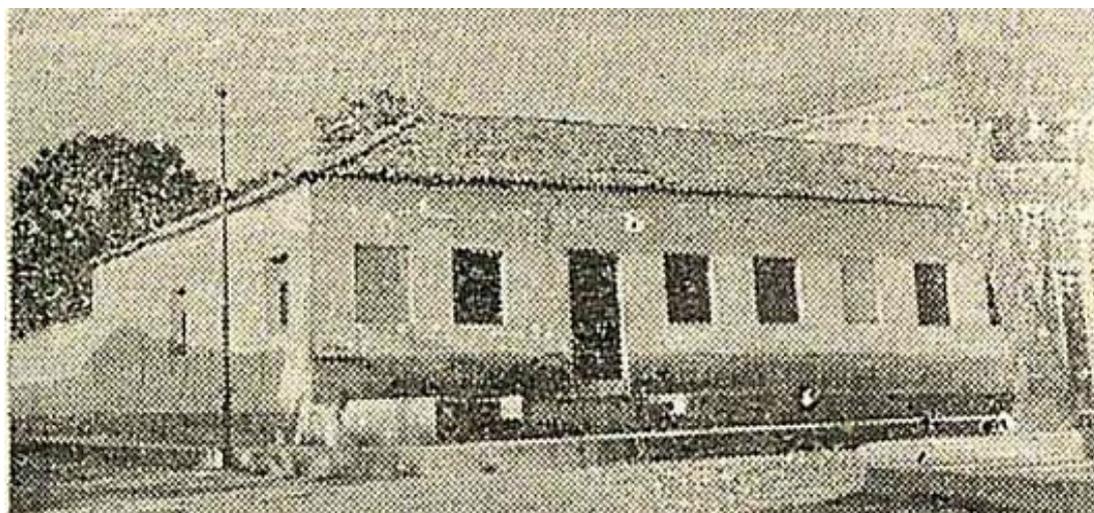
Uma segunda leva migratória aconteceu entre os anos de 1841 a 1860, onde fixaram residência e constituíram família os senhores José Rufino Pereira e Francisco Coriolano Pereira, irmãos vindos de Granja que se estabeleceram, o primeiro no sítio Marinheiros, e o segundo no sítio Santo Elias.

O povoamento inicial da sede do município se dá no período da grande seca de 1877 a 1879, posto que os retirantes eram atraídos pela ideia de que a região representava uma possibilidade de sobrevivência, graças ao que enfatiza Girão (1966, p.533) ao apontar que o povoamento está localizado numa região de zona serrana, com terras férteis e abundância de brejos perenes, além da umidade e riqueza de substâncias nutritivas na terra, o que a tornava eficiente para a agricultura e quase não ser afligida pelos transtornos climáticos pelos quais passava grande parte do território circunvizinho.

Nesse período, um dos moradores mais ativos, no sentido de acolher grande parte desses emigrantes, foi o senhor Manuel Rodrigues da Silva que amparava e socorria muitos sertanejos famintos e fugitivos da seca.

Segundo aponta Pereira (1965, p.06), no contexto da estiagem não somente os emigrantes fixaram moradia na região, mas também muitos negociantes que vinham vender e comprar gêneros para a localidade se mudaram com suas famílias, constituindo um primitivo arraial denominado Jacaré, localizado à margem esquerda do riacho de igual nome no sítio Boa Vista. Arruado que se desenvolveu rapidamente, já contando, em 1884 com um comércio ativo e ainda conforme Pereira (1965), sendo os chefes das principais firmas os senhores Esmerino de Oliveira Magalhães, Cesário Ferreira da Costa, Aristides Barreto, João Ribeiro Lima, José Lopes Freire, Manuel Joaquim da Silva e os irmãos João Benício Fontenele e Raimundo Augusto Fontenele.

**Figura 3** - Primeira casa construída em alvenaria na cidade, construída por Esmerino Magalhães



**Fonte:** Revista do Cinquentenário da cidade de Ubajara, 1965.

Nesse período apenas uma construção era coberta com telhas – a casa de Cesário Ferreira da Costa – todas as outras construções, inclusive as casas comerciais, em número superior a trinta, eram todas habitações de taipa<sup>5</sup> e palha. Fato que contribuiu para que em 1884, o povoado passasse por um terrível incêndio – causado por descuido de uma dona de casa – que não deixou vítimas fatais, mas provocou um lastro de destruição, acarretando grande prejuízo material e desabrigando toda a população, deixando muitas famílias em estado lastimável. Todavia, o povoamento logo foi reconstruído, como está exposto na Revista do Cinquentenário da cidade.

A enorme catástrofe, entretanto, não abalou o ânimo do povo que ainda no fim daquele fatídico ano começou a edificar a nova povoação, conservando o antigo nome, no local onde ora assenta a atual cidade de Ubajara (...) agora à margem direita do córrego Jacaré, em terreno doado pelos senhores José Rufino Pereira, José Lopes Freire e Joaquim Mulato. (PEREIRA, 1965, p. 06).

Como a maioria das cidades cearense, o vilarejo do Jacaré estava muito ligado ao aspecto religioso, tanto que após a reconstrução, a primeira capela foi construída no novo vilarejo, sendo seu padroeiro São José. Os doadores das terras em que ficaria o templo

---

<sup>5</sup> Taipa, também conhecida como Pau a pique, é uma técnica de construção antiga que consiste em entrelaçar madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, presas entre si por cipós que após preenchidas por argila dão origem a uma parede. Disponível em: <http://www.ecoeficientes.com.br/taipa-de-mao-ou-pau-a-pique/>. Acesso em: 13/02/ 2017.

religioso – José Rufino Pereira e José Lopes Freire – trataram da construção com a ajuda da comunidade e em 1886 a obra foi concluída. A partir de então, o povoado Jacaré cresce no entorno da capela que gradativamente vai conseguindo ares de cidade.

**Figura 04** - Igreja Matriz de Ubajara – Paróquia de São José, construída no século XIX



**Fonte:** Arquivo da Câmara municipal de Ubajara

A capela é benta em 1887, pelo padre Manuel Lima de Araújo, vigário da Freguesia de São Pedro de Ibiapina e transformada em paróquia somente em 1935, através de portaria de Dom José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral. O primeiro pároco foi padre Inácio Nogueira Magalhães, que permaneceu na cidade por três anos. Sem causar demérito aos religiosos que ficaram à frente da paróquia até 1960, merece ênfase o papel desenvolvido pelo sacerdote Francisco Tarcísio Melo, pároco por mais de cinco décadas na cidade, personalidade ativa do desenvolvimento do município, sempre lembrado e protagonista de diversas histórias que são contadas pela cidade. Daí suas ações também serem contempladas neste trabalho.

Os anos posteriores ao incêndio que destruiu o primeiro povoamento também foram de intensa movimentação em torno da emancipação política do local, tanto que em 1890 foi elevado à categoria de distrito de paz, sendo seu primeiro juiz o alferes José Inácio de Sá. No que tange a sua ascensão à vila, deu-se através de um movimento forte de um grupo

de intelectuais ligados ao Partido Liberal que dentro do contexto político e social da época soube se utilizar dos ditames das circunstâncias para chegar ao fim desejado.

O panorama político no Ceará do início do século XX apresenta-se com intensa disputa entre dois partidos: o Conservador e o Liberal; o primeiro encabeçado pelo presidente do Estado – Nogueira Accioly – e o segundo representado por figuras como João Cordeiro, João Brígido sempre na oposição. Quando o partido Conservador foi retirado do poder em 1912<sup>6</sup>, os liberais do Jacaré viram a oportunidade de elevar o distrito à vila, fato que não aconteceu, visto que, consoante Pereira (1965, p 07). Franco Rabelo continuou a política exclusivista de seu adversário decaído, mantendo os mesmos métodos rígidos e diplomáticos, protelando indefinidamente, os anseios de transformação do distrito de Jacaré em município.

Os líderes do movimento de transformação do distrito em vila viram suas aspirações se tornarem realidade, após a deposição do presidente Franco Rabelo, quando o partido Conservador voltou ao poder e o Coronel Tibúrcio Gonçalves de Paula, deputado e presidente da Assembleia legislativa vislumbrando apoio político na região, tomou conhecimento da situação e apresentou projeto que posteriormente seria a lei nº 1.279, de 24 de agosto de 1915 que elevava à categoria de vila e termo judiciário a povoação de Jacaré com a denominação de Ubajara, desvinculando-se do município de Ibiapina.

O vocábulo Ubajara é de origem indígena e de acordo com Ferreira (1934) significava “senhor da canoa”, de ubá = canoa e jara = senhor, teria surgido da lenda de que um cacique vindo do litoral teria habitado a gruta por muitos anos. Tal tradução foi aceita pela comunidade local e pelas autoridades, tanto que na atual bandeira do município consta a imagem de um indígena remando em uma canoa. Outra possibilidade de compreensão do nome foi proposta por Oscar Magalhães na revista comemorativa dos cinquenta anos da cidade (1965, p.08), apresentando a seguinte etimologia: ubá = canoa e yara = mãe d’água, significando Canoa da mãe d’água.

O nome da cidade, segundo Tomaz Pompeu Sobrinho (1967, p.111), faz referência ao topônimo Abayara – encontrado nos relatos do padre Luiz Figueiras – que significa na língua tupi-guarani “Senhor Dominador” ou “Homem Dominador” que por variação linguística transformou-se em Ubajara, denominou a sesmaria (em 1721) e a gruta localizada na encosta da Serra da Ibiapaba distante cerca de 5 quilômetros da atual sede do

---

<sup>6</sup> Segundo Farias (2009), entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1912, Fortaleza foi palco de grande mobilização popular comandada pela oposição ao governo de Nogueira Accioly. Após o ataque de policiais a uma passeata em favor do candidato contrário ao governo – Franco Rabelo – a cidade “virou uma praça de guerra” e em 25 de janeiro, Nogueira Accioly renuncia ao cargo de presidente do Ceará, deixando o Estado rumo a capital do país.

município, formação essa que passou a ser visitada frequentemente desde a sua descoberta, sendo ponto turístico do Estado e sempre causa fascínio aos seus visitantes como relata Girão (1966, p. 146):

Na gruta de Ubajara como que ela se esmerou na urdidura dum ambiente incomum de contrastes, em que se harmonizam os terrores do desconhecido às esplêndidas caleidoscópicas das visões maríficas, trazendo-nos a um só tempo dominados do receio e da admiração, do medo e do entusiasmo. (GIRÃO, 1966, p. 146).

Ou ainda Antônio Bezerra que expõe sua admiração, ponderando que “os deslumbramentos de todos os lados nos fascina, as harmonias que continuamente nos embalam e nos extasiam, dão ao lugar um caráter especial, um ar fantástico, misterioso”.

Nos dias de hoje, as belezas da gruta continuam sendo exaltadas, sendo cuidada pelo Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade (ICMBio), posto que está inserida dentro da área do Parque Nacional de Ubajara, com visitação regulada, algumas partes isoladas apenas para pesquisa e algumas salas abertas à visitação, com iluminação apropriada e algumas pequenas construções (pequenas pontes de madeira, passarelas, etc.) que viabilizam o turismo, como podemos ver nas imagens seguintes.

**Figura 05** - Interior da Gruta de Ubajara



**Fonte:** disponível em <http://www.icmbio.gov.br/parnaubajara/guia-do-visitante.html>

A emancipação política aconteceu e junto com ela a organização da cidade, como a implantação da câmara municipal e a escolha do primeiro prefeito – Pergentino Ferreira da Costa – bem como a elaboração do Código de posturas do município que regulamentaria a

organização da nova cidade em seus diferentes aspectos. Como podemos observar em alguns de seus artigos.

Art. 1 – As ruas, praças e travessas desta villa bem como as mesmas da povoação do Araticum obedecerão a um alinhamento e largura convenientes não sendo permitida a reconstrução de nenhum edifício, quer público quer particular, que não observe a mais perfeita directriz, subentendidos, somente, os que estiverem dentro da área urbana. (...)

Art. 5 – Uma vez por anno, em junho, serão aterrados os boeiros e valados ocasionados pelas águas plaviaes, bem como arrancados os matos, varridas as ruas, praças e travessas da villa e povoações do município, e ainda destruídos os alpendres que defendem as edificações contra a invernaria. (...)

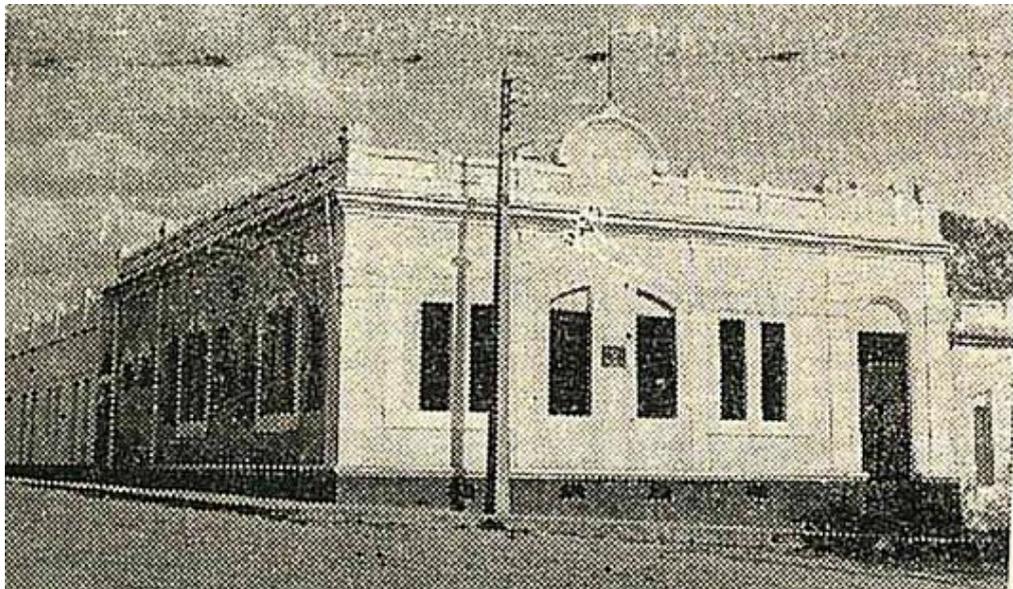
Art. 17 – É prohibido:

§ 1º Vender carnes verdes depois do meio dia, e em logar outro que não seja o mercado. (...) (Código de postura do município de 1918)

O ordenamento da cidade se dava através desse documento, pois o local continuava a receber famílias de muitas outras cidades atraídas pela ideia de que conseguiriam melhores condições de vida graças as características naturais da região e os anos subsequentes foram de importantes conquistas e chegada de órgãos necessários ao funcionamento da cidade. O primeiro cartório foi criado simultaneamente com o município e o termo judiciário, um segundo cartório foi instituído em 1925. Em 1917, foi criada a agência postal de Ubajara, inaugurada apenas em 1920. A criação da comarca se deu em 1938, sendo primeiro juiz de direito Júlio de Queirós Machado. Uma agência de estatística municipal foi criada em 1936. O um posto da coletoria federal instalou-se na cidade em 1955, tendo como primeiro funcionário, como coletor, Joaquim Fernandes de Sousa.

Outro ponto que merece destaque para o desenvolvimento da cidade foi a instalação de uma agência do Banco do Brasil, a primeira na região obtida graças à influência de líderes locais junto ao governo do Estado e do país, sendo um deles o então pároco da cidade, Padre Francisco Tarcísio Melo.

**Figura 06** - Prédio da agência do Banco do Brasil em Ubajara, 1965.



**Fonte:** Revista do Cinquentenário de Ubajara

O ano de 1965 foi marcado por intensas manifestações festivas – a cidade comemorava o cinquentenário de emancipação política. Podemos observar a preocupação em enaltecer a história dos primórdios do município devido a materialização, ainda hoje presente, daqueles dias de comemoração, sendo um dos poucos registros historiográficos a Revista do Cinquentenário, onde diversos ubajarenses de nascimento ou por opção, enalteceram e contaram a história desse período.

Além das escassas produções materiais acerca da história da cidade, também devemos considerar como fonte riquíssima de fatos relevantes, as narrativas daqueles que viveram esses acontecimentos e a partir destas falas, compreender a importância dos espaços da cidade para as histórias individuais e coletivas dos sujeitos.

As normalistas contam com carinho e saudosismo suas reminiscências sobre a cidade e seu cotidiano, asseverando que:

Ubajara era uma cidade bem menorzinha do que é hoje, tudo era sítio, bairro monte castelo, da rodoviária, onde fica a escola profissional, era tudo mata, casas mesmo só essas primeiras do centro perto da igreja matriz, não tinha asfalto não, era estrada de terra e calçamento. Tinha o banco do Brasil já, tinha a prefeitura, a Casa de Variedades e perto de lá a pracinha. Um prefeito não lembro qual mandou fazer um espaço perto da pracinha que a gente ia para lá. Os bancários solteiros iam para lá (risos) era a sensação. (NORMALISTA N3, 28/11/2016).

Os espaços de sociabilidade também foram lembrados pela Normalista N2, ao ressaltar que:

(...) Tinha o grêmio Padre Moacir e toda festa, todas as reuniões eram lá. Aqui já teve cinema também, era do Antônio Miranda. O cinema era dele, lá perto da Casa de Variedade, mais ou menos perto, passava uns filmes bons, a gente ia, pagava e tudo. Mas, o melhor era as festas do padroeiro, todo mundo ia, mandava fazer vestido novo e tudo, meu tempo de juventude foi muito bom, aqui era calmo, mas era bom. (NORMALISTA N3, 28/11/2016).

Mesmo a cidade sendo caracterizada como pequena e pacata pelas nossas entrevistas, percebemos que seu cotidiano, especialmente, nos fins de semana, existiam espaços de sociabilidade que permitiam o encontro dos jovens para conversarem, obviamente muito vigiados pelos mais adultos e/ou por seus familiares, especialmente as moças que estavam sob constante vigilância, como esclareça a normalista N4, assegurando que as amigas podiam ir para a pracinha da igreja desde que acompanhadas por alguém da família e mais velho.

Nesse momento, também podemos entender Ubajara como um centro econômico da região da Ibiapaba, já que era a única cidade que dispunha de uma agência do Banco do Brasil, portanto recebendo pessoas das diversas cidades que tanto resolviam suas pendências financeiras, quanto movimentavam o comércio local.

**Figura 07** - Vista da Rua 31 de Dezembro, principal rua da cidade



**Fonte:** Arquivo da EEEP Governador Waldemar Alcântara.

No que tange ao campo educacional da cidade, apresentar-se-á um panorama geral no capítulo seguinte, em que as nuances do sistema educacional da cidade, ponderado ao surgimento das escolas conduzidas por religiosas, bem como apontamentos sobre o ensino público primário e o papel desempenhado pelo pároco frente a criação da escola de segundo grau.

### **3 EDUCAÇÃO E FÉ: O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO CEARÁ, O CASO DE UBAJARA**

A Igreja Católica sempre teve um papel preponderante na educação brasileira, fato esse perceptível desde o século XVI com a organização das primeiras escolas pelos Jesuítas, passando, também, pela atuação na formação acadêmica dos padres, membros das elites e posteriormente pessoas comuns, dentro do processo conhecido como Romanização. Tais ponderações nos permitem transcender e apresentar o papel desempenhado pela Igreja Católica na educação ubajareense, através das ações educativas das irmãs de caridade de São Vicente de Paula, até a criação da primeira escola de Ensino Secundário da cidade, fato protagonizado pelo então pároco no município – Monsenhor Francisco Tarcísio Melo.

#### **3.1 Aspectos da dinâmica escolar educacional da cidade de Ubajara até a década de 1960**

A história da educação de Ubajara não difere muito das outras cidades pequenas e demograficamente distantes dos centros desenvolvidos. O acesso às instituições escolares e a educação básica durante muito tempo foram muito restritos. Nos primeiros anos de sua história a educação formal da cidade era basicamente administrada por professores particulares que exerciam suas atividades em suas residências ou nas de seus contratantes, sendo a instrução privilégio dos filhos de famílias mais abastadas. Tal modelo de organização escolar denotava exclusão de grande parte da população em idade escolar, uma vez que o ensino estava atrelado ao poder aquisitivo.

Se num primeiro momento o processo de escolarização de Ubajara dependia exclusivamente de professores particulares, a instrução pública entra no cenário educacional do povoado Jacaré, na segunda metade do século XIX, em 1883, quando é instituída a primeira cadeira pública de ensino primário através da lei estadual de nº 75 de 19 de agosto. Tal cadeira foi regida internamente por Vicente Flaviano Teixeira, substituído por Amália de Sousa Lima, seguida por Salustiana Francisca de Paula, todos professores leigos e somente em 1915, após emancipação política, foi criada a segunda cadeira pela lei nº 1.287, de 31 de agosto, começando a funcionar em 1916 sob a regência da professora Otacília Páscoa Barreto, ficando esta para o sexo masculino e àquela criada anteriormente para o sexo feminino, conforme informações retiradas da Revista do Cinquentenário de Ubajara (1965, p.12).

No contexto de transformações políticas e sociais do novo município, a câmara municipal inaugura seus trabalhos no setor da instrução com a aprovação da Lei nº 6, de 13 de junho de 1917, que visava a criação de uma escola noturna para o ensino das primeiras letras às classes pobres do município, apontando os seguintes como argumentos favoráveis ao assentimento:

Ser, para o desenvolvimento moral e intelectual deste município, de indispensável e inadiável necessidade despender-se a maior soma de esforços no sentido de combater-se o analfabetismo que em grau tão adiantado reina em nosso meio, e em maior número entre as classes pobres e operárias;  
Ser, a instrução da mocidade assunto de magna importância e elevado interesse, aqui completamente descurado pelos poderes públicos;  
Que é de máxima importância para o soerguimento de nossa terra a fundação de uma escola noturna, destinada ao ensino das primeiras letras aos meninos pobres e operariado em geral;  
Que nenhum modo há mais digno e que mais mereça favores que ser empregada uma parte das rendas do município com a difusão da luz e propaganda das letras (...). (Primeiro Livro de Atas da Câmara Municipal de Ubajara).

A preocupação dos legisladores do município recém criado com a instrução primária para as classes pobres e operárias e, conseqüentemente com os números elevados do analfabetismo não era uma inquietação que se restringia à cidade, fazia parte de um movimento existente desde as últimas décadas do período imperial brasileiro, especialmente devido as ideias liberais difundidas no país, uma vez que a crença de políticos e intelectuais estava centrada no pensamento de que com a elevação da escolarização da população que não podia pagar por tal benefício, o país alcançaria níveis de crescimento das nações mais desenvolvidas.

De acordo com Damasceno (2010) o discurso de modernização começa a ser a ser propagado no Brasil ainda no Império, graças a difusão das ideias positivistas. Com o advento da república aumentam os anseios da construção de uma nova estrutura social baseada na urbanização e no desenvolvimento industrial. A autora também enfatiza que, mesmo timidamente, o poder econômico vinha deixando de ser rural e se dirigia para os centros urbanos, situação que abria espaço para a exigência de novas habilidades para os indivíduos, pois àqueles ligados ao meio rural já não eram tão necessários à vida numa sociedade em processo de industrialização.

Desta forma, a instrução das camadas populares assumia posição central, já que era necessário que houvesse o domínio, mesmo que elementar, de leitura e escrita, como

também os saberes ligados às noções de higiene e civismo, assim a escola era responsável por oferecer a propagação de tais competências.

Destacando o caso cearense no que diz respeito a difusão da instrução pública, no início do século XX, os desafios eram imensos. As dificuldades financeiras do poder público, as recorrentes intempéries climáticas e a visão daqueles que não tinham acesso à escola, como sendo algo inatingível, geraram um cenário conturbador, posto que, consoante Damasceno (2010), a população cearense, em sua maioria, eram moradores das regiões rurais, o que dificultava o ingresso na escola, sendo pouco mais de 15% a população alfabetizada.

Essa realidade perturbadora é explicitada através do exemplo daquela escola criada pela Câmara da cidade de Ubajara em 1917, com o objetivo de letrar a população carente e trabalhadora do lugar, já que a mesma funcionou apenas por cinco meses dada às dificuldades acima apresentadas e, como salienta a descrição da Revista do Cinquentenário da cidade.

(...) a escola funcionou apenas durante os meses de agosto a dezembro de 1917 em espaço arranjado. Restabelecida em 1922, agora como diurna, juntamente com mais três que foram criadas em 1926, funcionou até 1930. Em 1931 foram extintas, passando o município a contribuir com a parte de suas rendas destinadas à instrução para a manutenção das escolas estaduais. (REVISTA DO CINQUENTENÁRIO, 1965, p.13).

As primeiras referências de instrução pública e das escolas de primeiras letras de Ubajara revelam um ambiente que funcionava de modo muito arcaico, em espaço simples, como também a não continuidade de instituições de ensino, revelando certo descaso ou falta de preocupação com a educação, já que aspectos que sempre foram motivos de duras críticas tanto de educadores quanto de pensadores da educação eram observadas também na realidade local, visto que, ausência de instalações físicas adequadas e periodicidade no funcionamento de estabelecimento de ensino eram aspectos representativos das escolas de primeiras letras do povoamento.

A precariedade é a tônica do funcionamento dessas escolas, como revelam as informações contidas no Livro da Diretoria Geral da Instrução Pública dos anos de 1936 e 1937, ao apresentar o inventário dos materiais pedagógicos e mobiliários da escola para o sexo masculino da cidade. Na lista constam: 20 bancos carteiras, 01 quadro negro, 01 relógio inutilizado, 01 carta do Ceará, 01 mesa pequena, 01 estrado pequeno e 01 régua.

Como podemos observar, apesar da passagem do tempo, a descrição do mobiliário existente na escola nos mostra que quase nada havia mudado desde a implantação das primeiras escolas de Primeiras Letras. As demandas para realização do ensino continuavam

sendo basicamente as mesmas e a fragilidade do sistema educacional era perceptível tanto no que diz respeito aos aspectos de infraestrutura, na necessidade de espaços e equipamentos que auxiliassem o processo ensino-aprendizagem, quanto no que se refere ao acesso, pois, dados do mesmo livro da Diretoria Geral da Instrução Pública expõe que no ano de 1936 a escola para meninos atendia inicialmente apenas setenta alunos, com idade que variava de seis a quatorze anos, distribuídos em três primeiras séries do Ensino Primário, contudo recebendo as aulas no mesmo espaço sem distinção de classes.

Sobre esse aspecto, J. Moreira de Sousa (1961) avalia que a Escola Primária cearense desde seus primórdios sempre foi muito carente, sendo problemas crônicos a ausência de instalações adequadas para o ensino, de material pedagógico – especialmente nas escolas do interior do Estado - além do despreparo profissional dos docentes que eram “(...) miseravelmente pagos (...) desassistidos, material e moralmente, entregues em si mesmos, sem livros, sem revistas especializadas, sem aulas-modelos, sem cursos de aperfeiçoamento (...)” (p.100), ponderando ainda que:

A escola primária do Ceará (...) funciona, de modo geral, só para fazer letrados, inteiramente alheios à sua verdadeira função social de elemento integrador do indivíduo, na comunidade a que pertence (...) Tal fato, aliado ao descaso das administrações quanto a conservação de prédios escolares, permite-nos acentuar a verdadeira situação de decadência da Escola Primária (...). A rigor, o ensino primário público do Ceará, não chega a constituir um autêntico sistema de educação. Falta-lhe para isso, sem dúvidas, unidade de fundamentação ideológica, de estrutura de organização e de objetivos colimar. (SOUSA, 1961, p.110 – 111).

A conjuntura apresentada por Sousa (s/d) sobre o Ensino Primário cearense, nos mostra a educação formal em estado de calamidade, os poucos recursos deixavam uma lacuna difícil de ser transposta, mesmo tendo saído do Ceará importantes reformulações do ensino, como a realizada por Lourenço filho<sup>7</sup>, a realidade não condizia com que estava exposto na teoria e a instrução pública do Estado não era capaz de transformar a realidade existente.

Como já postulamos, Ubajara, era representante característica da escolarização cearense, sendo avistado em suas poucas instituições escolares os mesmos atributos das demais regiões do Estado, tanto que entre as diversas escolas isoladas criadas e as outras

---

<sup>7</sup> Educador paulista que chegou ao Ceará em 1922, imprimindo ao sistema de ensino cearense as primeiras diretrizes realmente científicas do ensino, conforme as palavras de Sousa (1961, p.316). Tinha respaldo político e financeiro do governo do Estado, na época presidido por Justiniano Serpa, o que facilitou seu trabalho reformador. Autor do Regulamento da Instrução Pública do Ceará de 1923, realizou a organização do ensino através do recenseamento das crianças analfabetas em idade escolar, construção e reorganização de prédios escolares, formação de professores e crescimento significativo do número de matrículas.

tantas desativadas por falta de recursos financeiros, em 1942, é criada a Escola Reunida de Ubajara, com quatro classes, uma para cada ano do ensino primário.

Escolas Reunidas, segundo Souza (2010, p.162), são instituições que possuem a mesma organização dos grupos escolares ainda que concebidas para funcionarem como escolas graduadas, elas se consolidaram como um modelo simplificado de grupo escolar com padrão de baixo custo. Elas poderiam ser classificadas como uma fase intermediária entre as escolas isoladas e os grupos escolares. Foram criadas no Ceará para o ensino primário elementar não preparando o aluno para o exame de admissão, oferecido apenas nos grupos escolares. Tais escolas se localizavam tanto na capital quanto no interior e como tantas outras instituições de ensino careciam de assistência pedagógica e de infraestrutura.

Tais instituições foram previstas na Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto-lei nº 8.529, artigo 28, em que nomeia os estabelecimentos de ensino mantidos pelo poder público da seguinte forma: I. Escola isolada (E.I), quando possuir apenas uma turma entregue a um só docente; II. Escolas reunidas (E.R), quando houver de duas a quatro turmas de alunos, com número correspondente de professores; III. Grupo escolar (G.E), quando possuir cinco ou mais turmas, com igual número de professores; IV. Escola supletiva (E.S.), quando ministrar o ensino supletivo, seja qual for o número de alunos e de professores. Além disso, as Escolas reunidas e as escolas isoladas poderiam ministrar apenas o curso primário elementar, os grupos escolares poderiam ministrar o curso elementar, o curso complementar (Art. 29, decreto-lei nº 5.829/1946).

A Escola reunidas de Ubajara iniciou seu funcionamento com três turmas – da primeira a terceira séries do ensino primário – em uma casa de família que foi transformada em escola, o espaço reservado para a instituição era constituído por três salas que eram utilizadas para as aulas e uma sala menor que servia como diretoria e depósito para o pouco material didático que as professoras dispunham. As informações dadas por uma professora que vivenciou esse período apresentam informações relevantes sobre a instituição.

Eu comecei a trabalhar na Escola Reunida em 1951, nunca esqueço! Foi lá que aprendi a trabalhar! A escola era pequena, só com 3 turmas, as professoras eram a dona Neide Freire, a dona Alaíde Holanda e eu que fiquei com elas, a dona Neide era professora e diretora. Funcionava só pela manhã, tinha muita criança do sítio, a gente começava a trabalhar depois das 7 da manhã, aqui sempre foi muito frio, começava umas 7 e meia, ficava até às 11 horas. A gente dava só um momento para as crianças. Não tinha lanche e nem para onde os meninos irem, eles ficavam correndo na rua um momento depois voltavam para continuar a aula. Éramos professoras polivalente, mas tinha que ensinar mesmo era os meninos a ler e escrever, aprender a tabuada. Eu fui professora da 1ª série, tinha uns que já chegavam sabendo de tudo outras não sabiam de nada. Nós quase não tínhamos

material, era só o giz mesmo que a diretora nos dava, também tinha umas cartilhas, mas eram poucas, enfim era precariedade. (PROFESSORA PRIMÁRIA. Entrevista cedida em 14/07/2017)

A fala da professora nos apresenta o cotidiano da escola em suas diversas nuances, revelando um funcionamento deficiente de uma série de instrumentos necessários à aprendizagem que iam desde a estrutura física (o prédio foi adaptado de uma residência) a condições pedagógicas insuficientes (falta de livros por exemplo). A escola funcionou até 1957 com essa denominação, quando foi transformada em Grupo Escolar<sup>8</sup>, pois segundo a fala da professora foram inseridas mais algumas turmas no período vespertino.

**Figura 8** - Prédio onde funcionou as Escolas Reunidas entre os anos de 1942 a 1956, na cidade de Ubajara - CE.



Fonte: Arquivo Pessoal

Importante destacar que essa nova reorganização do ensino primário na cidade traz dados de melhoramento quanto ao percentual de alfabetização. Informações apresentadas por Sousa (1961, p. 62) revelam que houve considerável crescimento nessas taxas,

<sup>8</sup> Segundo Dermeval Saviani (2008, p.172), grupos escolares também são conhecidos por escolas graduadas, uma vez que o agrupamento de seus alunos se dava de acordo com o grau em que esse aluno se encontrava, o que resultava em uma progressividade da aprendizagem, ou seja, o aluno passava gradativamente de uma série a outra até concluir a última.

considerando que em relação a região da Ibiapaba o município mostrou expressivo crescimento.

A zona de Ibiapaba (...) é constituída por 8 municípios, 3 dos quais têm quotas de alfabetização inferiores a 15% em 1950 e outros 3, além desses, têm quotas inferiores a 20%. Os 2 restantes são os de Ibiapina, com 21,50% e de Ubajara, com 27,06%. Em 3 municípios houve, entre 1940 e 1950, aumento da quota de alfabetização. Salienta-se, dentre eles, por ter apresentado acentuado crescimento, o de Ubajara, cuja quota atingia, na primeira data, 20,48%.

Com efeito, podemos depreender da análise do autor, que a partir da reestruturação do ensino, com a concentração dos discentes em uma única instituição na sede do município, houve avanço nos números de alfabetizados em idade escolar, revelando que tal sistematização propiciou ligeiro desenvolvimento da instrução pública, o que não quer dizer, no entanto, que tais taxas fossem as desejadas, já que observados os dados do Censo escolar de 1957, percebemos que pouco mais de 50% da população que deveria ser atendida pela escola, realmente era ou ainda tem a relação de crianças alfabetizadas versus crianças que deveriam receber o ensino das primeiras letras apresenta relevantes disparidades.

**Quadro 01:** Número de crianças em idade escolar em Ubajara no Censo Escolar de 1957.

Em idade escolar	3.338	100,00%
Sem frequentar a escola	1.517	45,44%
Frequentando a escola	1.821	54,56%

**Fonte:** Revista do Cinquentenário de Ubajara

Nesse sentido, é pertinente destacar que na proporção em que há o aumento nos números da população de 07 a 14 anos, em 1950, há também a ampliação dos números dessa população que não frequenta escola.

**Quadro 02:** População de 07 a 14 anos em Ubajara, em conformidade com o ano de nascimento.

<b>Ano</b>	<b>Na Escola</b>	<b>Sem Escola</b>	<b>Total</b>
1957	212	295	507
1956	252	238	490
1955	248	181	429
1954	251	211	462
1953	225	165	390
1952	242	183	425
1951	245	130	376
1950	145	114	259
<b>Total</b>	1.821	1.517	3.338

**Fonte:** Revista do Cinquentenário de Ubajara

Os números apresentados revelam um crescimento gradativo do número de crianças de 07 a 14 anos, com exceção do ano de 1953, bem como um aumento significativo da quantidade de crianças fora da escola, uma vez que em 1950 era 114 e em 1957 já eram 295 anualmente, ou seja, apesar dos dados revelarem um aumento na taxa de alfabetização no município, esses ainda eram baixíssimos frente a realidade da população local.

Outro fator interessante de destacar acerca da tímida melhoria dos números na educação ubajarense na década de 1950, pode ser direcionada à criação de um setor específico na administração pública voltado para essas questões – o Serviço de Educação e Saúde – instituído em 1959, passando a funcionar precariamente a partir da década de 1960. O projeto de lei do vereador Antônio Miranda Neto foi aprovado no dia 25 de maio em terceira e última instância, com o objetivo de organizar e sistematizar a educação da cidade. Bem, verdade que não podemos afirmar com exatidão que o aumento dos números de alfabetização deva-se a tais aspectos, contudo, é importante salientar que foram mudanças significativas na organização educacional do município.

Nesse momento, as transformações educacionais na cidade não se davam apenas na instrução pública. O final da década de 1950, também é marcado pela fundação de uma escola de primeiras letras pelo então padre responsável pela paróquia de São José – Moacir de

Melo Cavalcante<sup>9</sup> e entregue aos cuidados das Irmãs de Caridade filhas de São Vicente de Paulo<sup>10</sup>.

A congregação das irmãs de caridade chegou em Ubajara em dezembro de 1959 a pedido do então pároco Pe. Moacir de Melo (1919 – 1962) e com um objetivo claro: assumir a direção de uma escola – Patronato Nossa Senhora de Fátima – que seria instalada na cidade sob a tutela da igreja Católica. A ação da igreja e a atuação do Padre Moacir de Melo são expressas na Revista do Jubileu de cinquenta anos da congregação (2007) ao apontar que:

O Instituto Nossa Senhora de Fátima é fruto do idealismo e do zelo apostólico do reverendíssimo Padre Moacir Melo (...), que preocupado com a evangelização e desejoso de oferecer algo melhor, em termos de educação, à infância e à juventude ubajarenses se propôs a construção de um Patronato que confiaria à direção de uma congregação religiosa (...)

Importante destacar do trecho da publicação exposto acima, os primeiros indícios de atuação da Igreja Católica na esfera educacional da cidade de Ubajara e a preocupação do padre não somente com a educação formal, mas também que ela fosse fonte de evangelização, ação essa que se coadunava com as ideias propostas tanto pelo processo de Romanização<sup>11</sup> quanto pelas orientações advindas do Concílio Plenário da América Latina (1899), ainda do século XIX.

---

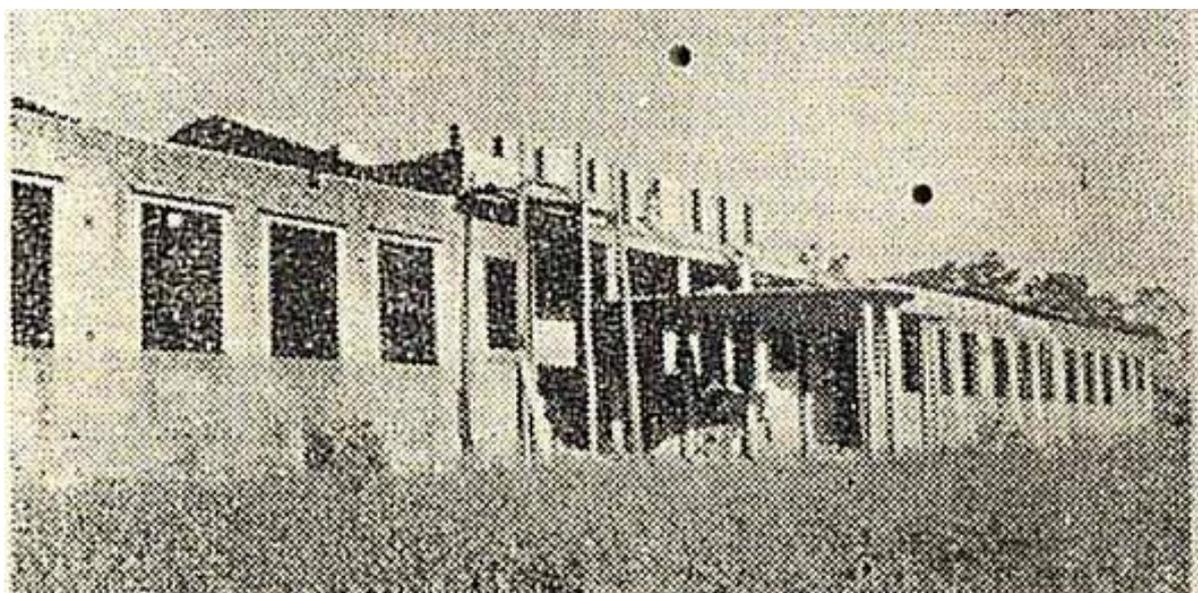
<sup>9</sup> Pároco de Ubajara – CE de 1952 a 1960. Dentre suas principais obras na cidade está a fundação com a ajuda das irmãs de Caridade Filhas de São Vicente de Paula, do Patronato Nossa Senhora de Fátima.

<sup>10</sup> As Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo tiveram suas atividades iniciadas em 1617 como uma Confraria de Caridade fundada por Vicente de Paulo na cidade de Châtillon-Les Dombes (França), com o intuito de servir aos pobres doentes daquela localidade. Chegaram a Paris em Novembro de 1633 (data considerada como a de fundação da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo Servas dos Pobres. A aprovação da companhia foi feita pelo Papa Clemente IX, em 1668. No Brasil, chegaram entre os anos de 1844 a 1875, através de pedido feito por Dom Antônio Vieira Viçoso – Bispo de Mariana (MG) – ao padre Jean-Baptiste Ettiënne – Superior geral da Companhia das Filhas da Caridade. No Ceará chegaram em julho de 1865, através de solicitação do bispo Dom Luís Antônio dos Santos. Fixaram-se, primeiramente na capital – Fortaleza – direcionando os trabalhos para a assistência aos mais necessitados, através da construção de um orfanato. Destacaram-se, também, no que se refere a educação feminina, fundando diversas escolas voltadas para tal intento, tais como o Colégio da Imaculada Conceição (1866), Externato São Vicente de Paulo (1884), Patronato Santa Luísa de Marillac (1934), dentre outras.

<sup>11</sup> Segundo Parente (2000), foi o termo utilizado pelo antropólogo Roger Bastide para evidenciar o processo em que a Igreja Católica da América Latina era cada vez mais conduzida por Roma. Podemos considerar que esse processo começou a ser implantado na América Latina a partir das decisões oriundas do Concílio Vaticano I (1869 – 1870), momento em que o Vaticano começou a desenvolver uma política de enquadramento da igreja latino-americana, tornando a Igreja Católica da América Latina cada vez mais administrada por Roma (Parente, 2000, p. 78). Tal situação pode ser percebida através do Concílio Plenário da América Latina (1899) – primeira vez que se reuniu em assembleia particular o episcopado latino-americano – em que foram fixadas diretrizes do catolicismo na região, dentre as quais àquelas direcionadas a educação Católica da juventude nas escolas primárias, secundárias e universitária.

A preocupação da Igreja Católica para com a educação e que essa estivesse a seu serviço sempre foi fator de relevantes considerações, uma vez que a igreja Católica precisava fincar bases sólidas no ideário da população para continuar reinante em todos os espaços pudesse se propagar fossem grandes cidades ou rincões enfiados nas regiões mais longínquas, como é o caso do município de Ubajara. Sendo assim, a preocupação do pároco da cidade em fundar uma escola sob o viés dos ensinamentos do catolicismo ia para além da formação acadêmica dos indivíduos, estava ligada também a perpetuação da doutrina religiosa.

**Figura 9** - Patronato Nossa Senhora de Fátima em construção.



**Fonte:** Arquivos do Instituto Nossa Senhora de Fátima Ubajara – CE.

A escola pensada pelo Padre Moacir Melo foi inaugurada em dezembro de 1959, conforme aponta a Revista do Jubileu de ouro da congregação Vicentina (2007), atendendo, no Ensino Primário, oitenta e dois alunos das famílias mais abastadas da cidade. Como, inicialmente, funcionava em sede ofertada pela paróquia, os anos que se seguiram o que observou-se na cidade foram intensas manifestações em torno da construção de sua sede própria, como podemos inferir a partir do livros de atas da Câmara municipal de Ubajara, em que observamos alguns pedidos de aprovação de verbas municipais para auxílio na construção do prédio da escolas religiosa, tais como as atas de sessão dos dias 14 de julho de 1955 e 02 de mais de 1959, nas quais são aprovadas a quantia de cem mil cruzeiros em cada uma delas, como contribuição para a construção da referida escola.

Mesmo sendo particular, a escola fundada pelo padre Moacir Melo e dirigida pelas Irmãs Vicentinas, propiciou uma melhoria à precária escola de ensino primário da cidade de Ubajara, isso porque as religiosas já detinham maior experiência de ensino, dispunham de melhor estrutura física e financeira, já estando em processo a construção de um prédio próprio, com as constantes contribuições do poder público e da própria paróquia, além do que mesmo sendo cobradas mensalidades pelas aulas, as formas de pagamento eram flexíveis, posto que esses valores podiam ser revertidos em itens de alimentação para as freiras, como exprime a entrevistada N3 ao relatar que:

(..) mesmo não tendo condições de pagar a mensalidade, as irmãs deixavam as crianças entrar. Mas, em troca os pais mandavam milho, feijão, mandioca, legumes, enfim, elas se alimentavam do que as famílias podiam mandar... era uma parte em dinheiro, outra em alimento. Era leitura e escrita em troca de pão e não era ruim não (...) elas eram caridosas mesmo, ajudavam no que podiam e a escola era boa, diferente das que tinha aqui, que eram boas, mas não eram como a escola das irmãs.

A adequação a realidade vigente era uma forma de agregar as pessoas em torno da nova instituição, gerando expectativas na comunidade local como a escola que apresentava as maiores chances de existência duradoura, tanto por ser conduzida pelas religiosas, quanto por reunir em seu favor pessoas influentes na cidade, como o próprio Pe. Moacir Melo, Hemérito Augusto Pereira, Oscar de Oliveira Magalhães e as doadoras do terreno onde foi construída a sede própria da escola: Maria Olinda Pereira e Etelvina Alice Pereira.

Se o ensino primário já demandava esforços substanciais para seu funcionamento, o ensino secundário não difere e se iniciavam já no exame de admissão, especialmente porque mesmo Ubajara necessitando de um estabelecimento de ensino que o oferecesse, só o teve por iniciativas particulares e várias foram as tentativas de instituição de um curso preparatório para os exames de admissão, todas elas tendo vida efêmera:

A primeira foi feita em 1909, por Raimundo Magalhães. Era um curso sem denominação especial e durou apenas seis meses. A segunda data de 1913, intitulava-se Externato Noturno de Ubajarense, fundado e dirigido por Manuel Miranda e Pergentino Costa, funcionou também menos de um ano. Em 1934, Oscar Magalhães e Francisco Moita fundaram e mantiveram durante dois períodos letivos o Instituto Tomás Pompeu (...). Durante dois anos, 1939 – 1940, funcionou (...) um curso mantido pelo juiz municipal Dr. Moacir Gomes Sobreira, auxiliado por Hemérito Pereira. Extinto com a remoção do Dr. Moacir para outra comarca, foi fundado outro curso pelo professor Expedito Fernandes Mendes, coma colaboração de Hemérito Pereira e Oscar Magalhães. Foi este o de maior duração, pois funcionou durante três anos. Posteriormente, Edmundo Macedo, Fernando Eudes Menezes e Antônio Joaquim da Costa e Silva fundaram um curso preparatório (...) vindo a desaparecer mal havia completado o primeiro trimestre. (PEREIRA, 1965)

Vale acentuar que todas essas iniciativas de preparação para os exames de admissão eram particulares, de tal modo abarcavam apenas parte da população, seja aqueles que tinham condições precárias ou aqueles que viam a instrução escolar como algo de fundamental importância para a vida de seus descendentes.

Após diversas tentativas de organização de cursos preparatório para os exames de admissão surge àquela que, consoante Pereira (1965, p.12), é a que tem maiores probabilidades de lograr êxito uma vez que houve toda a organização necessária para sua constituição, trata-se do Ginásio São José, fundado em 1962, funcionando no mesmo espaço que o Patronato Nossa Senhora de Fátima (no momento já adotando a nomenclatura Instituto Nossa Senhora de Fátima) e também sob a orientação das irmãs Vicentinas, seria a instituição que ofereceria o curso Ginásial em Ubajara.

Fazendo um balanço sobre a instrução pública em Ubajara no ano do cinquentenário da cidade, Hemérito Pereira, avaliza que a educação pública e particular da cidade de Ubajara estava sendo ministrada pelos seguintes estabelecimentos: Grupo Escolar de Ubajara na sede do município (com mais seis escolas auxiliares no interior, mantidas pelo Estado), escolas primárias mantidas pelo município em localidades da Zona Rural do município. O Patronato Nossa Senhora de Fátima e o Ginásio São José (os dois últimos particulares e mantidos pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo). Situação bem diferente daquela apresentada por Américo Barreira (1949), quando expôs que a cidade contava em meados da década de 1940 com apenas seis (06) escolas, sendo uma (01) Escola Reunida e cinco (05) Escolas Elementares.

O crescimento na quantidade de escolas ao longo dos anos também é fruto das políticas para a educação tanto do Estado, quanto a nível nacional, já que mesmo distante dos grandes centros urbanos, Ubajara estava inserida nessa rede de transformações oriundas de políticas educacionais adotadas pelos governos tanto cearense, quanto brasileiro. No Ceará, Virgílio Távora<sup>12</sup> (1919 – 1973) estava em seu primeiro mandato como governador (1963 – 1966). Tinha adotado importantes medidas com o intuito de alavancar o crescimento econômico, um plano de metas governamentais que estabelecia diversas medidas econômicas

---

<sup>12</sup> Virgílio de Moraes Fernandes Távora nasceu em Fortaleza, militar de carreira herdou o comando do grupo oligárquico da União Democrática Nacional – UDN, após a morte de seu pai – o senador Fernandes Távora. Governou o Ceará em dois mandatos (1963-1966/1979-1982). Promoveu os alicerces do processo efetivo de industrialização do Estado, com base nas ideias desenvolvimentistas que pairavam no Brasil.

e administrativas que seriam implantadas em seu governo chamado PLAMEG I<sup>13</sup>. Era a primeira vez que um governador cearense adotava um planejamento de governo.

No campo educacional, Virgílio Távora compôs uma equipe com professores de tendências socialistas e que pensavam a educação, especialmente, a partir das ideias de Paulo Freire e Jean Piaget. Além disso, conforme Farias (2009) aponta, buscou ampliar a rede de ensino, reequipar as escolas, contratar professores, promover cursos de qualificação do magistério, aumentar salários, dentre outros.

Dentro dessa política governamental de fomentar a educação cearense, encontramos registros nos relatórios de governo guardados no Arquivo Público do Ceará que colocam Ubajara dentro dessa realidade, primeiro nos documentos oriundos de reuniões do governo estadual com representantes dos município no interior do Estado, como também no Plano de ampliação para o fundo Nacional do Ensino Primário, que prevê a construção de mais salas de aulas para o Grupo Escolar de Ubajara e para mais duas escolas da zona rural do município ou ainda o envio de materiais que subsidiariam o trabalho pedagógico.

A reunião na qual o prefeito de Ubajara, Domício Pereira (1963 – 1967) expôs os pedidos, aconteceu na cidade de Sobral – CE, em 1963 e o documento aponta como principais reivindicações para o melhoramento da educação na cidade, os seguintes pontos:

- auxílio para a manutenção do Patronato Nossa Senhora de Fátima;
- auxílio para a conclusão do Ginásio São José;
- construção de dez salões destinados ao ensino primário na zona rural;
- auxílio para a conclusão das obras do Grêmio Padre Moacir.

Examinando a lista de solicitações, observamos a preocupação dos representantes ubajarenses com a disseminação de salas de aula pela zona rural, fator relevante de ser ponderado uma vez que até os dias atuais a maior parte da população da cidade habita tal espaço, contudo, é importante que ponderemos a preocupação com entidades particulares,

---

<sup>13</sup> Plano de Metas Governamentais – PLAMEG I foi o plano do primeiro governo de Virgílio Távora elaborado pelo economista Hélio Beltrão da Fundação Getúlio Vargas – FGV, pelos técnicos do Banco do Nordeste do Brasil – BNB e da Universidade Federal do Ceará – UFC. Estabelecia uma série de medidas econômicas e administrativas que seriam aplicadas ao governo, com o objeto de alavancar a industrialização cearense, através da criação pelo Estado de obras de infraestrutura (energia, transportes e comunicações), tinha inspiração no Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek e no Plano Trienal de João Goulart.

como é o caso do Patronato Nossa Senhora de Fátima, do Ginásio São José e do Grêmio Padre Moacir<sup>14</sup>, já que a maior parte dos requerimentos é voltada para elas.

As respostas obtidas, contudo, não foram muito satisfatórias. O auxílio para manutenção do Patronato Nossa Senhora de Fátima foi negado para aquele ano vigente, o auxílio para conclusão do Ginásio São José e para a construção das salas de aula na zona rural foram considerados assuntos a tratar em 1964, quanto ao auxílio para conclusão das obras do Grêmio Padre Moacir, houve a solicitação de maiores esclarecimentos sobre a natureza de tal instituição, já que segundo o relatório, não foi compreendida a relação da entidade com a escolarização. A partir de tais informações, podemos inferir que mesmo com a política de incentivo à educação apresentada nos planejamentos do governo Virgílio Távora, havia um crivo pelo qual as requisições municipais passavam, nem sempre tendo o retorno favorável ou sendo ponderado um maior espaço de tempo para que fosse atendida.

O resultado dos pedidos do governo municipal de Ubajara começou a ser atendidos no Plano de ampliação para o fundo nacional do Ensino Primário de 1965, em que estavam previstas construções de mais salas de aula em algumas localidades.

Dado que merece ser destacado a partir da imagem abaixo diz respeito a existência de algumas instituições que não mais funcionavam nas casas dos professores ou em espaços cedidos por alguma família da comunidade. Assim, em Ubajara já existia um Grupo Escolar na sede do município, além de mais três escolas rurais nos distritos de Araticum, Jaburuna e Olho d'Água.

**Figura 10** - Fundo Nacional do Ensino Primário. Catálogo Virgílio Távora.

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
ASSESSORIA TÉCNICA

MUNICÍPIO DE UBAJARA

REUNIÃO DE SOBREL  
ENSINO PRIMÁRIO  
MAPA DE ATENDIMENTO DO DÉFICIT  
DO APARELHAMENTO ESCOLAR

MUNICÍPIO	NOME DA ESCOLA	SALA			CARTEIRA			MESA			CADEIRA			GIZ			APAGADOR			Total
		Nº	Área	Exis-	Dé-	Valor	Exis-	Dé-	Valor	Exis-	Dé-	Valor	Exis-	Dé-	Valor	Exis-	Dé-	Valor		
		m <sup>2</sup>	ten-	ci <sup>1</sup>	1.000	ten-	ci <sup>1</sup>	1.000	ten-	ci <sup>1</sup>	1.000	ten-	ci <sup>1</sup>	1.000	ten-	ci <sup>1</sup>	1.000	ten-	ci <sup>1</sup>	1.000
UBAJARA	G.E. de Ubajara	3	144	20	52	468	3	1	20	3	1	3	10	1	5	1				493
UBAJARA	Escola Rural	1	48	-	24	216	-	1	20	-	1	3	10	1	1	0				240
UBAJARA	Escola Rural	1	48	-	24	216	-	1	20	-	1	3	10	1	1	0				240
UBAJARA	E.R. Olho D'Água	1	48	-	24	216	-	1	20	-	1	3	10	1	1	0				240
		5	288	20	124	1116	3	4	80	3	4	12	40	4	8	1				1213

Fonte: Arquivo público do Estado do Ceará

<sup>14</sup> Instituição localizada no centro de Ubajara, sendo o espaço onde ocorriam diversas manifestações culturais, bem como aulas preparatórias para os exames de admissão, contudo os serviços prestados pela instituição eram particulares.

Como podemos observar a perspectiva era de acanhado aumento de salas de aulas em algumas escolas já existentes, posto que segundo a justificativa exposta no mesmo documento, “o acréscimo de salas de aula em prédios das pequenas comunidades do interior atendem satisfatoriamente a oferta de matrículas, (...) quando a construção de novas escolas seria gasto supérfluo e desaconselhável no presente”. No entanto, o mesmo relatório aponta que seriam necessárias pelo menos vinte e oito salas de aula para acomodar toda a população da cidade com idade para cursar o Ensino Primário. Outro dado que merece destaque diz respeito a quantidade de matrículas efetivas no ensino primário, uma vez que das 2.194 crianças e adolescentes com faixa etária dos 07 aos 14 anos, no ano de 1963, apenas 777 estavam matriculadas na escola, revelando mais uma vez que o acesso ainda era um dos grandes entraves da instrução pública da cidade e do Estado do Ceará.

Dentro da proposta de governo de Virgílio Távora (1963 – 1966) estavam inseridos aspectos que diziam respeito a construção e/ou ampliação de prédios da rede escolar estadual, que pelas informações acima, Ubajara estava contemplada. Outro aspecto se direcionava à aquisição de equipamentos, que como podemos observar e apesar de ínfimos, a imagem exposta anteriormente revela a proposta de envio de alguns subsídios para funcionamento das escolas. Um outro ponto se direcionava para o auxílio financeiro às instituições particulares de ensino, no qual também encontramos a presença de entidade ubajarense, o Patronato Nossa Senhora de Fátima que, dentro das previsões do plano, receberia dois mil cruzeiros, sob a prerrogativa de oferecer ensino primário gratuito àqueles que não poderiam pagar, através de bolsas de estudo.

Observando todas as considerações expostas até o momento, percebemos que a instrução primária ubajarense sempre foi alvo de inúmeros desafios, aliás como em todo o Ceará, devido à escassez de infraestrutura, a inconstância ou ausência de materiais pedagógicos e a participação da comunidade. Nesse último aspecto é importante assinalar que o caráter público de algumas instituições escolares não garantia a presença de todos da comunidade, o trato com a agricultura e as condições de subsistências precárias deixavam significativa quantidade de pessoas longe dos bancos escolares, fosse pela lida diária, fosse pela falta de condições para comprar o material mínimo necessária para adentrar na escola, já que tudo era por conta do aluno. Exemplo dessa situação pode ser observado na fala da entrevistada N1 quando relata que:

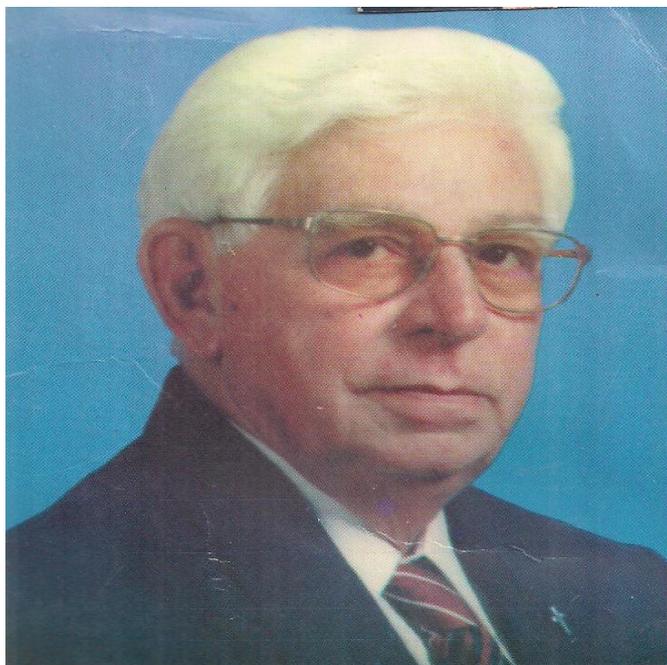
(...) como eu não tinha condição de comprar o material, as coisas da escola, eu pegava folha usada na receita federal. Tinha seus Quincas, que era tio de uma colega minha que também estudava. Eu pedia aquelas folhas para eu usar o verso. Eu costurava com uma agulha grandona, transformava em um caderno para poder copiar as coisas que tinha no livro para estudar. (...) era difícil (...) quando terminei de estudar tinha um calo aqui no dedo, ainda hoje tem um pouquinho, de costurar para fazer meus cadernos. (Entrevista realizada em 24/08/2016).

O papel desempenhado pela Igreja católica, através do Padre Moacir Melo e da congregação das Irmãs de Caridade Filhas de São Vicente de Paulo, também é merecedor de destaque, uma vez que as instituições criadas por eles – Patronato Nossa Senhora de Fátima e Ginásio São José – propiciaram relevantes transformações no campo educacional, seja pela oferta de maior qualidade no Ensino Primário, seja pela implantação do primeiro curso ginasial da cidade, em 1962, dado que até então havia apenas a oferta do primário, fosse em escola pública ou particular.

Neste contexto de dificuldades e transformações na educação, a necessidade de uma escola secundária continuava latente e foi impulsionada com a chegada do novo pároco para a cidade – Padre Francisco Tarcísio Melo. Detentor de ideias que se coadunavam com aquelas do antigo pároco, buscou meios para transformar em realidade o ensejo da população de concluir o ensino secundário sem a necessidade de sair do município.

### 3.2 Padre Francisco Tarcísio Melo e seu projeto educacional para a cidade de Ubajara

**Figura 11-** Monsenhor Francisco Tarcísio Melo



**Fonte:** Arquivo da EEEP Governador Waldemar Alcântara

Segundo Vasconcelos Júnior (2006, p. 66) “a singularidade não traduz uma abordagem que explique o geral a partir do detalhe, a singularidade do indivíduo pode ser tomada como um território em que determinadas questões históricas precisam se situar para ganhar significado”. Levando em consideração essa reflexão é que encararemos as ações e a vida religiosa do Padre Tarcísio Melo, não apenas apontando aspectos de sua história de vida, mas compreendendo que suas ações influenciaram sobremaneira o processo histórico da cidade de Ubajara, ponderando, especialmente, que suas orientações pessoais e sua formação acadêmica foram os alicerces de suas escolhas intelectuais, políticas e sociais, que também propiciaram um modo próprio de se colocar perante a realidade. Desta forma, ao ponderarmos a vida do sacerdote e junto a ela percebemos seus objetivos para a cidade de Ubajara, destacando a esfera educacional, vislumbraremos o quão relevante foram seus empreendimentos educacionais.

Francisco Tarcísio Melo nasceu em Ibiapina – CE (cidade a qual Ubajara pertencia até 1915) em 22 de dezembro de 1926, é o sétimo filho dos treze de João Alfredo Melo e Maria Aguiar Melo, viveu os primeiros anos de sua vida na cidade natal. Foi

alfabetizado pela mãe, sendo posteriormente matriculado na escola dirigida pela professora Maria Albertina. Para dá continuidade aos seus estudos e de seus irmãos, a família mudou-se para a cidade de Sobral – CE, onde, em 1938, o jovem ingressa no Colégio Sobralense, fundado pelo bispo Dom José Tupinambá da Frota<sup>15</sup>.

Desde muito cedo teve sua vocação estimulada para o sacerdócio tanto pelos pais quanto pelo tio Monsenhor Antônio Cândido Mello, pároco de Ibiapina. Tal que em 1939, aos treze anos, ingressou no Seminário São José de Sobral, na qual concluiu o Ensino secundário. Dando continuidade aos seus estudos sacerdotais, mudou-se para Fortaleza – CE em 1946, onde fez os cursos superiores em Filosofia e Teologia Moral Dogmática, no Seminário Episcopal de Fortaleza (Seminário da Prainha).

Nesse contexto, é relevante destacar a formação sacerdotal recebida pelo jovem Francisco Tarcísio Melo, primeiro no Seminário Diocesano São José em Sobral, posteriormente no Seminário da Prainha, ambas instituições fortemente desenvolvidas e moduladas a partir dos preceitos estabelecidos pelo processo de Romanização, que previa formação arraigada as postulações mais conservadoras da Igreja Católica.

As instituições frequentadas pelo futuro padre estavam imersas nessa conjuntura da Romanização, uma vez que o Seminário da Prainha foi uma instituição criada por Dom Luís Antônio<sup>16</sup> para formação do clero e de uma elite intelectual que se contraporía ao processo de secularização trazido pela modernidade (Parente, 2000, p.80). Assim, o liberalismo, o positivismo e o evolucionismo seriam combatidos, enquanto que a “(...)centralização do governo da Igreja católica pela Santa Sé; expansão centralizadora das ordens e congregações religiosas; desenvolvimento de novas devoções religiosas; desenvolvimento de um ensino católico paralelo ao oficial” (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006, p.76) eram as bases desse movimento católico. Dentro da mesma proposta de restauração da Igreja Católica estava o Seminário Diocesano de Sobral, pertencente a diocese

---

<sup>15</sup> Primeiro bispo da diocese de Sobral que teve forte atuação não somente na vida religiosa, mas também educacional e cultural da cidade. Parente (2000, p.91) ressalta o dinamismo do bispo através de suas obras, dentre elas: como a instalação da Santa Casa de Misericórdia, a construção do Palácio Episcopal, o Seminário São José, o Cineteatro Glória, o Ginásio e Escola Normal Sant’Ana, o Colégio Sobralense, a Escola Profissional e a Casa de Saúde, o Museu Diocesano, o Abrigo e Orfanato Sagrado Coração de Jesus, o Patronato Maria Imaculada, o Jardim Zoológico.

<sup>16</sup> Dom Luís Antônio dos Santos foi o primeiro bispo a assumir efetivamente a diocese do Ceará nomeado em 1859, chegou em Fortaleza em 1861. Iniciou seus estudos em 1835, no Rio de Janeiro, mudando em 1838 para Caraça (Minas Gerais), onde recebeu o presbiterado. Em junho de 1844, tornou-se Reitor do Seminário Diocesano de Mariana (Minas Gerais). Segundo Pinheiro (1985), formado num dos mais famosos centros de romanização do Brasil, percebeu logo, com a devida clareza, o modelo de Igreja e que tipo de clero era necessário para a Igreja do Brasil Naquele momento, sendo desde cedo, uma de suas principais preocupações a formação de novos clérigos.

de Sobral<sup>17</sup> e dirigido por Dom José Tupinambá da Frota, religioso que também comungava das ideias romanizadoras.

Apontamos as instituições de sua formação sacerdotal como espaços de aprendizagem das práticas por ele empreendida, posto que através delas era comum a padronização das ações eclesiais no sentido de manter o poder da fé católica nas regiões mais distantes, marcando a presença da Igreja não somente pela atuação eclesiástica, mas também pela criação de instituições que suprissem necessidades da população, fossem elas ligadas à educação, à saúde ou à assistência social, ou seja, a levando a igreja o mais próximo possível dos indivíduos, fazendo com que a secularização que os rondava ficasse paulatinamente mais distante. Assim, foi forte incentivador da educação, sendo peça fundamental em questões que envolviam o social e o político das cidades por onde passou.

**Figura 12** - Turma de sacerdotes de 1951. Seminário Episcopal de Fortaleza (da esquerda para a direita, padre Tarcísio é o penúltimo de pé).



**Fonte:** Arquivo pessoal da Família Melo (Ibiapina)

Francisco Tarcísio Melo foi ordenado padre em 08 de Dezembro de 1951, exercendo o paróquiado entre os anos de 1952 a 1960 nas paróquias de Nossa Senhora do Rosário em Groaíras, Nossa Senhora do Amparo de Senador Sá e Nossa Senhora da Saúde em

---

<sup>17</sup> Criada em 1915, após a elevação da diocese do Ceará à arquidiocese. Foi a segunda diocese criada por Dom Manoel da Silva Gomes, primeiro arcebispo do Ceará, fazendo parte de uma política de expansão da Igreja Católica que consistia em constituir dioceses nas regiões de maior importância econômica. Juntamente com o município do Crato (primeira diocese criada por D. Manoel), Sobral era município localizado estrategicamente em centro político e econômico de maior irradiação do Ceará. (Parente, 2000, 91).

Frecheirinha. Em 01 de maio de 1960, assumiu a paróquia de São José em Ubajara, onde permaneceu como vigário por cinquenta e quatro (54) anos. Sua fama, desde muito jovem, foi de um padre muito zeloso e preocupado com o aprimoramento intelectual e espiritual dos fiéis de suas paróquias, tanto que pouco tempo após sua chegada a cidade agregou às suas atividades religiosas, a função de coordenador das escolas municipais de Ubajara, nesse momento busca empreender junto aos governos municipal e estadual a criação da escola normal, obtendo subsídios governamentais apenas em 1979, quando a escola criada em 1966, passa a fazer parte da rede de escolas estaduais.

Desta forma, dentre as muitas atividades e projetos desenvolvidos pelo sacerdote nas diversas esferas da sociedade ubajarense, o campo educacional foi um dos que obteve grande destaque, uma vez que graças a sua articulação empreendida junto à comunidade, à elite local e a alguns representantes governamentais, foi fundada a primeira escola secundária da cidade – a Escola Normal do Sagrado Coração, fato esse que transformou a realidade do município, quanto a permanência de boa parcela da comunidade na escola e na própria cidade.

A década de 1970, teve importantes acontecimentos na vida do religioso. Foi nomeado o primeiro delegado da 12ª Delegacia Regional de Desenvolvimento da Educação<sup>18</sup> com sede na cidade de Tianguá, em 1974. Também foi nomeado pelo governo estadual, em 1976, coordenador regional do setor educacional no Projeto de Desenvolvimento Integral da Ibiapaba – PDRI, projeto esse ligado ao programa do governo federal POLONORDESTE<sup>19</sup>, além de receber do Papa Paulo VI, por ocasião dos 25 anos de sacerdócio, o título de Monsenhor camareiro secreto do Papa.

A óptica de padre Tarcísio sobre a área educacional ubajarense é interessante de ser pontuada, posto que, consoante suas palavras, Ubajara tinha fama de ser uma cidade de intelectuais, graças ao fato de que “(...) antes tinham aqueles intelectuais, aqueles senhores, que se reuniam para as suas chamadas Tertúlias literárias” bem como era cidade natal de Raimundo Magalhães Júnior<sup>20</sup>, afirmando também que:

---

<sup>18</sup> As Delegacias Regionais de Desenvolvimento do Ensino eram órgãos ligados a Secretaria de Educação do Estado e tinha o objetivo de descentralizar as atividades ligadas a educação. O território cearense foi dividido em quatorze áreas de abrangência, cada uma dela subsidiada por uma delegacia. Tais órgãos funcionaram com essa denominação até 1996, sendo substituídas pelos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação.

<sup>19</sup> POLONORDESTE era um programa do governo federal com o apoio financeiro do Banco Mundial, que pretendia aumentar a produtividade e a renda da população rural da região nordeste através de projetos integrados em regiões selecionadas como acentuado problema de pobreza ou excelentes possibilidades de desenvolvimento imediato (Fernandes, 1982, p.49).

<sup>20</sup> Jornalista, biógrafo e teatrólogo, nasceu em Ubajara – CE em Fevereiro de 1907 e faleceu no Rio de Janeiro em 1981. Foi o quinto ocupante da Cadeira 34 da Academia Brasileira de Letras, em 1956, sucedendo de D. Aquino Correia.

(...) quando fui escolhido para ser vigário de Ubajara, um cunhado meu dizia: Tarcísio tem cuidado rapaz, tu vais para Ubajara, lá é terra dos intelectuais, querendo dizer que eu devia preparar direitinho meus sermões, meus pronunciamentos, porque (...) a fama de Ubajara (...) o povo chamava de Atenas ibiapabana. (Padre Tarcísio Melo em entrevista realizada em 2014).

A cidade, segundo as palavras do religioso, conservava espaços de intelectualidade e produção de conhecimento, contudo, no que se refere a educação formal, essa era privilégio para àqueles que pertenciam as famílias mais abastadas, visto que dispunham de condições financeiras para manter os filhos estudando em cidades mais desenvolvidas como Sobral e Fortaleza. A maioria da população em idade escolar permanecia sem frequentar a escola ou em instituições de ensino primário, não prosseguindo para o ensino secundário, sendo essa uma realidade que o padre ansiava modificar.

No diz respeito a formação do professorado responsável pelas escolas primárias, a maioria era composta de professoras leigas, podendo ser constatada tal informação a partir ainda da fala do Monsenhor Tarcísio (2014), quando afirma que na ocasião de sua chegada ao município na década de 1960 encontrou poucas professoras com formação específica para lecionar, relatando assim: “(...) quando eu cheguei aqui havia apenas três ou quatro professoras diplomadas, então que eu lembre, só três ou quatro que tinha ensino médio, tinha a (...)dona Neide (...), dona Leda Miranda (...), dona Maria da Glória e (...) dona Alaíde Miranda”.

A realidade local demonstrava a necessidade de uma escola de Ensino Secundário, dada sua fama de cidade de intelectuais, bem como pela falta de continuidade na formação acadêmica da comunidade local. Os jovens, sem posses, que terminavam o curso ginasial (que aliás, era particular) não tinham outra saída senão permanecer na cidade dando prosseguimento na vida sem concluir sua formação.

Desde os primeiros anos de seu paroquiado, Monsenhor Tarcísio muito se engajou em diversas esferas da sociedade ubajarense, buscando como ele mesmo ressalta “melhorias para Ubajara”, porque “(...) Ubajara é uma cidade progressista” (MELO, 2014). Dessarte, articulando-se com as autoridades locais viaja a Brasília com o intuito de conseguir uma agência do Banco do Brasil para a região.

(...) em (1962 eu fui a Brasília (...) eu, o prefeito da cidade – Francisco Pinto – (...) e o Antônio Ribeiro Neto, ele era um intelectual da estatística, nós fomos a Brasília para conseguir o banco do Brasil, nenhuma cidade da Ibiapaba tinha (...) foi um trabalho estatístico pra isso, e foi a primeira agência aberta aqui (...) fomos ao gabinete do Jânio Quadros (...) e conseguimos. (MELO, 2014).

Percebemos que a participação efetiva do pároco se dava para além de suas atividades religiosa e as questões da cidade eram tratadas com sua contribuição. Desta feita, seu próximo empreendimento foi a organização da escola de Ensino normal, dado que a ideia já existia e se mostrava fértil perante a realidade local, posto que aliava a fama de intelectualidade do município, um desejo pessoal do religioso e uma necessidade real da cidade, já que os municípios almejavam tal instituição.

Neste contexto, o ideário educacional de padre Tarcísio ganha forma e a mobilização em torno de seu pensamento já era profícua, tanto no apoio à ideia quanto em ações concretas, como disponibilização de espaço, viabilização do mínimo de mobiliário e organização da primeira turma, que se deu em março de 1966, logo após as comemorações dos cinquenta anos de emancipação política da cidade, que dentre as muitas festividades estava inserida a conclusão da primeira turma do Ginásio São José, momento que deixou a cidade em grande efervescência, já que até então, havia apenas o ensino primário no município.

### **3.3 Proposta de formação de professores primários: a criação da Escola Normal do Sagrado Coração.**

O relato sobre o processo de criação de uma instituição escolar constitui uma zona privilegiada de compreensão da sociedade e dos indivíduos, uma vez que ao narramos essa trajetória, não estamos apenas desenterrando a história e vultos significativos do passado da instituição escolar, como salienta Nosella e Buffa (2013). Estamos na realidade, abrindo espaços para discussões sobre a sociedade em que ela foi instalada, sobre o papel desempenhado pela instituição frente à comunidade, sobre a visão que essa sociedade dedica à escola, bem como possibilita o entendimento tanto dos sujeitos que pensaram o projeto educacional, quanto àqueles que usufruíram do estabelecimento, ou seja, “(...) quando a instituição escolar (...) tem um significado social reconhecido, o que significa ser considerada pela sociedade, em razão de sua tradição, dos alunos que formou, etc.(...)” (NOSELLA; BUFFA, 2013, p.58).

Neste sentido, compreender o processo de fundação da Escola Normal do Sagrado Coração e seus primeiros anos de funcionamento, nos leva a compreender a importância que essa instituição teve junto à comunidade ubajarense, uma vez que foi a primeira a oferecer o Ensino Normal na cidade, sendo uma possibilidade de formação de professores para a região e uma proposta de consecução dos estudos dos menos abastados.

É relevante, também, percebermos o quanto as transformações não acontecem na mesma proporção em todos os espaços, uma vez que pouco antes do momento de criação da escola, o ensino normal no Ceará era visto com certa ressalva, como aponta Silva (2009, p.43)

No Ceará, o desprestígio da Escola Normal na década de 1950 ocorreu, não só em relação ao fato de deixar de ser esta o centro irradiador do pensar educação no Estado e da desvalorização do próprio exercício do magistério com sua enorme precariedade para o efetivo trabalho do professor, mas também em função dos anseios pelo ensino superior, já que a descaracterização dos cursos normais ocorre sob influência da reforma do ensino secundário que o torna apenas um ramo deste ensino. (SILVA, 2009, p.43).

A autora refere-se ao fato de que, em 1946 foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Normal (decreto-lei nº 8.530) tratando tal modalidade como apenas mais um curso que integrava o sistema de cursos técnico-profissional, que incluía quatro modalidades: industrial, comercial, agrícola e normal, conforme explica Ghiraldelli (2015, p. 110).

Posteriormente com a primeira Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61<sup>21</sup> não houve grandes mudanças em relação ao Ensino Normal, pelo contrário, foi mantida sua finalidade e estrutura, também integrando o ensino médio, dando acesso ao aluno a qualquer curso superior, mediante sua aprovação em vestibular, como aponta a letra da lei:

Art. 52. O ensino normal tem pôr fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:

---

<sup>21</sup> A primeira tentativa de elaboração de uma lei que organizasse a educação pública aconteceu durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951), logo após a promulgação de mais uma Constituição Federal em 1946. Nomes como Fernando Azevedo e Lourenço Filho, dentre outros foram participantes da comissão instalada em 1947, que entregou ao Congresso o projeto da Lei em 1948. Contudo o documento foi arquivado graças aos esforços de Gustavo Capanema que, nas palavras de Ghiraldelli (2015), via a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB como um baque a sua contribuição no Ministério da Educação, visto que alteraria tudo que ele quis fazer a frente daquele ministério e ocultaria seu principal legado – as Leis Orgânicas do Ensino. Uma segunda tentativa foi iniciada em 1957 (o primeiro documento foi extraviado) e as discussões giram entorno do conflito entre defensores da Escola Pública e os apoiadores da Escola Particular.

- a) em escola normal de grau ginasial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginasial será ministrada preparação pedagógica;
- b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginasial.

Art. 54. As escolas normais, de grau ginasial expedirão o diploma de regente de ensino primário, e, as de grau colegial, o de professor primário. (...)

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação; (...) (LDB, 1961).

Analisando o contexto das décadas que antecederam a implantação da Escola Normal na cidade de Ubajara – CE, percebemos afastamentos e aproximações, especialmente na percepção do ensino que formaria professoras primárias. Enquanto pela lei o ensino normal era apenas mais uma modalidade de ensino técnico-profissional, para a cidade representava um avanço educacional indescritível, já que até então era oferecido apenas até o Ginásio, além de que a grande maioria das professoras eram leigas ou com formação incompleta como aponta dados exposto na Revista do Cinquentenário da cidade de 1965 que traz uma lista com o grau de formação dos professores em exercício do município.

**Quadro 03:** Formação de professoras em exercício na cidade de Ubajara em 1965

Normalistas Diplomadas	
De 2º Ciclo	08
De 1º Ciclo	-
De Curso pós-colegial	-
Não Normalistas	
De 2º ciclo concluído	03
De 2º ciclo não concluído	-
De 1º ciclo concluído	-
De 1º ciclo não concluído	-
De nível primário (curso concluído)	25
De nível primário (curso não-concluído)	25
Total	61

**Fonte:** Revista do Cinquentenário de Ubajara

A formação de professoras com curso normal completo era, sem sombra de dúvidas, uma necessidade para o município, visto que apenas oito(08) professoras das sessenta e uma (61) atuantes na docência tinham formação completa para lecionar, o déficit na formação inicial docente era perturbador e necessitava de transformação urgente, mesmo porque a formação de professores era uma discussão antiga que remonta ainda o século XIX, como pontua Nóvoa (1987), ao asseverar que o desenvolvimento da profissão docente e sua consequente profissionalização passou a ser uma necessidade a partir do momento em que houve mudanças no jogo das relações sociais e modificações nas representações sobre o mundo e sobre as pessoas, tais como: uma nova concepção de infância e o modo como a sociedade passou a conceber as crianças e os processos educativos; o desenvolvimento de uma nova relação com a leitura e a escola passou de uma opção possível para um investimento inevitável, sendo dessa instituição a competência de produzir as normas e transmitir cultura.

Dessa forma, no Brasil os esforços para a criação de escolas normais nas diferentes províncias iniciaram-se, também, no século XIX, sendo a primeira implantada na capital da província do Rio de Janeiro, Niterói, em 1885, seguida por Minas Gerais (1840), Bahia (1886 e instalada de fato em 1841), São Paulo (1848), dentre outras (SOUSA, 2017, p.49). Segundo Castelo (1970), no Ceará, foi criada uma escola normal no governo do padre José Martiniano de Alencar, em 1837, contudo, tendo como ressalva a falta de recursos, essa nunca chegou a funcionar, sendo concretizada a fundação da escola apenas em 1884, após muitos debates que atravessaram todo o século XIX.

Levando em conta as considerações expostas acima sobre a criação da primeira escola normal cearense, focalizamos o percurso histórico da instituição por nós estudada, ponderando os entraves de se pensar educação frente a uma realidade um quanto desafiador, posto que, como salienta Sousa (s/d), as dificuldades no sistema educacional cearense eram tanto de infraestrutura, quanto pedagógico, faltando-lhe objetivos claros.

Mesmo diante de uma conjuntura laboriosa, a ideia de padre Tarcísio Melo começa a ganhar forma a partir de 1965, ano de comemoração do cinquentenário da cidade, já que nas festividades alusivas ao aniversário do município estava inserida a festa de conclusão da primeira turma do Ginásio São José e no ano seguinte a maioria daqueles que concluíram essa etapa de ensino não prosseguiria sua formação acadêmica por motivos diversos e, em especial, falta de recursos financeiros para custear a sobrevivência em outra cidade, argumento utilizado por Monsenhor Tarcísio em um de seus escritos onde relata:

Eu dava apoio necessário à educação. Vendo a dificuldade das famílias em dar continuidade à educação dos filhos, pois só os afortunados mandavam seus filhos a Sobral ou Fortaleza, logo cuidei de fundar o Centro Educacional do Sagrado Coração<sup>22</sup>, escola de ensino normal para acolher aqueles que desejassem continuar os estudos de segundo grau. (MELO, 2001, p.15).

Nesta conjuntura, Monsenhor Tarcísio começa a articular-se com a comunidade local, com as “professoras diplomadas” da cidade, com os funcionários da agência do banco do Brasil e cria a Escola Normal do Sagrado Coração, funcionando, inicialmente, de maneira muito arcaica, em um espaço emprestado que contava apenas com uma pequena sala no prédio da União Operária, no período noturno, como conta a normalistas N1 da primeira turma:

(...)nosso primeiro prédio foi a união, união é aquele prédio que é dos encontros de casais, (...) eles tinham um quarto – depósito e o padre arranhou com eles o quarto, mobiliou e nós fomos para lá, foi nosso primeiro ano, só uma sala, não tinha cantina, não tinha nada, só era uma sala, era a noite (...) quando foi no outro ano que já tinha duas salas, ele arranhou umas salas no colégio Grijalva Costa (...).

As condições de funcionamento da escola eram extremamente precárias, não havia espaço adequado, ocupavam apenas uma sala emprestada, com pouca luminosidade e com material didático escasso, de acordo com as informações da normalista N3 da primeira turma:

O começo foi mais difícil, mas todo mundo queria estudar, então, tinha jeito. A gente não tinha material não, logo no começo, poucas colegas tinham condição. Quem não tinha se arranjava como podia (...) eu copiava, copiava o livro todinho, não tinha condição de comprar, daí copiava que criava calo nos dedos (...) na sala só tinha um lâmpada, luzinha fraca, ficava muito escuro, a gente levava vela pra poder enxergar melhor, mas todo mundo queria estudar, todo mundo tinha esse sonho(...)

A escola, em seus primeiros anos de funcionamento, era sustentada financeiramente pela paróquia de São José – sendo ela a principal mantenedora – e pela colaboração dos próprios que alunos que pagavam quantia simbólica para ajudar no pagamento dos professores. O primeiro ano, especialmente, foi de adaptação da realidade vigente, pois a instituição funcionava sem muita estrutura, sustentada basicamente pela vontade de fazer com que o projeto desse certo. A partir do segundo ano, a instituição passou

---

<sup>22</sup> Conforme dados obtidos no livro de Ata Finais da Escola Normal do Sagrado Coração, a instituição passa a ter essa denominação a partir de 1973, isso porque com o advento da Lei nº 5.692/71, a escola normal se transformou em apenas mais uma das habilitações que visavam à profissionalização do 2º grau.

a ser melhor estruturada, continuou funcionando no período noturno, ocupando duas salas de aula do Grupo Escolar de Ubajara.

**Figura 13** – Primeiro prédio onde, em sala anexa, funcionou a Escola Normal do Sagrado Coração em 1966. Não conseguimos visualizar a espaço atualmente dadas as modificações no prédio.



**Fonte:** Arquivo Pessoal.

Segundo a normalista N2, a partir da mudança de local de funcionamento a escola ficou mais organizada, ainda era sofrido o dia a dia, mas todos os estudantes que acreditaram na proposta do padre Tarcísio não se arrependeram, pois mesmo com a precariedade do funcionamento, ela ressalta a satisfação do padre e da turma de estar realizado aquela grande obra tanto para suas vidas, quanto para a cidade, tanto que a entrevista ressalta a importância que elas tiveram na cidade, pois segundo suas observações, eram tratadas com muito respeito e muita cerimônia, a rua parava para a passagem das normalistas, mesmo sendo cidade pequena e quase sem movimento no início da noite, quem estava na rua parava para observá-las, como também eram motivo de espiadas nas janelas das casas.

Como era novidade, todo mundo olhava a gente passar. Ficava impressionado como a gente ia pra escola. Era novidade, éramos a primeira turma, a gente se sentia importante e nossa família também ficava muito orgulhosa, meu pai dizia de boca cheia que eu era normalista da escola do padre. Todo mundo nem prestava atenção nas dificuldades que a gente tinha, era quando eu me sentia muito importante, naquele tempo professora tinha respeito.

Destarte, inicialmente a escola funciona em local emprestado, sendo os seus primeiros alunos oriundos da primeira turma do Ginásio São José, num total de dezesseis, sendo apenas um deles do sexo masculino. Cenário que coloca em foco uma situação recorrente no Brasil desde meados do século XIX, momento em que as mulheres passaram a ocupar em maior quantidade os bancos das Escolas Normais no Brasil.

Louro (2015, p.449-450) enfatiza que “as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres que homens”, e explica que a “feminização do magistério” poderia ser reflexo do processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens ou ainda como resultado da maior intervenção e controle do Estado sobre a docência e, conseqüente “perda de autonomia que passa a sofrer os novos agentes do ensino”. Uma outra explicação possível para a inserção cada vez maior das mulheres nas escolas de formação de professores primários e posterior ocupação da função de professora estava na representação do que era ser feminino, pois conforme Pereira (1969, p.18), ao assumir a docência primária a mulher estaria abraçando sua missão de mãe e esposa, já que para exercer tal função ela deveria ter características maternas, sendo que “cada aluno era visto como um filho ou uma filha “espiritual” (...) à docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la”. (Louro, 2015, p.450).

No que se refere aos funcionários da Escola Normal do Sagrado Coração, o quadro também era reduzido, formado basicamente pelo padre Tarcísio Melo (diretor), Gerardo Duran (bedel), uma aluna ajudava com a documentação, ocupando informalmente a função de secretária escolar. Quanto aos professores, esses vinham dos mais diferentes locais, eram pessoas convidadas pelo padre para lecionar as disciplinas. Primeiro contou com a ajuda das irmãs de caridade, das professoras formadas que já lecionavam na cidade, como também de bancários, promotores ou esposas dos mesmos. Nesse primeiro momento, a rotatividade de docentes era relativamente alta, dado que todas às vezes que alguma dessas pessoas deixava a cidade, a disciplina ficava com vacância e quem assumia as aulas era o padre Tarcísio.

Padre Tarcísio falava com os professores, ele convidava para ensinar lá. Tinha a dona Neide, tinha a dona Maria da Glória, tinha as irmãs dos Instituto que ensinava também lá, tinham os professores assim, que não recebiam, sabe? Não recebiam nada, trabalhavam só na boa vontade porque já tinham suas profissões. Tinha o Dr. Fernando, Dr. Guido. Era juiz, era promotor, era os bancários do Banco do Brasil, eles queriam ajudar a escola a crescer, então iam dá aulas. (N3, entrevista realizada em 28/11/2016)

A questão do professorado da escola também foi informação dada pela normalista N2, corroborando com as informações dadas acima.

Os professores era todo mundo que chegava. Você é mulher de bancário? O padre ia convidar para dar aula. Naquele tempo era muito difícil professor e quem brilhava na cidade eram os bancários do banco do Brasil, faziam muito sucesso. Chegava um bancário novo podia saber que a esposa e se ele não tivesse esposa, ele mesmo estaria dando aulas pra nós, logo na segunda-feira, era tão engraçado! (N2, entrevista realizada em 07/07/2016).

Os primeiros professores da escola Normal do Sagrado Coração foram recrutados na própria comunidade: juízes, promotores, médicos, bancários, religiosas, professoras dos Instituto Nossa Senhora de Fátima, além do padre Tarcísio que não aceitava que não houvesse aula, “se um professor faltasse, o padre Tarcísio estava lá pra dá aula no lugar dele, era sempre assim, nunca ficamos sem aula”, afirma a normalista N1.

Nas falas das entrevistas também é ressaltando o papel desempenhado pelo senhor responsável por cuidar desse pequeno espaço que era a escola. Tratava-se daquele que exercia a função de bedel na Escola Normal, o senhor Gerardo Duran. Segundo as informações das normalistas, era ele o responsável pela portaria, pela limpeza e por cuidar para que tudo saísse perfeito durante a aula. Suas funções também estavam ligadas a manter a disciplina na escola e nas aulas, o que nem sempre acontecia uma vez que, mesmo sendo poucos alunos, esses eram muito brincalhões e chegavam a tirá-lo do sério. Contudo, era um senhor que sempre as atendia com educação e presteza.

Quanto aos materiais didáticos que seriam utilizados nas aulas, esse deveria ser adquirido por cada aluno, eram cadernos, lápis ou canetas e tudo mais que fosse necessário. Quanto aos livros, esses também deveriam ser comprados, contudo, havia uma maior facilidade na aquisição, uma vez que o padre Tarcísio comprava e repassava para os alunos, facilitando a forma de pagamento.

Depois que fiz o ginásio e o normal, melhorou, né? Ai melhorou o livro, porque o padre pedia e vendia à prestação. O padre toda vida teve dinheiro, ai gastava o dinheiro dele, comprava material e vendia pra gente em várias prestações. Ficou menos ruim, porque a gente que não tinha dinheiro não precisava copiar os livros, como eu fazia antes. Quer dizer, alguns eu ainda copiei, não tinha dinheiro para comprar todos não. (Normalista N1)

A dificuldade de conseguir o material didático necessário para estudar ainda era uma premissa verdadeira na realidade daquela escola normal, o que no entanto não representa entrave intransponível, pois eram organizadas estratégias de transformação e melhoramento da realidade vigente.

No que tange ao currículo, conforme consta no livro de atas finais da escola, era composto por oito (08) disciplinas na primeira série: português, matemática, anatomia e fisiologia, antropologia, didática, jogos, música e organização social e política do Brasil (OSPB). Importante observar a ausência de notas de todos os alunos da turma nas disciplinas de música e jogos. Na segunda série, mais oito (08) disciplinas: continuava português na grade curricular acompanhado de práticas de ensino, psicologia, sociologia, estatística, música, biologia e educação do lar, cabe ponderar que não haviam notas estipuladas na ata final de 1967 para a última disciplina citada. Na terceira e última série do curso normal foram estipuladas as disciplinas: metodologia da linguagem, metodologia de cálculos, metodologia das ciências físicas e naturais, metodologia dos estudos sociais, psicologia e práticas de ensino.

Neste caso, podemos inferir que na primeira série o currículo estava voltado para disciplinas de conhecimentos gerais, com exceção de didática, além de destacarmos a ausência de notas avaliativas para música e jogos, não havendo também citação dessas aulas nas narrativas das normalistas; na segunda série, já aparece a disciplina de práticas de ensino, além de fundamentos na área de biologia e psicologia, devendo ser dada atenção para a disciplina educação do lar, na qual também não existem registros de notas de avaliação; a terceira série é voltada para a metodologia de ensino em diversas áreas e, segundo relatos das normalistas, é também nesse momento que elas estagiam em salas de aula do Grupo Escolar, tanto observando quanto regendo aulas para os alunos daquela instituição.

#### **4 NOS TEMPOS DA ESCOLA: REMINISCÊNCIAS E NARRATIVAS DISCENTES SOBRE O CONTEXTO ESCOLAR.**

*(...) somos seres simbólicos. Vivemos em espaços e tempos simbólicos, cercados de simbologias. A tarefa primeira do humano é, pois, ler e interpretar o mundo. A questão é saber onde encontrar as referências para fazê-lo, adequadamente, o tempo todo. (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 19).*

##### **4.1 As narradoras da história: trajetórias de vida e cotidiano escolar a partir das memórias das normalistas**

Vinda de diferentes realidades e com contexto sociais e familiares diversos, nossas narradoras apresentam um aspecto em comum: eram/ são pessoas que percebem o valor da educação e da instrução para suas vidas e para a transformação de seus entornos. Ouvir suas histórias, observar seus gestos, tentar compreender seus silêncios e o embargo da voz que teimavam em acontecer durante as entrevistas, revelam muito mais que suas experiências escolares e de vida, nos torna agraciados de participar do momento singular da vida destas senhoras e de nossa experiência acadêmica, posto que “(...) as palavras podem ser emitidas de maneira idiossincráticas, mas por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história” (THOMPSON, 2002, p.41).

Neste caso, as palavras de Bosi (2003, p.16-17) se harmonizam com essa etapa da investigação, pois considera “(...) feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e encoberto (...)”. Para além das palavras, compreender esses meandros do trabalho com narrativas de vida, nos permite vislumbrar que “o que dá forma ao vivido e à experiência dos homens são as suas narrativas” ou ainda que há a possibilidade de captar uma riqueza de detalhes nesses relatos, que não seriam facilmente identificados se estivessem apenas impressos nos textos escritos.

Desta forma, apreender o cotidiano da Escola Normal do Sagrado Coração a partir das narrativas das alunas da primeira turma, desnudará tanto suas histórias de vida como a instituição, evidenciando os anseios das jovens normalistas, o frisson dos dias que

antecederam o início das aulas, as dúvidas cotidianas, as relações professor x aluno, suas expectativas quanto ao curso, a participação nos eventos escolares, como também salientar que ser professora formada ainda tinha toda uma simbologia que as colocava num status acima da maioria da população da cidade de Ubajara, ainda iletrada.

Segundo Delory-Momberger (2008, p.56), “a narrativa não é apenas o meio, mas o lugar: a história acontece na narrativa. O que dá forma ao vivido e à experiência dos homens são as narrativas que eles fazem de si”. Ao narrarem suas histórias e as experiências vivenciadas na escola normal, nossas entrevistadas fazem com que suas histórias aconteçam e nos permitem apreender nuances de suas experiências. Dessa forma, apresentaremos um breve perfil das senhoras entrevistadas, pontuando suas similitudes e peculiaridades existentes entre si, para compreendermos não apenas suas vivências, mas também o contexto social e histórico em que estavam inseridas.

#### **4.1.1. Primeiras experiências escolares**

Entrevistamos quatro ex-alunas da primeira turma da Escola normal do Sagrado Coração e nessa atividade percebemos algumas semelhanças entre elas. A primeira é que todas nasceram na região da Ibiapaba, tem pouco mais de setenta anos, são nascidas entre as décadas de 1940 e 1950, momento em que, segundo Romanelli (2003, p.154), há significativas transformações no campo educacional brasileiro, dada as reformas do então ministro da educação Gustavo Capanema, através de decretos-leis conhecidos como Leis Orgânicas do Ensino, promulgadas entre 1942 e 1946, dando especial relevância ao decretos-leis 8.529 (Lei Orgânica do Ensino Primário) e 8.530 (Lei Orgânica do Ensino Normal).

Outro dado relevante é que todas nasceram e passaram os primeiros anos de suas vidas na zona rural e tendo poucas ou muitas condições financeiras, a educação era um ponto em que as famílias concordavam ser primordial, dando subsídios para que passassem pelas etapas de ensino, independentemente da situação econômica familiar – a normalista N1 era filha de motorista e dona de casa; normalista N2 era filha única de proprietário de sítio e professora; normalistas N3 e N4, também filhas de proprietários rurais e donas de casa. Com exceção da normalista N2, todas eram membros de família com muitos filhos.

Antes de chegarem à escola de primeiras letras, receberam as primeiras lições em casa de suas mães ou de professoras contratadas pelas famílias, já chegaram à escola sabendo ler e escrever, como está expresso nas falas das normalistas N1, N2 e N3.

Na minha época entrava para a escola com 7 anos. Eu entrei com 7 anos já alfabetizada, porque era assim naquele tempo, a família se responsabilizava em alfabetizar em casa ou pagava alguém para ensinar, tinha uma professora que ensinava a gente. Aprendi assim, papai pagava com muito sofrido para os filhos aprenderem (...) ele e outros da comunidade pagavam.

Nós éramos dez filhos, fomos alfabetizados em casa, pela mamãe, todos! Quando a gente ia para a escola, já era no primeiro ano, já ia tudo tinindo, como diz por ai. Sabia ler quase tudo, conhecia o alfabeto, sabia formar as famílias das letrinhas, era muito bom e a mamãe sabia ensinar muito bem, era muito carinhosa.

(...) minha mãe foi quem me alfabetizou, ela era professora, então me alfabetizou muito bem. Foi uma das primeiras professoras, era daquelas de ir ensinar nas casas, ensinava um monte de menino, naquela rodinha de banco, então ensinava a ler, pedia a tabuada. Eu ia com ela! Alfabetizou muita gente do sítio Potós.

A situação apresentada pelas normalistas em suas falas era comum nesse período, posto que com uma instrução pública falha, as famílias que desejam ver suas filhas e filhos alfabetizados recorriam aos professores particulares. As primeiras lições eram tidas na própria família, como percebemos pela fala da normalista N2, ou pelas professoras leigas (caso da normalista N1). No caso da normalista N3, a experiência é diferenciada, uma vez que sua genitora é a professora que ensina as crianças da comunidade onde moravam, ou seja, desde cedo nossa entrevista foi apresentada ao trabalho docente.

Ainda sobre a educação recebida pelas depoentes, é importante frisar que “a educação familiar à estrutura da sociedade patriarcal, em que o esmero e os cuidados em relação ao sexo feminino estabeleciam um espaço bem delimitado do papel que a mulher deveria exercer na sociedade” (Araújo, 2006, p.166), deste modo, desde cedo as futuras professoras eram incumbidas da realização de atividades domésticas ou aprendiam tais afazeres com familiares, conforme apontam as ex-normalistas: “(...) aprendi muitas coisas com a minha madrinha, ela me ensinou a bordar, costurar, manusear máquina, ela também cozinhava, que era uma delícia” (Normalista N2), ou ainda, “eram crianças, mas já ajudava em casa, o brinquedo era os irmãos, com 5 anos eu já brincava de lavar pratos, no jirauzinho no quintal, era muito irmão. (Normalista N4).

As primeiras experiências em escolas formais são contadas com satisfação e saudosismo, relembram as dificuldades, mas também apontam que foram espaços de descobertas e aprendizado, algumas delas afirmando que conseguiam visualizar a primeira vez que estiveram nessas escolas, como se fosse naquele momento, então, as proposições de Bosi (2010, p.53) quando ressalta que a “lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conserva-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembranças”, se coadunam com as falas das ex-normalistas, posto que as imagens dos tempos

vividoss emergem da memória sempre que são buscados. Sobre esse momento de suas vidas escolares, a normalista N4 e N2 sublinham que

Aos 7 anos a gente ia para a escola, já sabia formar palavrinhas e já entrava no primeiro ano, me lembro como se fosse hoje. Chegava as 7 horas, mais ou menos, a professora tomava a lição, era uma escola pequena, era um bocado bom, era tudo simples, mas era novidade a gente ir para uma escola, por que só estudava em casa ou com as professoras... Era bom, uma folia mesmo. Era sofrido, mas eu tenho saudades daquela inocência toda. A professora dava uma cartilhona chamada Cartilha do Povo, daí a gente ia ler tudo aqui. (Normalista N4, entrevista realizada em 28/11//2017)

Eu passei 3 anos vindo estudar aqui (Ubajara), 6 quilômetros de onde eu morava para cá. Eu vinha com mais 3 colegas, todo mundo a pé, não tinha muita violência como hoje. As professoras eram boas, tinha a dona Sensatinha que era muito boa, aprendi muito com ela. Estudava pela manhã, tinha que sair muito cedo de casa. (Normalista N2, entrevista realizada em 15/09/2016)

As normalistas dão informações relevantes sobre esse período de suas vidas, ressaltando as dificuldades enfrentadas rotineiramente para conseguirem estudar, contando brevemente sobre a prática de professores e ainda apontando timidamente um dos poucos materiais didáticos utilizados nesse momento, a Cartilha do Povo<sup>23</sup>. Segundo as entrevistadas, suas experiências na escola primária foram fundamentais para a consecução de seus estudos.

#### **4.1.2. Enfim, o Ginásio.**

Nesse itinerário de memórias educacionais, outros pontos abordados pelas depoentes foi o exame de admissão ao ginásio, momento crucial na vida dos estudantes, uma vez que selecionava àqueles que, segundo a legislação e os resultados da prova, estivessem aptos a prosseguirem sua vida acadêmica. O exame de admissão ao ginásio foi instituído no Brasil através do decreto 19.890/31, que o tornou obrigatório em todas as escolas secundárias oficiais do Brasil, sendo extinto pela lei nº 5.692/71, marcando um período de restrição do acesso à continuidade dos estudos de parcela significativa da população.

---

<sup>23</sup> Cartilha de alfabetização criada por Lourenço Filho, em 1928, que tinha a finalidade de medir o nível de maturidade cognitiva dos discentes necessária ao aprendizado da leitura e da escrita, para isso continha exercícios tidos como preparatórios para a alfabetização.

Eu fiz três vezes a admissão, porque não tinha para onde ir, e eu queria continuar estudando. Papai nunca quis que parasse! Filho parava de estudar, mas era se dissesse: “Papai eu não quero!”. Se não ele ficava dando força, era assim! Eu fiquei: “Eu quero estudar de novo!” E ele: quer? Pois vai!” e fazia um sacrifício danado(...). Eu fiz o curso com o seu Oscar Magalhães, passava um ano estudando num livrão que tinha todas as disciplinas que pedia no exame, daí três anos na admissão, depois fui fazer o exame em São Benedito. Fiz e passei! Quase morro de alegria, e meus pais também, era o mesmo que terminar uma faculdade! (Normalista N1, 2016).

A fala da entrevistada expõe alguns reveses quanto ao funcionamento do ensino primário, como também para a realização do exame de admissão, isso graças a condição financeira de sua família que não permitia que ela prosseguisse nos demais ciclos de ensino rapidamente. Os pais optaram por curso de admissão menos oneroso, no caso, o do professor Oscar Magalhães, que funcionava na casa do professor, como explica a ex-normalista afirmando que o curso era mais barato por que não demandava tantas exigências da parte do professor que apenas “marcava os pontos, mandava estudar em casa, realizar muitas atividades, determinando uma data posterior para fazer a arguição”. No que diz respeito à realização do exame, essa inexistia na cidade, sendo necessário fazê-lo na cidade vizinha.

A experiência da Normalista N3 com o exame de admissão foi um pouco diferente da anterior, posto que ela já estudava no Patronato Nossa Senhora de Fátima e nele já havia a preparação para o exame, assim,

A gente se preparava na própria escola, (...) a gente tinha um livro de exame de admissão, a gente estudava bastante, todo mundo estudava. O que eu sentia mais dificuldade era em matemática, para entrar fração na minha cabeça foi um suplício, era uma luta, resolver aqueles problemas então (suspiro)! Foi bom, muito estudo, conseguimos passar.

As falas das ex-normalistas trazem informações importantes sobre a organização do ensino brasileiro, existente desde a década de 1930, quando foi instituído o exame de admissão. No primeiro plano, ressaltar a felicidade da depoente ao lembrar desse seu feito acadêmico, encheu-se de orgulho e enfatizou diversas vezes sua emoção ao receber o resultado. No segundo momento, perceber como o curso e o exame de admissão possuía um cunho enciclopédico e elitista, desconsiderando as possibilidades de cada sujeito, seus estímulos e suas experiências individuais.

O ingresso no curso ginásial se deu com a chegada das irmãs de caridade de São Vicente de Paula à cidade, uma vez que, com a ajuda da paróquia, fundaram o Ginásio São José (1962), primeira instituição a oferecer esse ciclo de ensino. Esse período, é considerado pelas entrevistadas de intenso aprendizado e muitas novidades, especialmente pelo estudo de

duas línguas estrangeiras: o inglês e o francês, disciplinas estas previstas no currículo do ginásial, exposto no artigo 10 da lei orgânica do ensino secundário 4.244/42.

No ginásial a gente tinha língua estrangeira, o primeiro e o segundo era o francês, as irmãs Maria da Glória e Helena ensinavam. Toda vez que ela chegava na classe dizia: “Bonjour mês enfants”, a gente levantava, porque naquela época tinha muito respeito pelo professor e respondia: “Bonjour”. O terceiro e o quarto ano era inglês, o professor era o Luizinho, não lembro sobrenome! Ele era bancário. A gente precisava de dicionário (...) mas, tinha poucos, porque a biblioteca... meu Jesus! Não tinha quase nada. (Normalista N3)

Além das descobertas de novos conhecimentos, os estudantes do primeiro curso ginásial da cidade adquiriram grande relevância na comunidade ubajarense, sendo frequentemente convidadas a participar dos eventos, especialmente os promovidos pela paróquia, como os novenários do padroeiro da cidade – São José.

Após quatro anos de muitos desafios, de dificuldades das mais diversas, as entrevistadas concluem o curso ginásial. Estando a cidade em ano comemorativo de cinquenta anos de emancipação política, a festa de conclusão da turma fez parte dos festejos, como está exposto no livro de tomo da paróquia de São José (Livro I, p. 168), “na última semana do ano (1965) houve várias solenidades, podemos salientar a seguinte: festa de término da 1ª turma de concludentes do Ginásio São José de Ubajara, 29 alunos”.

**Figura 14** – Registro feito após a saída da missa festiva em homenagem a conclusão da primeira turma do Ginásio São José, em 31 de Dezembro de 1965.



**Fonte:** Arquivo pessoal da Normalista Francisca Lúcia Soares e Silva

### 4.1.3. E agora? Uma escola de ensino normal?

Para as entrevistadas conseguir concluir o curso ginásial foi motivo de muita alegria e satisfação, orgulhosas desse fato e novamente cheias de expectativas em relação ao futuro, já que muitos gostariam de prosseguir estudando. “Como vai ser? Vai estudar onde? Parar? Como será? O que vamos fazer? Essas eram indagações feitas pelos concluintes do curso ginásial que não tinham condições de continuar estudando na capital do Estado. A solução foi apresentada pelo padre Tarcísio Melo, que nos primeiros dias de 1966 anunciou a abertura de uma escola normal.

O padre era muito reservado e as pessoas não sabiam dos planos dele, até mesmo os alunos, ninguém sabia dessa ideia. Estávamos todas empolgadas que a gente ia estudar sociologia, filosofia, psicologia. A gente enchia a boca de orgulho, quando ia falar aqui. Então, foi surpresa para todos, tanto para as famílias, como para nós. Tudo foi novidade! Eu fiquei radiante. (Normalista N1)

Minha madrinha me levou para Fortaleza, ela conseguiu uma bolsa em um bom colégio, eu estudei no Rui Barbosa. O monsenhor Tarcísio abriu a escola aqui (Ubajara), aguntei, estudei o ano todinho em Fortaleza. Eu tive boas notas! Meu disse: venha para casa, monsenhor quer que você venha, que tem sua vaga aqui na escola, não pensei duas vezes, voltei. Tinha muitas saudades de casa. (N2)

Quando terminamos o ginásio em 65 (1965), foi uma bonita festa porque era o cinquentenário da cidade, sabe? Eu nem tinha vontade de fazer o normal, eu não queria de jeito nenhum ser professora, mas não tinha muita opção. O padre Tarcísio resolveu colocar a Escola Normal do Sagrado Coração, ele era muito ligado à educação, então eu fui estudar lá. (Normalista N3)

(...) Ia ficar em casa, ainda não tinha conseguido nenhuma classe para ensinar. Tem a notícia que o monsenhor Tarcísio ia abrir a escola normal. Foi um alívio! Eu ia estudar, concluir os estudos e fazer o curso normal, foi um sonho! Ninguém sabia de nada, mas o monsenhor era cheio dessas coisas, queria ajudar todo mundo e ver todo mundo melhorar. Foi uma boa notícia. (Normalista N4)

Como podemos perceber pelos depoimentos das normalistas, a notícia de fundação de uma escola normal gerou muitas expectativas no município, bem como causou espanto, pois o idealizador nada havia ainda comentado, com a população. A proposta era que a instituição viesse contribuir com a formação docente da cidade, propiciar a comodidade de estudar perto de casa para aqueles que desejassem continuar, sem a necessidade de migrar, fixando assim, os sujeitos ao seu lugar de origem, melhorando a instrução e ocasionando o desenvolvimento social do município.

Importante salientar também, como a educação e o ensino normal assumem conotações diferenciadas para as depoentes, enquanto umas estavam extremamente felizes com a possibilidade de formação para o magistério, outras o cursariam apenas por não existir outra possibilidade de seguir sua vida acadêmica. Contudo, há unanimidade nas falas da normalista em relação a atuação do pároco da cidade – Padre Tarcísio Melo – e sua preocupação com o desenvolvimento da educação ubajarense.

A normalista N1 relembra o período que antecedeu o início das aulas na escola normal, revelando que as aulas começariam em março de 1966, então os meses de janeiro e fevereiro foram de muitos preparativos.

Todos ficaram satisfeito, íamos fazer o curso normal, os que não podiam ir embora ficaram na escola do padre. Nos meses de férias deu para fazer tudo: arrumar livro, organizar uniforme, no primeiro dia de tinha que ir uniformizado, dentro do padrão, saia no joelho. Tinha uma costureira aqui que fez tudo. Nós tínhamos capa de chuva, galocha, porque naquele tempo o inverno era bom. Todo mundo muito chique. Veio o primeiro dia de aula, primeira semana de Março, nós entramos nas escolinhas, era tudo humilde, mas a nossa felicidade era muita, muita mesmo.

O início das aulas foi aguardado com muita ansiedade, o zelo e o cuidado com tudo aquilo que dizia respeito à escola era feito pelas normalistas, fica perceptível pela fala da entrevistada. A nostalgia manifesta nas feições dela, demonstrando o quão importante foi aquele momento para ela, relatou que conseguia se ver naquele momento, vestida como uma normalista. Sobre essa afirmação, podemos recorrer a Bosi (1994) quando afirma que a memória se configura como uma reconstrução do passado no presente, merecendo ser tratada não como sonho, mas como constitutiva do trabalho, que necessita de indagações para fazer parte de uma narrativa historiográfica.

Ainda sobre o uniforme, a Normalista N2 descreve com detalhes como era a vestimenta.

Nós sempre andamos muito alinhadas, vestíamos a sainha do normal naquele modelo: evasê, godê (...) era mais ou menos justa, abotoada atrás com um zíper, verde, mas um verde muito bonito, da cor de abacate mais ou menos, era um tecido grosso, mas flexível. A blusa era bege e tinha o símbolo da escola ENSC na manga, golinha redonda que fechava até o quase o pescoço e tinha um lacinho, os botões eram muito bonitos; os sapatos pretos fechados e uma meia que vinha até na metade da canela, era muito elegante, muito bonitinha nossa farda.

A descrição pormenorizada do uniforme demonstra como tal vestimenta foi relevante para a normalista e quanto ele era representativo naquele momento que se iniciara

na vida daquelas jovens, pois despertava orgulho para as normalistas e respeito por parte da comunidade para aquelas que, a partir de então faziam parte de uma elite educacional.

Nesse contexto, RIBEIRO (2012, p.578) aponta que “o vestuário deve ser analisado como um artifício inventado para comunicar, sendo aquilo que se quer comunicar intrinsecamente relacionado aos aspectos culturais da sociedade em que se insere”. Ao passo que o uniforme representava destaque para as normalistas e a praticidade do cotidiano era, também, uma forma de apresentar os alicerces morais e religiosos nos quais a sociedade estava inserida, seja pelo tamanho da saia (altura do joelho), pela largura da blusa (não poderia ser muito justa, nem mangas muito curtas), havia a necessidade de garantir a não exposição do corpo feminino, ou seja, era “uma maneira de padronizar comportamentos e até mesmo modelos de conduta”.

No primeiro ano de funcionamento, 1966, as aulas aconteciam no período noturno, primeiro no espaço cedido pela União Operária, descrito pelas ex-normalistas como um antigo depósito, contudo lembram também da alegria de estarem cursando o magistério.

Quem nos recebia era o tio Gerardo Urano. Como era à noite, ele tinha o maior cuidado com a gente, era uma pessoa excepcional mesmo, pode-se dizer que era o guarda da gente. Ele abria a escola, botava a gente pra dentro e ficava lá esperando que todo mundo entrasse. Ele era o bedel. Era quem tomava conta de tudo: acender o farol, bater o sino, pegar diários, varrer a sala, era tudo ele. A aula começava as seis e meia e ia até quase dez horas da noite, a gente não tinha recreio não, era só o tempo de lanchar, a gente levava. Às vezes, tinham aulas de dois professores diferentes e se faltasse alguém o padre Tarcísio dava aula. Faltava muito professor! Ele pegou até uma mania de celebrar a missa olhando pro relógio, para não perder o horário de entrada da escola.

Como podemos perceber, a rotina escolar era bem simples e, no primeiro momento, o único funcionário da escola era o senhor que exercia várias funções, contudo sempre lembrado pelas entrevistadas como alguém fundamental para o funcionamento da instituição. Em todas as entrevistas, o senhor Gerardo Urano foi citado sempre com muito carinho e respeito. Outros pontos que merecem destaque são a atuação do padre Tarcísio, referenciado em várias falas como o diretor e professor que estava sempre presente, além do tempo de aula e do espaço reservado para o recreio, momento reservado também para a descontração e para algumas brincadeiras, como relata a Normalista N1 ao contar que “nos recreios a gente pintava e bordava, tinha nosso amigo Zacarias, único homem na turma, o mais novinho, ele sofria, porque a gente brincava muito com ele. Era um tempo bom, brincadeira sem malícia, só com respeito”.

No que diz respeito ao funcionamento da escola, é importante frisar que dada as dificuldades financeiras não havia funcionário que realizasse as atividades da secretaria da escola, como expedição de documentos, organização burocrática da instituição, o que muitas vezes dificultava alguns processos. Tentando solucionar essa demanda, padre Tarcísio Melo convidou uma das alunas da primeira turma para realizar tais atividades, passando a normalista a dividir o tempo entre estudo e o trabalho na escola, permanecendo na função de secretária até meados da década de 1970, quando a mesma sofreu um acidente e ficou impossibilitada de trabalhar por um considerável período de sua vida. A Normalista N1 narra o episódio da ida da colega para as atividades da secretaria, afirmando que:

Quando nós estávamos na escola normal, não tinha secretária, a Francisca Lúcia tinha a letra muito bonita, o padre chamava ela para repassar tudo, fazer o diário, ela fazia tudo igualzinho; organizava os documentos. Ela era muito responsável e organizada, guardava tudo, então ele deixava tudo com ela, não se preocupava, por a Francisca Lúcia era, era não é, uma pessoa muito boa.

Como podemos perceber, a instituição ia sendo organizada de acordo com as demandas que pouco a pouco eram sanadas, eram encontradas soluções viáveis e criativas para burlar os problemas cotidianos que sempre giravam em torno de falta de pessoal, espaço de funcionamento insuficiente e recursos esparsos. No que tange as aulas, essas eram dadas mesmo que fossem com professores substitutos ou assumidas pelo padre Tarcísio Melo.

#### **4.1.4. A consolidação da Escola Normal do Sagrado Coração**

De acordo com as ex-normalistas, à medida que os anos seguiam, a organização da instituição melhorava. A partir de 1967 passaram a ocupar um prédio da prefeitura municipal, cedido pelo então prefeito da época, Domício Pereira (também foi o doador do terreno em que foi construída a sede própria do Colégio Waldemar Alcântara, antiga escola normal do Sagrado Coração) próximo ao prédio anterior. Importante destacar que a instituição funcionou até o ano de 2002, nesse mesmo prédio, apesar de não oferecer o curso normal, foi adquirindo outras características ao longo dos tempos.

**Figura 15** – Faixada do segundo prédio onde funcionou a Escola Normal do Sagrado Coração.



**Fonte:** Arquivos da EEEP Governador Waldemar Alcântara.

A mudança de prédio também ficou registrada na memória de nossas entrevistadas como um momento de melhoria da instituição. A Normalista N1 relata a ida para outro local como muito positiva, pois a partir daquele ano elas teriam mais espaço e já seriam duas turmas, ainda pondera que:

No outro ano (1967), seria duas turmas, no prédio antigo só era uma sala, não ia caber todo mundo, o padre e as irmãs, agora as irmãs já estavam bem envolvidas também, arranjaram com o prefeito, seu Domício Pereira (eu acho!), o prédio onde hoje é a Escola Oscar Magalhães. No primeiro ano foi só sacrifício, no outro, nós já tínhamos mais salas, secretaria, o estudo já era mais organizado, tinha uma cantinazinha, passamos a estudar no turno da manhã, tudo foi ficando melhor.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, as normalistas e a própria escola adquiriram grande respaldo na sociedade ubajarense, exercendo, em todas as festividades e eventos, papéis de protagonistas. Ao se reportarem a esse momento, as normalistas lembram sempre de suas participações, especialmente, no novenário de São José, nas festividades de Natal, nos eventos marianos e no desfile de sete de setembro.

**Figura 16** – Normalistas após o desfile de sete de setembro de 1968



**Fonte:** Arquivo pessoal de Francisca Lúcia Soares

A participação da escola normal no desfile em comemoração à independência do Brasil era um dos eventos mais esperados, segundo as nossas entrevistadas. Isso porque fazia parte dos ensinamentos recebidos na instituição: o dever patriótico, o respeito e a valorização aos símbolos nacionais e o rigor da disciplina em momentos de exaltação da nação, como também era um momento em que todas as alunas eram vistas pela cidade, eram observadas com admiração.

Quando a gente ia desfilar no sete de setembro, nós sempre éramos as primeiras, cada uma mais penteada que a outra, todas maquiadas, fardas bem passadas, sem nem um amassado, toda festa que tinha chamavam a gente, nós éramos muito admiradas na cidade. No desfile era tudo muito organizado. As meninas maiores ficavam na frente, era a guarda de honra, quem levasse a bandeira, era um orgulho muito grande. Era bom demais, uma sempre ajudando a outra! Nós íamos com a farda de gala que era bem parecida com a outra, mas tinha umas luvas que a gente colocava no cós da saia, tipo enfeite, nem colocava na mão, só quem levava a bandeira que usava, mas era muito bonito, a gente desfilando pelas ruas da cidade parava tudo, a rua se abria. (Normalista N1)

Nesse sentido, as vivências cotidianas da escola e os momentos de interação eram não somente espaços de aprendizagem, mas também momentos de socialização, já que atividades extraclasse eram encaradas pelas alunas com descontração, pois “a cidade era

muito parada, muito calma, quando tinha esses eventos era uma diversão!” (Normalista N4), além do que as alunas as realizavam com presteza e prontidão. Envolviam-se também em diversas atividades para angariar fundos para a festa de formatura, como enfatiza a Normalista N1 ao declarar que:

Nós passamos o ano todo trabalhando para a nossa formatura, o terceiro ano nós fizemos muitos eventos também. Íamos para a feira, fazíamos quermesse, ficava na rua parando os poucos carros que passagem, como um pedágio com uma corda esticada na rua pedindo dinheiro para a nossa festa, todo mundo se envolveu muito para esse evento: a formatura da primeira turma da escola normal, isso era muita coisa, porque ia ter professor formado para ensinar na cidade.

A festa de formatura aconteceu com todos os direitos que a ocasião pedia, mesmo sendo para um seleto grupo de pessoas, já que a turma era composta por apenas dezesseis estudantes. A conclusão da primeira turma do curso normal foi um marco para as famílias e para a cidade de Ubajara, sendo lembrado com alegria por aqueles que vivenciaram o momento e também pelos protagonistas do evento.

Nós éramos a primeira turma, tivemos uma festa bonita, era o brilho da cidade as normalistas. Teve festa no clube, baile mesmo, com vestidos e brilhos, bolsas e luvas, como era na época. Lembro que os nossos vestidos eram azuis. Foi uma semana quase toda de evento. Teve a missa com a benção dos anéis. Aconteceu que a festa foi junto com o aniversário da cidade, então o prefeito nos ajudou em algumas coisas. A missa foi na igreja matriz, a entrega de diploma no grêmio Padre Moacir e o baile, a festa com coquetel foi no clube. Uma linda festa a nossa. (Normalista N1)

Os rituais da festa de formatura foram realizados em três momentos distintos, como aponta a normalista, havia um protocolo a ser cumprido e homenagens a serem realizadas em cada um deles. A missa seguia um livreto (ver anexo) onde estava exposto todos os protocolos daquela solenidade.

**Figura 17** – Momento da bênção dos anéis durante a missa solene em homenagem às normalistas da primeira turma da Escola Normal do Sagrado Coração



Fonte: Arquivo pessoal Francisca Lúcia Soares.

**Figura 18** – Entrega de diplomas do curso normal - 1ª turma da Escola Normal do Sagrado Coração

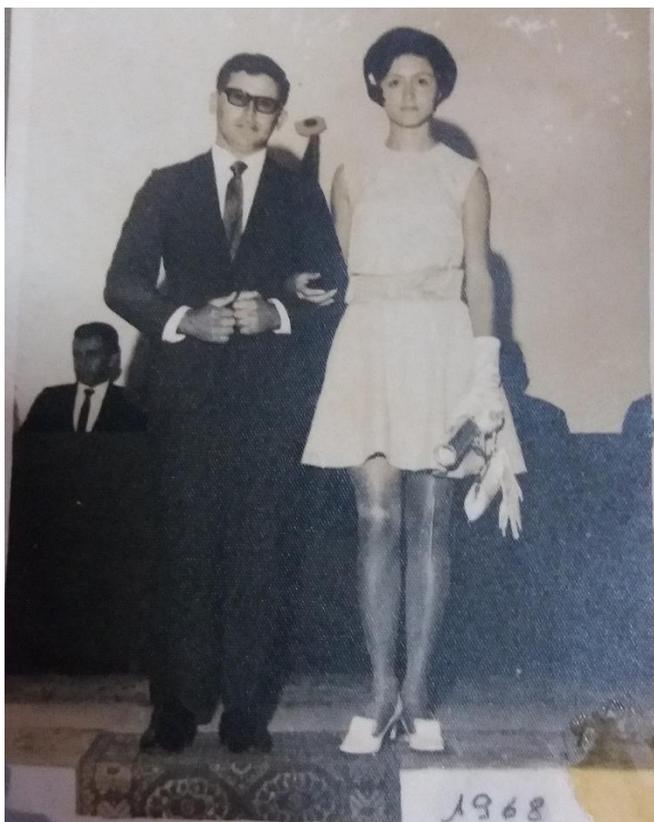


Fonte: Arquivo pessoal Francisca Lúcia Soares e Silva.

A entrega dos diplomas também foi momento formal, com diversos discursos em homenagem às normalistas e ao padre Tarcísio, idealizador da escola normal, bem como dos

professores que passaram pela instituição. O baile dançante foi o momento de maior descontração e da valsa com os padrinhos.

**Figura 19** – Baile dançante em que as normalistas deveriam ser acompanhadas por seu padrinho



**Fonte:** Arquivo pessoal de Francisca Lúcia Soares.

Ao nos relatar suas histórias sobre a escola normal, nossas entrevistadas estão muito mais que buscando fatos do passado, estão enchendo de significados e, conseqüentemente construindo narrativas que detém os mais variados sentimentos e emoções. Trabalhar com essas histórias narradas, vai além de tentar compreender o passado, permite que esses sujeitos se percebam como protagonistas de uma história, voltando a “sentir-se importante”, como aponta uma das ex-normalistas. Nesse contexto, entender que “não é tanto a história reconstruída da vida que interessa em si, mas o sentimento de congruência experimentado entre o projeto de si e o passado recomposto” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p.66), que produz os sentimentos de pertença e de se perceber como parte integrante dos fatos.

#### 4.1.5. Meus mestres e a sala de aula: vivências da escola normal

Como pontuamos anteriormente, a Escola Normal do Sagrado Coração inicia seus trabalhos de maneira um tanto rudimentar, seja pela falta de infraestrutura, seja pela escassez de recursos financeiros. No que tange ao professorado, essa tônica não foi diferente, uma vez que os primeiros professores vieram dos mais diversificados lugares, especialmente no primeiro ano de funcionamento da instituição, como aponta uma de nossas entrevistadas ao afirmar que “(...) no primeiro ano, a gente quase não tinha professor, porque para lecionar na escola normal era assim: chegava na cidade, tinha um anel de formatura no dedo, aceitava o convite do padre, ia ser nosso professor” (Normalista N1). Dessa maneira, um dos fatores marcantes desse primeiro ano de trabalho da escola, foi a rotatividade de docentes, já muitos daqueles que se dispunham a lecionar o faziam com o intuito de contribuir para que o estabelecimento se consolidasse como escola de ensino secundário séria e de qualidade.

De acordo com os apontamentos das entrevistadas, os anos subsequentes a 1966 foram de significativa melhoria do corpo docente da instituição, asseverando o papel fundamental exercido pelas freiras da Congregação de São Vicente de Paulo junto ao estabelecimento, colaborando com seus serviços e experiência educacional, auxiliaram padre Tarcísio Melo na organização da escola e em sala de aula, como explicita a fala da Normalista N3 ao considerar que “no segundo e no terceiro anos, as irmãs começaram a ajudar o padre, elas já possuíam mais experiência com a educação, ajudaram muito”.

As normalistas ressaltam a importância que davam a sua formação e ao papel desempenhado pelos professores nesse processo de ensino/aprendizagem, observando que todos tiveram sua parcela de contribuição neste empreendimento, isso graças a compreensão da atividade docente como a descrição apresentada por Tardif (2013, p.49-50)

O docente raramente atua sozinho. Ele se encontra em interação com outras pessoas, a começar pelos alunos. A atividade docente não é exercida sobre um objeto, sobre um fenômeno a ser conhecido ou uma obra a ser produzida. Ela é realizada concretamente numa rede de interações com outras pessoas, num contexto onde o elemento humano é determinante e onde estão presentes símbolos, valores, sentimentos, atitudes que são passíveis de interpretação e decisão (...) (TARDIF, 2013, p.49-50).

As vivências empreendidas na formação das normalistas com seus professores foram momentos importantes de aprendizado, e não nos referimos apenas aos conhecimentos preestabelecidos pelas disciplinas e/ou pelo currículo formal do curso, estamos também nos

referindo aos aspectos subjetivos dessa relação, onde os ensinamentos estavam expostos inclusive na maneira de falar, no modo de portar-se perante os alunos e outros professores, na maneira de fazer com que os alunos apreciassem as aulas, mesmo que fosse pelo viés autoritário. O papel dos professores na transmissão dos saberes não é exercido apenas no contexto das tarefas (TARDIF, 2013, p. 52), está impregnado nas vivências diárias, nos exemplos cotidianos.

Sempre admirei a dona Neide Freire, ela era excelente professora, nos ensinou um período as disciplinas da parte didática. Ela sabia se colocar na sala, era muito exigente, mas também me ajudou muito a ser professora, a impor respeito, por que a gente respeitava ela só de ver e não era autoritária não. Eu ficava observando tudo. Não sei se ela era formada, mas tinha porte de professora, era distinta, ativa, uma pessoa sem igual. (Normalista N4)

Nesse sentido, as normalistas contam com o saudosismo, suas vivências com os professores daquele período de suas vidas, apontando a maioria deles como inspiração para suas futuras aulas, registrando que eram exemplos a serem seguidos. Ponderam, também, a existência de alguns docentes que não pareciam muito à vontade em lecionar, ou como expõe a Normalista N1:

Todos os professores foram bons, a gente queria aprender, mas tinha uns mais ativos que outros. Tinha uns professores mais ou menos, porque eram pessoas ocupadas também (riso), mas a gente respeitava do mesmo jeito. Existia um protocolo para chegar ao professor. Professor era uma pessoa que merecia respeito e ainda merece toda consideração (...) mas era engraçado, enquanto tinha os professores que dominavam tudo do conteúdo, tinha outros que nem sabia o que iam fazer para nós, mas isso existe em todo lugar (...). Nós tínhamos um professor, que eu assistir bem duas aulas dele, eu não faltava não, eu nunca faltava, adorava ir pro colégio. A gente ia atrás dele, ele era promotor, e perguntava: Dr. Aribé, o senhor vai dá aula hoje? Ele sempre respondia: minhas queridas, hoje eu não posso, tenho uma pilha de processo para ver, mas impreterivelmente na próxima aula eu estarei lá, e assim ia. Ele falava tanto impreterivelmente que nós já brincávamos o chamando de professor impreterivelmente (riso).

A partir desse trecho do depoimento da Normalista N1, podemos inferir algumas situações vivenciadas na escola, que demonstram o cotidiano das instituições e algumas relações entre docentes e estudantes. A primeira delas é concernente ao tratamento direcionado aos mestres, os futuros professores mantinham uma postura respeitosa em relação a eles, pois até mesmo os que não possuíam habilidades para gerenciar a sala de aula eram estimados. Tal conduta devendo-se também a visão de que o docente era uma figura letrada que detinha uma posição de destaque na sociedade e, portanto, mereciam consideração. Outro

ponto diz respeito a utilização de pessoas que exerciam profissões diversas para lecionar, sendo sanadas primeiros as demandas de suas profissões e a função docente ficando em segundo plano, o que muitas vezes gerava breve desagregação da organização escolar. Além disso, a fala da depoente traz uma certa leveza e descontração, ao enfatizar (em tom de brincadeira) que as discentes apelidavam alguns professores de acordo com suas características, um deles com uma palavra sobre utilizada pelo mesmo.

Ao passo que existiam professores que pouco iam as aulas devido as demandas oriundas de outras atividades, outros exigiam bastante das normalistas, exigindo que se apropriassem do conhecimento de forma segura e analítica. Tal situação pode ser ilustrada com a lembrança de uma das entrevistadas sobre as aulas do Padre Tarcísio Melo.

O padre era muito preparado, ele chegava para as aulas só com uma revista, dali ele falava sobre um determinado assunto, ele dava aula dessas ciências humanas. Ele era muito preparado mesmo. Pegava a revista, discutia aquele assunto com a gente. Todo mundo ficava apreensivo, porque ele era perguntador. Queria que a gente dissesse o que achava do assunto que ele estava falando. Todo mundo ficava com medo, mas ele nunca me chamou. Quando era dia de prova, não tinha essa história de questionário não. O padre mandava era desenvolver um assunto. Fazia três perguntas, a gente tinha que ler e depois desenvolver aqueles três temazinhos. Desenvolva tal tema em tantas linhas, era a prova. Era muito difícil. Já o Dr. Impreterivelmente, adorava questionário, nós também, era mais fácil. (Normalista N1)

As práticas pedagógicas dentro da escola normal do Sagrado Coração eram das mais diversificadas. A princípio, podemos depreender que enquanto alguns professores ainda estavam presos a utilização de questionários e conhecimento com base na memorização, outros preconizavam, mesmo que timidamente, a aprendizagem em um viés menos conservador, através da realização de avaliações subjetivas em que eram valorizados os conhecimentos apreendidos pelos discentes ao longo de aulas sem a mecanização da memorização, valorizando aspectos que fizessem sentido para eles, contudo se observarmos mais atentamente as falas das normalistas, percebemos que também as avaliações menos conservadoras eram na realidade uma outra abordagem para a mecanização do conhecimento, já que os relatos das normalistas revelam que nas avaliações subjetivas, elas deveriam colocar as informações que eram repassadas em sala, a situação as deixava ainda mais temerosa no que concerne aos rendimentos.

Ainda no tocante aos métodos de avaliação, as normalistas revelam que:

As provas eram quase sempre do mesmo jeito que é hoje. Eram copiadas no mimeógrafo. No começo eram copiadas no quadro. O professor copiava a questão e a gente copiava numa folha, respondia e entregava. Ainda não tinha o mimeógrafo. Também tinha arguição demais. Os professores davam uma aula e na próxima semana marcavam uma arguição. A gente estudava feito louco. Na maioria das vezes, ele não fazia com todo mundo, sorteada uns quatro ou cinco alunos. Não podia pegar de todo mundo porque senão pegava todo o tempo da aula. Como a gente não sabia quem seria o sorteado, todo mundo estudava. Nós também fazíamos muitos trabalhos, era direto. Quase toda aula tinha um. No final, nós tínhamos aquelas notas. O mais difícil era matemática, estatística, essa matéria de cálculo. (Normalista N3)

As indicações da normalista sobre a avaliação nos faz inferir que era adotada uma perspectiva classificatória do processo avaliativo, prevalecendo a nota, que era oriunda de atividades desenvolvidas em sala como provas escritas e orais. Sobre esse tema, Carvalho apud Araújo (2014, p. 186) enfatiza que analisando elementos da história da Escola Normal desde seu funcionamento, percebe-se uma linearidade do trabalho escolar, baseado na tradição, na disciplina e, nesse sentido, a forma de avaliar estava imbuída nessa conjuntura.

Em relação a legislação brasileira que vigorava no período, a LDB nº 4.024/61 no artigo 39, inciso 1º, delineava assertiva sobre como deveriam ser avaliados os discentes, deliberando que “na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares, asseguradas ao professor, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento. Deste modo, as avaliações realizadas pelos professores da escola normal de Ubajara – CE, se coaduna com a legislação em vigor.

As notas eram registradas, de acordo com um somatório das atividades realizadas pelo professor durante as aulas, numa escala de zero a dez, sendo que a média para conseguir aprovação era cinco, como está apresentado no livro de atas finais. No que diz respeito, a sistema de recuperações, não foram encontrados registros e as entrevistas afirmam não lembrarem ou ouvirem falar de recuperação ou reprovação, uma delas enfatizando que a turma iniciou-se com vinte e nove alunos, terminou com dezesseis porque muitos saíram para morar em outras cidades ou para casar, mas não por serem reprovados.

**Figura 20** – Relatório final da escola normal do Sagrado Coração com nomes dos estudantes, médias finais e disciplinas cursadas no ano letivo de 1966

Escola Normal Sagrado Coração 01  
 Ubatuba CIDADE Rua José Agostinho Pereira, 116 Ceará ESTADO CEP 62350

**ATA DE RESULTADOS FINAIS**

Aos 20 dias do mês de Dezembro de 1966 terminou-se o processo de apuração das notas finais e nota global dos alunos da 1ª série turma única deste estabelecimento, com os seguintes resultados:

NOME DOS ALUNOS	Português	Matemática	Anatomia F	Antropog.	Psicologia	Didática	O. S. P. B.	Jogos	Música
Ana Júlia Cunha Sales	7,0	7,3	7,6	7,0	8,5	6,5	7,2		
* Angelina M. Parente da Costa	6,0	7,5	7,2	7,2	6,5	6,0	6,5		
Joaquina de Sousa	5,0	7,4	7,2	8,5	6,5	8,0	7,3		
Joa Holanda de Faria	5,2	8,0	7,7	7,2	7,5	6,0	7,2		
Joa Maria Soares e Silva	7,2	8,0	8,0	9,5	8,3	8,6	9,0		
Gláucia Sousa Furtado	7,3	8,0	8,0	9,2	9,5	7,5	9,2		
M. das Chagas Lima *	5,4	8,0	7,3	8,2	7,5	6,3	6,5		
M. Leonilde Soares Lima	7,5	7,5	8,6	9,2	8,0	8,7	7,7		
M. Salte Magalhães *	7,5	8,3	8,6	7,9	8,0	7,9	8,3		
M. do Socorro Furtado Costa	7,3	7,9	8,2	8,5	8,0	7,6	6,5		
Ridaura Ferreira de Araújo	5,5	7,9	7,3	7,4	7,0	7,5	7,2		
Teusa M. de Araújo	7,5	7,6	7,5	7,6	8,5	8,5	6,5		
Lilia Alves de Barros	8,3	7,4	8,3	8,5	8,0	7,4	7,2		
* Lilia Holanda de Faria	8,0	8,4	7,4	7,7	8,0	7,0	8,2		
* Francisca Jacome de Melo	8,8	8,2	8,6	9,1	7,4	6,5	8,0		
* Lilia Maria Vieira *	6,3	7,0	7,2	7,2	7,5	6,5	8,1		

Fonte: Arquivo da EEEP Governador Waldemar Alcântara

Merece destaque, nessa conjuntura, as disciplinas voltadas para a formação profissional dos futuros professores, tais como: as metodologias das diversas áreas (linguagens, cálculo, ciências naturais, estudos sociais) e as práticas de ensino, momentos estes em que os discentes entravam em contato com os espaços da escola primária e com os conhecimentos necessários a sua práxis e que seriam seus recursos de trabalho *a posteriori*.

Sobre essa etapa do estudo, a normalista N2 aponta que as práticas de ensino da escola normal do Sagrado Coração aconteciam na única escola primária mantida pelo governo estadual em Ubatuba – o Grupo Escolar de Ubatuba. Nessa instituição eram desenvolvidas todas as etapas do estágio: as observações de aulas, os estudos pedagógicos, as aulas de regência de sala. Como existia apenas esse estabelecimento de ensino público na cidade (havia diversas escolas isoladas, espaços que não eram considerados como propícios para o desenvolvimento das atividades de práticas de ensino), houve uma reorganização dos horários na escola normal para que os futuros professores primários pudessem realizar todas as etapas

práticas em turno específico através de um sistema de rodízio dos estagiários, pois como enfatiza a Normalista N1, “eram muitos estagiários para poucas salas”.

As práticas de ensino são sublinhadas por Araújo (2014, p. 164) citando o Regulamento do Ensino Normal do Estado do Ceará de 1959, indicando que as práticas de ensino estavam previstas nesse documento, no artigo 33, letra d, com as seguintes orientações: seriam realizados exercícios de observação e de participação real do trabalho docente, de modo que houvesse a integração entre os conhecimentos teóricos e os conhecimentos técnicos do curso normal. Tais aulas, estavam no currículo a partir do segundo ano do curso normal e as professoras teriam dois anos para realizar todas as atividades referentes as práticas de ensino. Assim, no primeiro momento, eram realizadas as atividades de observação, já no ano seguinte, além das observações, seriam executados os exercícios práticos, ou seja, a regência de sala de aula.

No que diz respeito, às atividades de práticas de ensino, a Normalista N1 nos revela sua experiência assim:

Eu fui mais ou menos no estágio. Não fui a melhor, nem uma das piores. Os alunos daquele grupo escolar estavam acostumados só a escrever do quadro, copiar. Quando eu cheguei, quis fazer um jeito diferente, eles não se aquietaram, foi um conversê só. A professora teve que intervir, depois tudo correu bem. Eles não estavam acostumados com uma professora que inovasse, já estavam condicionados. Não falo mal da professora não, mas a gente fica numa expectativa muito grande, quer fazer o melhor. Depois correu tudo bem.

Analisando a fala da normalista, percebemos que o estágio é o momento crucial para a decisão de que o indivíduo deseja realmente seguir a profissão para a qual estuda ou não. A entrevistada ressalta que sua primeira experiência não foi como ela desejou, contudo, também não a impediu de seguir à docência, isso porque existem percalços que podem ser transpostos. Desta forma, as palavras de Lima (2001, p.16) são de grande importância, já que é enfatizado “o estágio não é a hora da prática! É hora de começar a pensar na condição de professor na perspectiva de eterno aprendiz. É hora de começar a vislumbrar a formação contínua como elemento de realimentação dessa reflexão”. A prática de ensino é um exercício constante para que as teorias e as metodologias sejam consolidadas.

## 4.2. MEMÓRIAS DA DOCÊNCIA: experiências do ser professora.

Nas palavras de Nóvoa (1995), o professor não nasce professor, ele torna-se professor na medida em que passa por formações, que pratica as ações cotidianas de sua profissão e que, paralelo a isso está sua trajetória de vida. Dessa forma, ao passo que o professor é um profissional, é também uma pessoa e não há como desencilhar essas duas esferas, pois a ação docente é fruto das relações sociais e culturais em que o indivíduo está inserido.

Compreender tal ponderação nos leva a inferir que a história de vida das normalistas da primeira turma da Escola Normal do Sagrado Coração, influenciaram sobremaneira a forma como as futuras docentes se portariam ao longo de suas carreiras, iniciando pela decisão em cursar o ensino normal e seguir a carreira docente. Neste sentido, percebemos as nuances na percepção das entrevistadas sobre a carreira de professora, enquanto umas sonhavam com a docência, outras assumiram a profissão sem certeza de que realmente queriam segui-la, como podemos perceber nos depoimentos.

Eu nunca pensei em ensinar, tinha tanto medo! Quando foi em 1966, com o início da escola normal, o padre (Tarcísio Melo) me chamou para ensinar numa escolinha para os filhos das mães pobres. Eu devia ter uns 16 ou 17 anos. Ele me colocou numa salinha para os meninos do sítio, crianças de várias idades e eu sem experiência de absolutamente nada. Tremi toda, fiquei numa aflição só. Era uma classe multisseriada, o quadro era aquele preto com um cavalete, bem pequenininho. Lembro que uns já sabiam ler e outros não sabiam nada. Mas, como era aluna da escola normal, fui aprendendo com os professores e na prática a ser professora. (Normalista N2)

Eu lecionava desde dos 12 anos! Sempre ensinei nas casas, as crianças que não sabiam ler, escrever e contar. Como eu já sabia com essa idade, os pais me chamavam para ensinar os filhos, desde menina já me considerava professora, não era assim formada, com diploma, depois da escola normal eu tinha, mas antes, eu sempre gostei de ensinar. Trabalhei em outros lugares, mas tive essa primeira experiência como professora. Depois de diplomada pela escola normal, só ganhei contrato muito tempo depois. (Normalista N1)

Sempre tive certeza que queria ser professora, minha mãe já era e eu adorava a sala de aula, gostava muito daquele ambiente, nasci para isso. Eu dentro de uma sala de aula me sentia uma rainha. Minhas amigas viam minha empolgação e perguntavam por que ficava daquele jeito. Eu não sabia e nem sei explicar, como disse, acho que nasci para isso. Sabe aquele dom? Dom de ser educadora? Acho que nasci com ele. Até depois que aposentei ainda passei um tempo ensinando EJA. Sempre fui apaixonada pelo que fiz. (Normalista N3)

Nos relatos das narradoras, algumas afirmações comprovam suas visões sobre a docência, bem como o que elas consideraram o início de suas carreiras, assim podemos perceber o posicionamento de cada uma delas frente à função. Uma declara ser professora desde a adolescência, quando ensinava crianças a ler e escrever, outra afirma ser um dom professorar e ser apaixonada pelo que escolheu como profissão. Noutra vertente tem a afirmação daquela que nunca pensou em lecionar, sentindo-se insegura nas primeiras experiências. Ou seja, vislumbramos que as formas de chegada à docência foram bem diversificadas e levando em consideração as singularidades existentes entre as ex-normalistas, apontaremos aspectos da trajetória profissional de três das quatro entrevistadas, uma vez que realizamos a primeira entrevista com a quarta depoente, em que ela relatou sua experiência enquanto normalista, mas não pode nos receber em momento posterior devido problemas de saúde.

A normalista N1 inicia sua narrativa contando como aconteceu sua chegada ao magistério, mesmo se considerando professora desde a adolescência, relewa que conseguiu exercer a atividade docente “ganhando um salário de verdade” primeiro como professora do município, numa escolinha muito humilde, em um sítio próximo à cidade, pois como ela salienta “a situação da educação naquele momento era de dá pena em todo mundo, não tinha o que tem hoje, por que, se eu ainda aguentasse, ensinava hoje, tem muita facilidade, já ensinei sem nem um giz para escrever no quadro” (Normalista N1). As precariedades das condições educacionais ficam latentes na fala da narradora, apresentando uma situação vivenciada também pelas demais colegas.

A entrevistada também expõe o período em que passou trabalhando em uma repartição pública que não exigia seus conhecimentos docentes, evidenciando também nessa fala, a situação feminina no mercado de trabalho.

Trabalhei um tempo sem ser na docência, ajudava em um órgão do governo ai, trabalhei lá muito tempo, funcionária das boas e até hoje não entendo o porquê de naquele tempo, as mulheres que trabalhavam nesses órgãos não podiam casar, tanto que quando casei fui demitida. Até hoje tenho uma amiga que diz que se eu fosse atrás dessa história, eles tinham que arcar com as consequências, por que isso era discriminação, mas eu não vou não, me realizei como professora.

Nos reportaremos não ao período em que a narradora passou distante da docência, mas apresentaremos breves considerações sobre a situação profissional feminina apresentada pelas normalistas ao declarar que foi despedida de um emprego por contrair matrimônio, uma vez que o órgão público não aceitava mulheres casadas em seus quadros de funcionários,

devido as possíveis demandas que o matrimônio requisitaria, especialmente a partir da vinda dos possíveis filhos. Tal situação denota o que é discutido por autores como Pereira (1969) e Louro (2015) ao salientar a docência, em particular, a primária foi designada à mulher, exatamente pelo fato de permitir que afazeres tidos como femininos tais como cuidado com a casa e a educação dos filhos pudessem ser conciliados com o trabalho, motivo esse que favoreceu a feminização do magistério. Reiterando a informação expressa pela normalista N1, está a declaração da mesma, expondo que recebeu proposta para trabalhar dois expedientes, mas que preferiu trabalhar apenas um turno, utilizando o restante do dia para os cuidados domésticos e para auxiliar o marido no negócio da família.

Dando prosseguimento as memórias da Normalista N1, ela narra sua ida para uma escola mantida pelo governo estadual da seguinte maneira:

Construíram a Escola Flávio Ribeiro Lima e ainda não tinham muitas professoras com formação, quando inauguraram a escola fui convidada para ensinar lá. Uma amiga veio aqui em casa e me ofereceu um contrato, naquele tempo não tinha essa cultura do concurso que tem hoje não, a gente recebia contrato, minhas colegas do normal receberam, eu ainda não tinha, mas vieram me convidar, eu aceitei. Eu estava grávida da minha última filha, mesmo assim, assumi. Ela nasceu em novembro e mal eu comecei a trabalhar já tive que pedir licença maternidade, teve tudo direitinho, depois voltei.

Os momentos vividos na Escola Flávio Ribeiro Lima são lembrados como momento de grandes mudanças na vida da entrevistada, primeiro que ela teria que organizar sua vida pessoal, era a terceira filha e, juntamente com o nascimento da criança vieram as mudanças no campo profissional, assumir um novo emprego, agora como professora efetiva da rede estadual de ensino.

Quando voltei da licença tinham deixado para mim o maternal, a pré-escola. Foi muito complicado, eu fiquei muito zangada, chateada mesmo, não queria de jeito nenhum, depois aceitei e não me arrependo, passei oito anos ensinando os pequeninhos. Comecei a ir cursos e mais cursos, tudo que tinha de pré-escola eu estava no meio. Passei a gostar daquilo, já estava muito acostumada, era excelente professora na pré-escola.

Os passos da carreira profissional são sempre lembrados pela entrevistada apontando aspecto de sua vida pessoal, corroborando com a afirmação de Nóvoa (1992, p. 17) de que “é impossível separar o eu profissional do eu pessoal”, estando essas duas esferas sempre interligadas, tanto que ao narrar sua mudança de cidade, o faz reafirmando diversas

vezes que o principal motivo foi a separação conjugal, fato que gerou grande momento de instabilidade tanto profissional, quanto financeira e emocional.

Ai eu fui sofrer! Sai de Ubajara para morar em Sobral, depois que separei do meu marido. Foi um tempo muito complicado, por que eu decidi mudar para uma cidade nova com três filhas pequenas e frustrada com um casamento que não tinha dado certo. Quando cheguei no primeiro dia de trabalho foi pior ainda, tinha ficado com uma turma de 4ª série, minhas colegas a maioria já com faculdade e eu só sabia ensinar pré-escola. Quando eu entrei na sala a primeira vez, eu suava que parecia que estava dentro de uma panela de pressão. Eu sabia fazer muita coisa, mas aquela situação foi demais para mim. Parei um pouco, respirei, vi que os meninos eram pequenos ainda, comecei a trabalhar em grupo com eles, alternando uma tarefa com brincadeiras, com uma historinha, ligava com o que tinha no livro. Fui inteligente! Quando vi, já tinham se passados 3 anos. Morei 3 anos em Sobral, lecionei na Escola Carmosina Ferreira Gomes.

Apesar das intempéries enfrentadas pelas nossas entrevistadas com a mudança de cidade e de local de trabalho, a mesma encontrou estratégias para burlar as adversidades encontradas em sala de aula com criatividade, demonstrando que o saber do professor é plural e conseguido ao longo do tempo e de suas experiências de vida e na carreira profissional. Nesse sentido, podemos concordar com Tardif (2013) quando asseverar os saberes necessários para ensinar os que são aprendidos progressivamente através dessas experiências, seja quando o professor aprende sozinho ou com seus colegas, seu modo de ensinar será resultado de suas experiências.

Ao retornar a Ubajara, a Normalista N1 não se inquietava mais com as possíveis séries que teria para lecionar, como ela mesma afirmou: “já estava craque! Não me preocupava mais não. Ensinei o fundamental II, numa boa!”

Quando cheguei aqui, a Lúcia Matias me chamou para ensinar no Grijalva Costa, lá eu ensinei a 5ª e a 6ª séries, eu não tinha medo. Fui fazer Faculdade e a Crede me removeu para o Colégio Waldemar Alcântara. Fui trabalhar na escola que eu tinha me formado, por que ela era a antiga escola normal, foi uma emoção tão grande. Era muito difícil, faltava tudo, por que era escola de ensino fundamental e médio, só tinha dinheiro do governo para o ensino fundamental. O padre Tarcísio ainda era o diretor, mas era tão precária a condição. Hoje é diferente!

Além do retorno para sua escola de formação inicial, agora como professora, outro importante passo na carreira profissional de nossa narradora foi a continuidade na formação docente, quando passou a cursar o ensino superior no curso de Pedagogia em Regime Especial oferecido pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Quando eu comecei a fazer faculdade, era eu e muitas colegas que iam nos meses de julho e janeiro para Sobral, passar o mês todo estudando. Quando chegava final de junho, as malas aqui já estavam todas arrumadas: as meninas iam para a casa dos tios em Fortaleza e eu para Sobral. A gente alugava uma casa e passava o mês todo por lá, às vezes, nem fim de semana voltada para a serra, porque tinha que poupar dinheiro. Foi um tempo sofrido e de muito aprendizado. Lembro do dia que tive que apresentar minha monografia, já no final do curso, passei a noite toda treinando cada palavra, querendo fazer uma apresentação bonita, quando entrei na sala, um professor disse: você tem 20 minutos, mas pode fazer em 10 porque já estamos cansados. Fiquei tão zangada que respondi dizendo que eu ia usar os 20 minutos. Eu passei a noite toda treinando, ia fazer era direito, eles tinham que me escutar e fiz, apresentei tudo que eu tinha preparado!

As narrativas de nossa entrevistada nos propicia momentos de compreensão do quão relevante é esse compartilhamento de histórias de vida, isso em razão de que “(...) antes mesmo de deixar qualquer marca escrita sobre sua vida. Antes de qualquer tradução ou expressão de sua existência em formas escriturais (diário, memória, correspondências, autobiografias), o homem escreve sua vida” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 27) e essa escrita nos permite buscar compreensão desse sujeito e de sua trajetória.

Os relatos das Normalistas N2 e N3 também nos trazem informações relevantes sobre seus percursos de vida. Experiências diferentes daquelas vividas pela primeira narradora, mas que ao se integrarem nos consentem um arcabouço de possibilidades no entendimento de como seus itinerários de vida se conectam através da educação.

A normalista N2 relembra que mesmo antes de concluir o ensino normal, já lecionava em escolas do município, devido a falta de professora na cidade, enfatiza também que logo que o concluiu, recebeu um contrato para ser professora efetiva da rede estadual de ensino.

Logo que terminamos o normal, o padre pegou nossos nomes e levou até o irmão dele que era deputado, conseguiu uns 5 ou 6 contratos. Era assim, nesse tempo bem diferente de hoje. Mas tivemos que fazer todos os exames para assumir o posto, eram uns exames médicos minuciosos de tudo e o diagnóstico tinha que ser perfeito, porque se tivesse qualquer doencinha que fosse, não assumia. Eu quase fui reprovada nos exames porque tinha uma cárie e ela estava muito profunda, mas no final deu tudo certo, tratei a cárie e assumi o contrato.

Todas as entrevistadas retratam esse início de carreira com a mesma fala no que diz respeito a seleção de professores, ou melhor pela falta de concursos e pelas práticas de clientelismo, através do apadrinhamento de políticos para a obtenção da efetivação no quadro de funcionários públicos do Estado, situação também apontada pela Normalista N3 em seus relatos.

A Normalista N2 ressalta a importância que sua mãe teve para sua realização profissional, primeiro por ser exemplo de professora dedicada e segundo pelo fato de ser suporte nos afazeres caseiros e na educação dos netos, sendo imprescindível para conseguir conciliar trabalho e família.

Só consegui dar conta de tudo graças a mamãe, ela me ajudou demais. Criou meus filhos. Meu esposo trabalhava fora, tinha uma sapataria, eu lecionava, os meninos ficavam com ela, só os via à noite, mas não por que trabalhava dois turnos na escola não, nunca gostei de ensinar no período da tarde, então pela manhã estava na escola, depois do almoço ia ajudar meu esposo na loja. Até recebi proposta para trabalhar as oito horas, mas concordei com ele em ficar só em quatro horas e depois ajuda-lo. Fiz assim até me aposentar, 33 anos de magistério. Mas, professor parece que tem nem sei o quê. Mesmo depois de aposentada ainda passei uns 4 anos ensinando jovens e adultos na EJA.

A disposição apresentada pelo normalista faz jus a suas palavras de se sentir absolutamente realizada no espaço escolar, sentindo satisfação em ocupar o lugar de professora responsável por “dar à luz aos olhos cegos de quem não sabe ler” (Normalista N2).

Os acontecimentos inesperados levaram a normalista N3 a opções de vida diferenciada de suas colegas. Primeiro vale salientar a proximidade que a mesma tinha tanto com o diretor da escola normal – Padre Tarcísio Melo – quanto com as irmãs de caridade. Sempre foi muito envolvida nos eventos religiosos e por consequência com a educação, já que o pároco e as freiras tinham posição de destaque nessa vertente da sociedade ubajarense, tanto que como pontuamos anteriormente sua primeira experiência enquanto docente ocorreu por intermédio do sacerdote.

O padre (Tarcísio Melo) tinha muita confiança em mim. Comecei a trabalhar na secretaria da escola normal, comecei ajudando, depois eu mesma fiquei responsável por toda a parte burocrática da escola. Fiquei lá muito tempo, senão me engano até 70 (1970). Ele começou a me mandar para os cursos também, fiz curso de bibliotecária, de práticas de ensino para ensinar na escola normal, até os cursos de diretor que ele não podia ir, me mandava como representante, era um tempo muito bom, de muito aprendizado. Mas em 1970 eu cai, meu acidente foi em dezembro de 70 (1970), eu passei 2 anos no Rio (Rio de Janeiro) tentando me curar, mas não teve jeito. Naquela época tinha preconceito de tudo, se hoje ainda existe, naquele tempo era muito pior. Não tinha essa acessibilidade para nada não, hoje ainda não tem, mas era muito, muito pior.

O início de uma carreira promissora da nossa entrevistada foi abalado por uma queda que a levou ficar dependente de uma cadeira de rodas, situação que gerou desconforto e a abalou profundamente, especialmente devido a falta de respeito para com as pessoas com necessidades especiais. A fala da entrevistada ganha matizes de descontentamento e sua

narrativa deixa transparecer a frustração e contrariedade por não ter suas necessidades atendidas como deveriam, nem seus direitos respeitados como cidadã.

Após o evento que interrompeu momentaneamente sua trajetória profissional, a depoente continua narrando que seu retorno à cidade de Ubajara foi marcado também pelo retorno as atividades docentes com a abertura de uma escola para alfabetizar crianças. A instituição funcionava na casa da depoente de 1973 a 1997, ano em que a mesma se aposentou e decidiu não continuar com o empreendimento. Sobre o assunto, a ex-normalista expõe que:

Acho que Deus fecha uma porta e abre uma janela. Me tornei alfabetizadora na marra mesmo, pela necessidade, mas foi muito bom, muito bom mesmo. Eu me realizava na escolinha. Soldadinho de Chumbo era o nome da escola. Era tudo simples, mas lecionava aquelas crianças e gostava muito, além disso tinha o trabalho na biblioteca que também me deixava muito bem, meu irmão era prefeito e organizou tudo, trabalhei um bom tempo lá.

Mesmo depois de um período afastada das atividades docentes, a entrevistada consegue uma maneira de continuar trabalhando com educação, apesar das adversidades postas em sua trajetória e coloca essa situação com sistemática alegria e sentimento de dever cumprido, podendo ser apreendido dessa forma que, “(...) o sentido que damos ao percurso de nossas vidas não se cristaliza em formas definitivamente fixas (...) a cada momento são submetidos a uma interpretação” (Delory- Momberger, 2008, p.58) que mudam conforme são rememorados.

Tal situação nos permite analisar que as narrativas das vidas dessas senhoras nos mostram o quão agradável pode ser um trabalho que traz à tona, não apenas o lugar, mas os sujeitos que ocupam esses lugares, pois assim estamos contribuindo para que os atores dessas histórias percebam-se.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa que nos propusemos a realizar quando decidimos investigar a fundação da Escola Normal do Sagrado Coração na cidade de Ubajara – CE, nos levou a uma infinidade de questões que tentamos sanar uma a uma, entre elas a que mais nos demandou tempo e observação apurada dizia respeito à compreensão do papel da instituição dentro da realidade educacional do município ao longo do tempo, já que ela foi a primeira escola a oferecer os anos finais do ensino secundário na cidade, priorizando a formação de professores, aspecto que merecia atenção especial naquele momento, já que a maioria dos docentes atuantes nas escolas primárias ubajarenses, eram leigos.

Além do pioneirismo da instituição no ensino secundário ubajarense, outro ponto que merece destaque é o fato de que, apesar das transformações educacionais ocorridas desde sua fundação, ela se manteve firme no propósito de contribuir para a formação acadêmica dos jovens ubajarenses. Enfim, é uma escola que tem grande relevância para Ubajara – CE, detém uma larga história educacional que ainda não havia sido registrada, mas que merecia a atenção que agora dedicamos.

Sobre as escolas normais, Nóvoa (1995) nos informa que elas representaram um marco na profissão docente, pois eram espaços de construção e apropriação dos saberes, “desempenhando um papel crucial na elaboração dos conhecimentos pedagógicos e de uma ideologia comum. Mais do que formar professor (a título individual), as escolas normais produzem uma profissão docente (a nível coletivo), contribuindo para a socialização dos seus membros e para a gênese de uma cultura profissional” (1995, p.18).

Nesse sentido, a compreensão de tais instituições, nos permite visualizar também a sociedade na qual estava inserida, uma vez que ao representarem o espaço de construção do conhecimento, também são reflexo do contexto social, político e histórico dos indivíduos daquela comunidade. Desta forma, ao apresentarmos não apenas a cidade na qual a instituição se localizava, mas também caracterizarmos a região da Ibiapaba, buscávamos permitir que o leitor se apropriasse do espaço em que a escola foi forjada e assim pudesse visualizá-la dentro do arcabouço histórico e social na qual estava inserida.

Outro ponto sobre o qual nos detemos foi a atuação do pároco da cidade – padre Tarcísio Melo – tanto na fundação quanto no prosseguimento das atividades da escola (já que foi o diretor de 1966 a 1997), uma vez que como foi pontuado em todas as entrevistas, não

mediu esforços para que a mesma funcionasse, sendo a instituição por vezes chamada de “a escola do padre”.

Quanto ao período eleito para debruçarmos nossa investigação, optamos por aquele que, em nossa visão, foi um dos mais desafiadores: o momento inicial compreendendo os três primeiros anos de funcionamento da escola que vão da fundação à conclusão de curso da primeira turma de normalistas. Assim, expomos a precariedade daquele ano de 1966, tanto de infraestrutura (um ex-depósito transformado em sala de aula) quanto pedagógico (grande rotatividade de professores); as melhorias advindas nos anos seguintes tanto espaço que ocupava (passou a funcionar em um prédio emprestado pelo poder público municipal) quanto pedagógico, visto que as irmãs vicentinas passaram a atuar na instituição; além do fascínio que a instituição exercia em seus alunos e na comunidade ubajarense.

No tocante ao desenvolvimento da pesquisa muitos foram os obstáculos que precisaram ser transpostos. O primeiro repousou na quase inexistência de arquivos preservados na instituição escolar do período em que funcionou com escola normal, restando desse momento, apenas um livro de registro dos resultados finais. Neste caso, a opção encontrada para busca de informações sobre a escola e realidade educacional da cidade foi procurar subsídios em outros arquivos, o que nos levou a pesquisar no Arquivo Público do Estado do Ceará, nos acervos da câmara de vereadores de Ubajara e nos livros de tomo da paróquia de São José de Ubajara, com o intuito que pudéssemos encontrar referências sobre a escola, tivemos pouco êxito, todavia, eles não findaram todas as dúvidas, contudo tiveram contribuição preponderante nesse processo de construção histórica.

Para além da contribuição das fontes documentais, àquelas que nos propiciaram maior riqueza de detalhes sobre a escola e sobre as experiências vivenciadas naquele espaço foram provenientes dos relatos das ex-normalistas, uma vez que elas se dispuseram a compartilhar conosco as reminiscências de suas trajetórias de vida tanto pessoal quanto profissional, incluindo nesse contexto seus processos de formação enquanto professoras.

Dessa forma, para registrar um evento histórico dessa magnitude, utilizamos as narrativas orais das ex-normalistas, recolhendo as informações através de entrevistas semiestruturadas que possibilitam uma maior interação entre os interlocutores e maior liberdade de expressão ao entrevistado. Durante esses momentos pudemos remexer os baús de memórias dos sujeitos da pesquisa, sendo possível perceber naquelas senhoras uma miscelânea de sentimentos, como orgulho e alegria de ter sido da primeira turma de normalistas da cidade; saudades dos tempos da escola; prazer em dizer que eram professoras;

melancolia e, por vezes, tristeza devido os percalços que tiveram que superar ao longo de suas vidas; mas acima de tudo sentindo-se úteis e importantes por contribuírem com o registro da história.

O resultado da análise das entrevistas nos revelaram que o cotidiano escolar não diferia muito da realidade vivenciada pelas escolas do período. Funcionou no primeiro momento no período noturno, passando no seu segundo ano a operar no período matutino e em um espaço mais confortável, cedido pela prefeitura. Indicaram, também, que a falta de material didático e ausência de professores foram aspectos recorrentes no princípio, evidenciando ainda a inexistência de docentes da cidade aptos a lecionar em um curso secundário, era costumeira a utilização de profissionais de áreas diversas como bancários, promotores, juízes ou suas esposas para ocuparem as vagas docentes. Apontaram, igualmente, que a presença das irmãs vicentinas no quadro de professores favoreceu a diminuição da constante troca de professores.

No que se refere as práticas pedagógicas realizadas pelos professores na escola normal, essas eram cunhadas no ensino tradicional, sendo rotineiro a aplicação de arguição e provas escritas, além das aulas serem centradas no repasse de conteúdos constante, já que estes deveriam ser copiados, devido à falta de livros didáticos.

Apesar dos primeiros anos serem de muitas dificuldades e constante organização da instituição, as normalistas se mostraram envaidecidas, graças ao *status quo* que adquiriram na comunidade pelo fato de estarem na escola normal, propalando que eram muito respeitadas e reverenciadas no dia a dia, mas especialmente nas festividades do município como: desfile cívico e festejo do santo padroeiro –São José.

Contudo, os relatos mais calorosos e repletos de emoção são dedicados a duas figuras. Primeiro ao senhor Gerardo Urano – bedel da escola – a quem as ex-normalistas dedicam palavras de respeito e carinho por ser uma pessoa que desenvolvia suas funções com presteza e responsabilidade. Segundo, ao Monsenhor Tarcísio Melo, indicando-o não apenas como o fundador da escola, mas como o grande responsável pela instituição ter permanecido viva e realizando suas funções diuturnamente, sendo caracterizado como aquele “que não media esforços para que a escola crescesse”.

Além disso, permitiram que transparecesse que por traz de senhoras frágeis e de voz mansa, estavam mulheres que entendiam a educação como primordial para suas vidas e para suas famílias, professoras, hoje aposentadas, que sentem orgulho da função que desempenharam na sociedade, sentindo-se “rainha dentro da sala de aula”.

Desta feita, consideramos que o trabalho foi realizado a contento e que certamente deverão existir lacunas, já que as escolhas e os acontecimentos durante o itinerário da pesquisa delineiam os caminhos que iremos seguir e quais aspectos serão evidenciados, portanto alguns espaços ficarão em aberto, o que servirá para que outros pesquisadores possam repensar, questionar, ressignificar, fazendo com que o conhecimento seja ampliado e difundido. Ademais, é um passo inicial para que a história e a memória da educação de Ubajara sejam investigadas e conhecidas, contribuindo, assim, com o movimento de construção da história da educação no Ceará.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Francisco Fábio de. **Araticum – trilha das minas**. Sobral: Editora Sobral Gráfica, 2010.

ANDRADE, Francisco Ari de. **Instrução moral e ofício doméstico para meninas nas vilas de índio**. Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE – UFES. V.17. n.33, p.152-175. Vitória. Jan./jun. 2011.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Estudos Ibiapabanos**. Sobral: Imprensa Universitária – UVA, 1979

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. **Mulheres letradas e missionárias da luz: formação da professora nas escolas normais do Ceará - 1930 a 1960**. 2006. 235f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2006.

ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. **A tradicional Escola Normal Cearense chega ao Bairro de Fátima: formação das primeiras professoras primárias (1958 - 1960)**. 2014. 308f. – Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

BARREIRA, Américo. **A Escola Primária no Ceará**. Fortaleza: Edições Clã, 1949.

BEZERRA, Antônio. **Notas de viagem**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

BONA, Aldo Nelson. **Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito**. 209 f. TESE (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

BRUNER, Jerome. **Cultura da educação**. Lisboa: Edições 70, 1996.

CASTELO, Plácido Aderaldo. **História do ensino no Ceará**. Departamento de Imprensa oficial, 1970.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DAMASCENO, Ana Daniella. **Escolas nocturnas no Ceará: ações de combate ao analfabetismo adulto na Primeira república**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

DELORY – MOMBERGER, Christine. **Biografia e Educação**: figuras do indivíduo-projeto. Trad. Maria da Conceição Passeggi, João Gomes Silva Neto, Luis Passeggi. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FARIAS, José Airton. **História do Ceará**. 5.ed. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2009.

FERREIRA, Pedro. **Dicionário Histórico e Geográfico da Ibiapaba**. Fortaleza, Editora Ramos e Pouchain, 1934.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação brasileira**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Plano de Manejo do Parque Nacional de Ubajara**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaubajara/planos-de-manejo>

LE GOFF, Jacques. Prefácio à obra de Marc Bloch: **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

LIMA, Maria do Socorro Lucena. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

LOURO, Guacira. **A mulher na sala de aula**. In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MAIA, Lígio José de Oliveira. **Serras de Ibiapaba**. De aldeia de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII. 2010. 409 f. TESE (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2010.

MARTINS FILHO, Antônio; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 3ª ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. **A história, a memória e as instituições escolares: uma relação necessária**. Cadernos de História da Educação. V.11, n.1, jan/jun, 2012.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. São Paulo: Alínea, 2009.

NÓVOA, Antônio (Org). **Profissão professor**. Porto: Ed. Porto. 1995.

PARENTE, Josênio Camelo. **A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Coleção Modernidade. Edições UFC/UVA. Fortaleza, 2000.

PEREIRA, Hemérito. **Apontamentos para a história de Ubajara**. In: Revista do Cinquentenário de Ubajara. 1965.

PEREIRA, Luiz. **O magistério primário numa sociedade de classes**. São Paulo: Pioneira Editora, 1969

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.38, n. 3, p. 575-588, jul./set. 2012. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n3/03.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. **História e memória: contribuições dos estudos das Instituições Escolares para a História da Educação**. Série Estudos, n.25. Campo Grande: Jan./Jun., 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1974)**. 28ª ed. Petropolis: Vozes, 2003.

SANFELICE, José Luís. **História, instituições e gestores educacionais**. In: Revista HISTEDBR On-line, nº especial, p. 20 – 27, Campinas: Agosto/2006

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Maria Goretti Lopes Pereira e. **A escola normal do Ceará: luzes e modernidade contra o atraso na terra da seca (1884 – 1922)**.198 f. Dissertação (Mestrado em Educação.) – FAGED – UFC, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Escola Normal do Ceará nos anos de 1930 a 1950: palco de debates políticos e pedagógicos no calor das reformas**. 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

SOBRINHO, Tomaz Pompeu. **Notas de Relação do Maranhão**. In: Três documentos do Ceará colonial. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967.

SOUSA, Gabriela Marques de. **Formação docente em Minas Gerais: Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959**. 203 f. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia,2017.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 15. ed. – Petrópolis: Vozes, 2013

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

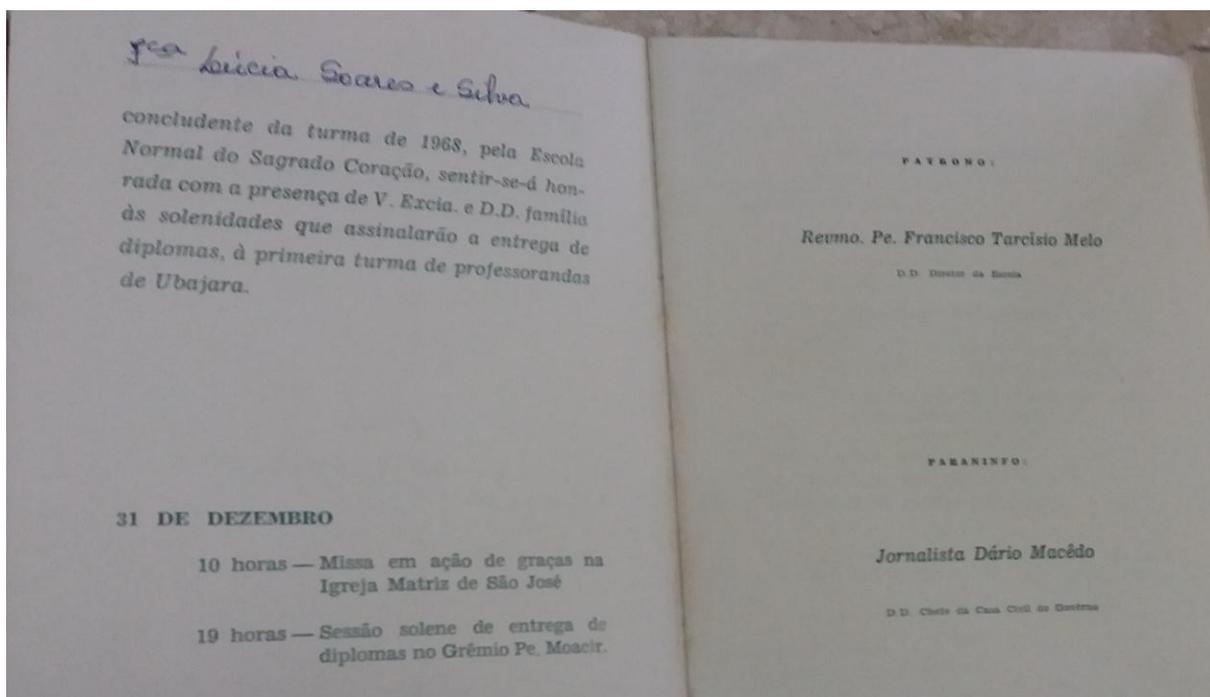
VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **O Limoeiro da educação: a história da criação da diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938-1968)** 257 fls. Tese(Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista (normalistas)**

1. Fale um pouco sobre sua história (infância, família, juventude).
2. Conte um pouco sobre sua experiência escolar.
3. Como se deu seu ingresso na Escola Normal Sagrado Coração de Jesus?
4. Quais suas expectativas ao iniciar seus estudos na Escola Normal?
5. Quais suas lembranças sobre a Escola Normal Sagrado Coração de Jesus (como funcionava? Local onde funcionava? Professores? Metodologias de aulas? Material didática? Rotina escolar?)
6. Como decidiu seguir a carreira docente?
7. Como aprendeu a ensinar crianças?
8. Como era a cidade de Ubajara quando a escola foi criada?
9. Qual o papel do Padre Tarcísio na cidade? E na escola?
10. Quais suas lembranças acerca do trabalho do Padre Tarcísio na escola?

# Anexos



Convite para a formatura da primeira turma de normalistas. Arquivo pessoal de Francisca Lúcia Soares e Silva



Diploma de professor primário da Escola Normal do Sagrado Coração (Ubajara – CE). Arquivo pessoal Francisca Lúcia Soares e Silva